

**FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA
DO BRASIL (CPDOC)**

Proibida a publicação no todo ou em parte; permitida a citação. A citação deve ser fiel à gravação, com indicação de fonte conforme abaixo.

JUNIOR, Paulo Abrão Pires . Paulo Abrão Pires Junior (depoimento, 2014). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV), (3h 38min).

Esta entrevista foi realizada na vigência do convênio entre FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS FILHO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (FAPERJ) e FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS FILHO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (FAPERJ). É obrigatório o crédito às instituições mencionadas.

**Paulo Abrão Pires Junior
(depoimento, 2014)**

Rio de Janeiro

2020

Ficha Técnica

Tipo de entrevista: Temática

Entrevistador(es): Angela Moreira Domingues da Silva; Dulce Chaves Pandolfi;

Técnico de gravação: Ninna Carneiro;

Local: Rio de Janeiro - RJ - Brasil;

Data: 23/10/2014

Duração: 3h 38min

Arquivo digital - áudio: 4; Arquivo digital - vídeo: 4; MiniDV: 4;

Entrevista realizada no contexto do projeto “Arqueologia da reconciliação: formulação, aplicação e recepção de políticas públicas relativas à violação de direitos humanos durante a ditadura militar”, desenvolvido pelo CPDOC em convênio com a Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (Faperj) e parceria com a Comissão Estadual da Verdade do Rio de Janeiro, entre maio de 2014 e setembro de 2015. O projeto visa, a partir das entrevistas cedidas, a criação de um banco de entrevistas com responsáveis por políticas públicas relativas à violação de direitos humanos durante a ditadura militar.

Temas: América Latina; Anistia política; Atentado do Riocentro (1981); Bolsas de estudo e de pesquisa; Carlos Lamarca; Civis e militares; Classe trabalhadora; Congresso Nacional; Constituição federal (1988); Cooperação internacional; Direito; Direitos humanos; Diretas já (1984); Diretórios acadêmicos; Ditadura; Educação moral e cívica; Eleições presidenciais; Estado e sociedade; Família; Governo Fernando Henrique Cardoso (1999-2002); Governos militares (1964-1985); Justiça; Militares e estado; Ministério da Justiça; Movimentos sociais; Neoliberalismo; Pacificação política; Perseguição política; Poder judiciário; Pontifícia Universidade Católica; Processo judicial; Redemocratização; Regimes de exceção; Religião; Representação política; Sociedade civil;

Sumário

Entrevista: 23.10.2014

Arquivo 1: Origens familiares; as dificuldades financeiras da família no período pós-ditadura; a influência da formação católica; as disciplinas de Educação Moral e Cívica e Organização Social e Política do Brasil (OSPB); a viagem de Uberlândia ao Rio de Janeiro para a Eco 92; o envolvimento na campanha para as eleições de 1989 aos 14 anos de idade; os diferentes movimentos sociais presentes no Fórum Social da Eco 92; a estadia num Ciep de Cantagalo; a visão internacionalizada do mundo através das experiências na Eco 92; a lembrança de assistir o comício das Diretas Já aos 10 anos de idade pela televisão; o ingresso no curso de Direito da Universidade Federal de Uberlândia (UFU) em 1993; a participação na chapa de oposição do Diretório Acadêmico; a consciência política aflorada a partir da presidência do Diretório Central dos Estudantes (DCE); o reflexo das políticas neoliberais do governo Fernando Henrique Cardoso nas universidades; a Marcha dos 100 mil de Brasília em 1999; a opção por não seguir a carreira de advocacia; a fundação da Federação Nacional dos Estudantes de Direito (Fened); o currículo tradicional da UFU; a mobilização do Conselho de Defesa dos Direitos da Cidadania (Condecid); a mudança de critério de seleção dos professores da UFU; as propostas do Condecid; o mestrado e a bolsa concedida; o casamento com sua companheira de curto prazo e a vida em Santa Catarina; o impacto da crise econômica do segundo mandato de FHC; as experiências positivas no mestrado; a docência na Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS); a fundação da Associação Brasileira de Ensino do Direito (Abedi); o engajamento no movimento docente; a criação de uma rede de docentes de Direito.

Arquivo 2: O doutorado na PUC-Rio; a experiência na cooperação internacional com Portugal na criação da Universidade de Cabo Verde; o convite para a assessoria do Ministério de Justiça no governo Lula; o trabalho na Comissão de Anistia; os conselheiros participantes da Comissão de Anistia; a sistematização das atividades da Comissão; os primeiros contatos com as vítimas da ditadura; as principais críticas engendradas pelos movimentos sociais; as diferentes pautas dos grupos atingidos pela ditadura militar; a situação de descrédito da Comissão de Anistia; a ampliação das atividades da Comissão e a participação da sociedade civil; a morosidade do Congresso na regulamentação de políticas de reparação; a questão dos casos julgados antes da criação da Comissão de Anistia; a dimensão nacional da participação dos movimentos na criação da Comissão; a questão indenizatória e a despolitização do debate acerca da ditadura; a criação do Conselho das Entidades Representativas dos Anistiandos Políticos; o primeiro contato do entrevistado com os militantes das associações; as reuniões com as associações representativas; a estratégia de celeridade processual para a análise dos casos; as sessões temáticas com entidades representativas; a opção pela realização das deliberações abertas publicamente; a resolução do caso de Carlos Lamarca; o julgamento de Carlos Lamarca e a opção por sua anistia enquanto militar.

Arquivo 3: A importância da anistia de Carlos Lamarca; a ampliação da anistia aos parentes dos perseguidos; a publicação da anistia de Lamarca como militar no Diário Oficial da

União; a ação civil contra a decisão, movida por Bolsonaro; a judicialização da justiça de transição; as fases da judicialização; a importância dos atos de exceção na análise judiciária dos casos da ditadura; a distinção entre o movimento de resistência política e o movimento de trabalhadores grevistas na ditadura militar; o julgamento de casos ocorridos no período de 1946 a 1988 pela Comissão de Anistia; reflexões sobre as motivações do movimento trabalhista em tempos de ditadura; a diferença entre atos de exceção e perseguição política; o funcionamento burocrático da Comissão de Anistia; a questão do ônus da prova na Comissão de Anistia; a mudança de visão acerca dos processos de reparação pela sociedade; o processo de análise dos casos pela Comissão; a questão do veredicto do Ministério da Justiça; o critério de escolha dos processos a serem analisados pela Comissão de Anistia; a importância das Caravanas da Anistia na mobilização da sociedade civil; o pedido de desculpas da Comissão às pessoas; a viragem conceitual do termo “anistia” como um ato de reconhecimento da violência de Estado.

Arquivo 4: A argumentação do entrevistado sobre os três tempos da anistia; a distinção das experiências de transição democrática no Brasil, Argentina e Uruguai; a luta pela liberdade na primeira fase da Anistia; a impunidade como característica da segunda fase da Anistia no Brasil; a inauguração do acordo político com as primeiras eleições pós-regime militar; o acordo político na eleição civil como amenizador das tensões para a transição democrática; a terceira fase da Anistia em 1988; a elaboração da discussão sobre o Direito à Verdade e à Memória; as quatro dimensões da justiça de transição; a agenda internacional na defesa dos direitos humanos; as características da transição democrática no Brasil; o papel do Poder Judiciário na consolidação da visão da Anistia como impunidade; o apoio civil da ditadura militar no Brasil; a dimensão do direito à justiça e à verdade quanto aos crimes contra a humanidade; a ideia de reconciliação e pacificação em pauta; a ampliação dos valores da transição para o tempo presente.

Entrevista: 23.10.2014

Ângela Silva – Em primeiro lugar, Paulo, eu gostaria de agradecer a sua disponibilidade em nos conceder essa entrevista. Em geral, nós começamos essa entrevista pedindo para que você nos conte um pouco da sua biografia: seu nascimento, sua data de nascimento, fale um pouco sobre os seus pais, sua formação escolar.

Paulo Abrão – Está bem. Minha biografia é muito simples, na verdade. Eu nasci no interior do Brasil, no interior de Minas Gerais, na cidade de Uberlândia, no dia 11 de junho de 1975, e vivi nessa cidade até me formar. Estudei todo o tempo em escola pública, desde o ensino fundamental, o ensino médio e também na universidade – me formei na Universidade Federal de Uberlândia, em direito, lá na mesma cidade. Sempre morei com meus pais. Até a entrada na universidade, vivi uma vida relativamente simples, porque eu venho de uma família de classe média baixa e que viveu muito fortemente as intempéries econômicas do período do final da ditadura e do período pós-democratização. Eu sou filho de pais que não têm formação universitária, pequenos comerciantes, que sempre tentaram empreender alguma atividade comercial própria, ou no ramo de confecções ou no ramo logístico, mesmo. Minha mãe chegou a ter uma loja, e já teve uma época, ainda quando eu era bem criança, que fornecia marmita, comidas, e sempre se virando com pequenas atividades típicas de uma vida do interior, de uma família de classe média baixa. Passamos muitas dificuldades, muitas dificuldades, na época do Plano Cruzado e do Plano Verão, do Plano Bresser 1 e 2, Collor 1 e 2, que quebravam e atingiam diretamente a classe média baixa, e que viviam, em determinados momentos, surtos de euforia, de melhoria na vida, que eram artificiais, mas que logo em seguida causavam algum nível de endividamento, em virtude do processo inflacionário. Então foram momentos... [emoção] É ruim falar disso até. Mas foram momentos relativamente difíceis. Teve momentos em que a gente não tinha mesmo comida dentro de casa, porque todo o dinheiro tinha sido confiscado, no Plano Collor, ou... Eles batalharam muito. Tiveram sucessivos pequenos empreendimentos, confecções ou loja, e falia, aí passavam três meses em dificuldade, até abrir um novo negócio, num outro nome, porque aquele outro estava com dívidas, e voltava. Mas meus pais sempre foram muito obstinados de que eu e minhas duas irmãs estaríamos protegidos: até podermos nos formar, não nos exigiram que nós trabalhássemos, nessa época. Mesmo tendo capacidade para isso, já

com 12 ou 13, 14 anos de idade, poderia trabalhar e ajudar na renda de casa, e eles, um pouco orgulhosos, no sentido de que não. Mas alguns momentos foram muito difíceis. Isso foi muito marcante para forjar meu caráter e minha visão de mundo, essas dificuldades todas, o que significou vir de uma origem social como essa. E de uma família de formação cristã muito forte, família tradicional mineira, conservadora. Meu pai, até aquela época, muito entusiasta – muito, evidentemente, contaminado pelo senso comum dos meios de comunicação da época – dos bons feitos de sucesso do Maluf, em São Paulo, ou dos governos conservadores, em Minas Gerais. E Uberlândia é uma cidade relativamente soberba, porque ela é uma cidade exemplo no interior de Minas Gerais, uma cidade rica, rural, ruralista, com um agronegócio muito forte. Foi ali que nasceu a UDR. E os prefeitos transformaram a cidade numa cidade próspera, comparativamente a outras cidades, e eram prefeitos ligados à área rural. Então tinha todo esse orgulho. E eu cresci nesse meio, até relativamente contaminado por esse orgulho interiorano, até um determinado momento em que, depois, eu fui um pouco confrontado, individualmente, por duas interferências. Uma é essa interferência socioeconômica dessas crises econômicas todas. Eu comecei a questionar: afinal de contas, se era tudo tão bom e se aqueles políticos que estavam ali eram tão competentes, por que a gente vivia tanta situação difícil? Mas eu, desde pequeno, tive uma formação cristã muito intensa, da catequese dos 7 aos 15 anos de idade, todos os sábados; uma vida contaminada por esses valores cristãos. E a Igreja sempre assumiu um papel muito progressista, pelo menos na minha cidade: os padres eram os padres que ajudaram a fundar o PT, ou que ajudaram os movimentos sociais locais, e é evidente que, na Igreja, eles tinham um discurso um pouco diferente do resto que a gente via. Hoje eu tenho um pouco mais de clareza do impacto que eu tive em relação... de ter me forjado, no ensino fundamental até o fim do ensino fundamental, até 1989, quando eu estou na oitava série, dentro de um ambiente que era reflexo da ditadura militar: as professoras, sempre muito ciosas; as professoras, sempre muito silentes, pouco críticas. Hoje, isso é muito claro para mim, que eu vivi numa escola... a escola da proibição, do não, do que não podia, das discussões limitadas. Embora uma ou outra professora, normalmente a professora de história ou a professora de geografia, que eram militantes dos movimentos sociais ou do movimento sindical dos professores, mas que eram estigmatizadas por nós mesmos, porque as outras professoras, a escola, a direção nos induzia a já nos precaver em relação ao discurso daquelas professoras dentro de sala de aula para nós.

A.S. – E você cursou disciplinas como educação moral e cívica, OSPB...?

P.A. – Educação moral e cívica... Exatamente. Aos 15 anos, eu vivo uma experiência que, para mim, é muito impactante, que é a de que... Aqui, o Rio de Janeiro, em 1990, realiza a Eco 92, e eu tenho 15 anos de idade. E ela aconteceu bem no dia do meu aniversário – ela ia se iniciar no dia 11 ou 12 de junho, ou perto disso, ou dia 10 de junho. E eu tinha uma vizinha na rua de baixo que era filha de gaúchos. Eram gaúchos que vieram do sul do Brasil para plantar, como muitos gaúchos foram ser agricultores no Norte e no Centro-Oeste. Alguns deles ficaram... E a gente era amigo de rua. E ela virou para mim... Eu sempre fui Paulinho. Meu pai é Paulo. “Paulinho, olha só, eu queria te dar um presente de 15 anos.” Eu falei: “Qual?”. “O meu pai está organizando um ônibus que vai sair de Uberlândia para a Eco 92, no Rio de Janeiro. Você quer ir?” Eu morri de medo.

Dulce Pandolfi – Você sabia o que era a Eco 92?

P.A. – Sabia. Eu acompanhava os jornais.

D.P. – Você acompanhava.

P.A. – Tem uma questão importante, que desde os 10 ou 11 anos de idade... Meu pai sempre leu muito jornal – ele assinava a *Folha de S. Paulo* –, e eu, em casa, consumia aqueles jornais. Eu lia tudo. Então eu era muito politizado, e isso influenciou a minha atitude na escola. Porque desde a quinta série até a chegada da oitava série... Desde a quinta série, eu sempre fui líder estudantil: eu fui representante de sala na quinta, na sexta, na sétima, na oitava, no primeiro, no segundo e no terceiro colegial, e quando eu entro na universidade, sou eleito presidente do Diretório Acadêmico, sou eleito presidente do Diretório Central dos Estudantes. Então isso sempre me contaminou. E muito porque eu tinha esse acesso a jornais. Meu pai comprava e levava para casa todo dia; ele assinava a *Folha de S. Paulo*... Isso foi muito importante para mim.

D.P. – Você tinha livros em casa? Seu pai também tinha livros? Ou não, não era...?

P.A. – Pouca literatura.

D.P. – Pouca literatura. Você leu pouco, na sua infância.

P.A. – Muito pouca literatura, na minha infância e adolescência. Nunca tive formação de literatura, formação musical e cultural. Era muito o senso comum do interior, mesmo.

D.P. – Aí eles perguntam se você quer ir para a Eco 92.

P.A. – “Quer ir?” Eu fui acompanhando... Eu falei: “É claro, eu quero, não só porque é a Eco, mas porque eu vou conhecer o Rio de Janeiro, também”. Depois eu vim a saber que era um ônibus que o Brizola estava pagando para cada Diretório Municipal, no Brasil inteiro, para vir fazer gente aqui. E era o ônibus do PDT, saindo de Uberlândia, para vir para o Rio de Janeiro. E lembra, isso foi em 1992, mas em 1989 nós tínhamos tido as eleições presidenciais, e eu me envolvi muito fortemente nas eleições presidenciais. Fiz campanha ativamente. Eu tinha 13 ou 14 anos e fiz campanha. Aos 14 anos de idade, na oitava série.

D.P. – Fez campanha para quem?

P.A. – Fiz campanha para o Mario Covas. Eu me empolguei com o discurso do Mario Covas. Porque o Lula era o Capeta; o Collor era uma coisa que... Estava todo mundo estava aderindo, mas eu achava aquilo um pouco... não me identificava; e eu achava que o caminho do meio era o Mario Covas, que estava um discurso mais da ética, mais correto e ponderado.

D.P. – Seus pais também?

P.A. – Meu pai votou no Maluf, provavelmente; minha mãe deve ter votado em quem ele pediu para votar; e eu sozinho em casa fazendo campanha para o Covas. E o PSDB, em Uberlândia, nem existia, mas, enfim... Eu simplesmente saía da minha escola, o comitê do Collor era no meio do caminho, o do Covas era mais adiante, eu parava e ficava lá no comitê do Covas, das cinco e meia da tarde, quando eu saía da escola, até dez da noite, vendo aqueles políticos entrarem e discutirem, e eles deixando aquele menino ali dentro, e eu ali

circulando, e me empolguei mesmo, até o dia que eu fui responsável, no comício final do Covas indo a Uberlândia, no último dia do primeiro turno, em cuidar da Regina Duarte e do Fagner, quando eles descessem no aeroporto. Foi muito engraçado isso.

D.P. – Isso você tinha quantos anos?

P.A. – Tinha 14 anos de idade. Aí eu me envolvi nessa questão. Então eu já tinha uma atividade muito forte, tinha uma relativa facilidade para discutir política. Enquanto meus colegas na escola fazendo a defesa dos seus partidos... Aquilo contaminou muito, o primeiro processo eleitoral. Como acontece hoje, os meninos, na escola, a gente fazia... Eu já era presidente do grêmio, na oitava série, a gente fez a nossa simulação de eleição dentro da escola, e batia boca com as professoras. Isso foi muito importante. E depois... Mas uma visão de mundo um pouco... eu chamaria mais holística, mais abrangente, eu vim ter aqui. Porque aí eu topei vir no ônibus.

D.P. – Seus pais reagiram ou acharam...?

P.A. – Não. Acharam legal. “Mas vão ficar onde?” “Nós vamos ficar numa escola, num Ciep.” Não sabíamos aonde. Mas como era com a família de vizinhos, amiga – nós éramos amigos da rua –, eu estava entusiasmado em vir, e também o vizinho da frente vinha... Porque eram brizolistas. Eu acho que os dois eram os únicos brizolistas da cidade inteira. Porque não existia PDT em Uberlândia. Mas é porque eles eram gaúchos e estavam ali... Eu os acompanhei. E vim participar, é evidente, do Fórum Social, que ficava aqui no Aterro do Flamengo. E aquilo foi muito marcante para mim, porque eu acho que foi uma grande mobilização das cidades: tinha ONGs do mundo inteiro, de todas as causas de direitos humanos, e muitas delas, para mim, foi um susto. Quando eu, por exemplo, passei pela primeira vez numa banca LGBT, com um cartaz de dois homens nus se beijando, isso, para mim, era uma visão absolutamente impensável, e eles distribuindo camisinhas, ou panfletos em defesa da causa gay. Porque a grande maioria eram movimentos ambientais, mas tinha da luta pela terra, tinha do movimento negro... E aquilo contaminou. Acho que essa visão de internacionalização, de que nós não estávamos sozinhos, de que Uberlândia não era um mundinho subsumido a ele mesmo e de que tinha muita coisa acontecendo lá fora, aquilo foi

muito marcante para mim. Eu passei quatro dias ou cinco dias aqui, que era o tempo que o ônibus...

D.P. – Você tinha ouvido falar no Betinho já?

P.A. – Tinha, pela televisão.

D.P. – Pois é. E você, aqui, na época, você não cruzou com as coisas do Betinho e do Ibase? Não, não é? Porque o Betinho teve um papel...

P.A. – Não. Cruzei na minha cidade, depois, quando eu entro na universidade.

D.P. – Mas aqui, na época, não, não é?

P.A. – Aqui, ainda não.

D.P. – Você sabe que para o Ibase foi um marco, também. Porque foi a primeira vez que o Ibase, que era pioneiro nessas coisas... Ele começa a usar os computadores na Eco, porque ele montou o Alternex, que é o primeiro provedor de...

P.A. – De internet para as pessoas.

D.P. – ...de internet do Brasil. É um negócio incrível isso. O Marcos Arruda, que era uma pessoa...

P.A. – Eu conheço.

D.P. – ...e o Carlos Afonso, sobretudo o Carlos Afonso, que era uma pessoa bambambã nisso, então eles montam, e montam um pavilhão aqui na Eco. Foi super emocionante. Então as pessoas começaram a usar esse Alternex aqui. Então é a primeira vez que você tem o mundo das ONGs com essa coisa ligada à internet. Foi um marco na história do Ibase, também.

P.A. – Eu me sentia então uma pessoa politizada, e depois dessa experiência, mais ainda. Eu volto para Uberlândia com um saco de lixo preto desse tamanho com panfletos de todas as barraquinhas, de todos os movimentos, tudo que eu podia catar, e fiquei tardes e tardes, na minha casa, lendo cada uma daquelas coisas. Porque não tinha tempo, a gente saía correndo e catando tudo que a gente podia catar.

A.S. – Quanto tempo que você ficou aqui?

P.A. – Quatro ou cinco dias.

D.P. – E você também fez turismo ou você ficou só no Aterro?

P.A. – Não.

D.P. – Nada. Só ali na... Só no Aterro.

P.A. – Fomos na praia uma vez...

D.P. – Mas o negócio era...

P.A. – ...e o resto, tudo ali no Aterro. Acordava de manhã... Até porque a situação era um pouco difícil. Nós ficamos instalados num Ciep aqui no Cantagalo, e o elevador quebrou, durante... e tinha que subir 70 andares. A energia quebrou, também, e durante a noite... Então a gente tinha que descer de manhã e subir à noite, porque ninguém aguentava subir aqueles cento e tantos andares mais de uma vez ao dia. Subir era impossível. Era um... Você tem que ter 14 anos de idade.

D.P. – Aí você passava o dia na rua?

P.A. – Passava o dia na rua, aí o ônibus vinha, deixava a gente ali, a gente entrava por uma porta do fundo do Ciep... Acho que era alguma entrada paralela do Brizola. Sei lá o que era. Eu sei que a gente entrava pelo fundo. Eu não tenho clareza sobre isso. Eu sei que era uma

entrada no fundo. E tinha uma grande faixa no chão, assim: “Cuba tem Fidel, o Brasil tem Leonel”. Era muito interessante. Mas foi, então, uma experiência superimportante na minha vida, mesmo. Então, até esse momento... Aí eu tive uma visão um pouco mais internacionalizada do mundo. Eu já tinha alguma politização, ampliou-se muito, e essa é uma época em que eu acho que essa ideia de direitos humanos universais, a internacionalização do mundo, a integração dos povos, ela foi muito forte, a ruptura com os nacionalismos. É pós-1989, pós-queda do Muro de Berlim. Eu assisti aquilo pela televisão. Isso tudo, para mim, é muito marcante na minha adolescência e na minha formação política. E, enfim, quando termina tudo isso... Vivenciei várias greves na escola pública em Minas Gerais. Escolas públicas de altíssima qualidade: as professoras... Hoje, eu admiro profundamente aquelas minhas professoras. É impressionante! Eram professoras de altíssimo nível, de altíssimo nível! Dando aula e ganhando salários baixíssimos no estado, mas de altíssimo nível. Professoras que eu não fui encontrar nem na universidade, iguais àquelas professoras que eu tive na quarta ao terceiro colegial. E na mesma escola, na mesma escola estadual.

A.S. – Nesse momento, temas ou questões vinculadas à tortura durante a ditadura, desaparecimento, eles...?

P.A. – Nunca me interpelaram.

A.S. – Não perpassaram, nesse momento, a sua trajetória.

P.A. – Não me interpelaram. Ditadura era algo que não me interpelava. Eu sei que teve o movimento das Diretas Já. Acompanhei o movimento das Diretas Já. Era 1985, eu tinha 10 anos de idade, eu me lembro da votação. Eu estava na praia, em Guarapari, conhecendo o mar pela primeira vez. Porque a família de Minas, você conhece a praia por Guarapari, não é? A gente saiu de carro e fomos. E aí era janeiro, 18 de janeiro... 25 de janeiro de 1985, eu acho, a votação da emenda das Diretas Já.

D.P. – Dia 15 de janeiro.

P.A. – Ou a votação da eleição do Tancredo. Uma das duas coisas. E eu me lembro de estar na praia, no hotel, que era de alguma rede de... daqueles vendedores que vendiam pacotinhos turísticos, que minha mãe pagava todo mês, durante dois anos, para poder fazer uma viagem para a praia dali a dois anos, e a gente veio para esse hotelzinho em Guarapari e estava tendo essa votação e estava todo mundo lá assistindo. Então eu acompanhei isso. Acompanhei as Diretas Já por aí. Tudo isso é muito importante para a minha formação. Até que eu chego na universidade.

D.P. – Mas por que direito? Você escolheu direito por quê?

P.A. – Foi por exclusão. Eu tinha a convicção de que queria ser engenheiro, queria ser engenheiro civil. Mas no segundo e terceiro colegial, eu acho que eu vivo algum dos surtos hormonais da adolescência e me torno uma pessoa um pouco rebelde e passo a... Eu sempre fui muito certinho, até esses 14 ou 15 anos, muito certinho, e matar aula era algo impensável, fazer algo que não fosse compatível com... Assentimento de culpa cristã muito forte, muito forte. Mentir para a mãe era uma coisa... Tirava cinco noites de sono. Então, chega a um ponto que... Acontece alguma coisa na escola, acho que a professora falta, sei lá, e a turma, a gente faz uma bagunça. Então eu achei que, no final do terceiro colegial, quando eu tinha que fazer a inscrição para o vestibular, que eu não tinha estudado suficientemente para passar para engenharia. Então eu vou lá, no dia da inscrição para o vestibular, e vou por exclusão: “Não, biomédicas, eu não faria nenhuma mesmo; ciências humanas...”. E no fim sobra direito e engenharia. Eu falo: “Eu acho que eu não estudei física suficiente para fazer engenharia, então, vou fazer direito”. Então foi por exclusão.

A.S. – E em que ano você ingressa na universidade?

P.A. – Em 1993. Porque de 1990 a 1993 foi o segundo grau. Então, em 1993, eu entro na universidade. Quando eu entro...

D.P. – E fez faculdade lá em Uberlândia?

P.A. – Na Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Uma faculdade hiperconservadora, todos os professores muito conservadores. E eu sempre tive um perfil muito de conciliação: eu não gostava muito de conflitos entre as pessoas. Eu sempre fui uma pessoa que achava que tudo podia que ser resolvido se as pessoas conversassem uma com a outra, se enxergassem, se colocassem no lugar da outra. Acho que é influência da catequese, da formação que eu tive, que sempre... “Se coloque no lugar do outro sempre, antes de fazer alguma coisa. Não ofenda o outro etc.” E eu sempre levei isso a sério e procurava fazer esse exercício de colocar-me no lugar do outro. Então, na universidade, quando eu entro, eu sou eleito já representante da sala etc. e tal, tinha alguma liderança, e já no primeiro semestre tem uma eleição para o Diretório Acadêmico e eles me chamam para compor a chapa para o Diretório Acadêmico, a chapa de oposição ao pessoal que estava lá há muito tempo, ligados à prefeitura, que vinha dessa filiação Arena-PDS-PFL-PP, prefeitura dominada há 20 anos por esse grupo político, que é dono da cidade até hoje. Teve um ou outro espasmo – o último prefeito é da oposição –, mas até hoje são os mesmos. Agora a gente teve o primeiro prefeito do PT eleito, que, na época, em 1989 e 1990, era presidente do Sindicato dos Professores. E eu entro na universidade, entro nessa chapa para o Diretório Acadêmico... Sempre tinha essa veia de participar de processos políticos, aquela ideia da democratização, a participação social era importante, “construir um novo país”, “tem que ter participação política”, e muitos editoriais. A participação foi um princípio muito forte nessa época, participação, participação. Entro no Diretório Acadêmico... Nós ganhamos a eleição por uns três votos. Era a chapa do Davi contra o Golias. Eles tinham todo o apoio dos diretores, do reitor, do pró-reitor, e a gente resolveu montar uma chapa de “estrangeiros”, que eram colegas que vieram de outras cidades que estavam ali, e eu era o único da cidade. Só que eu era muito popular, muito conhecido na cidade – eu nasci e cresci naquela cidade o tempo todo. Então eles me chamaram e eu virei vice-presidente. Ganhamos por pouquíssimos votos. E fizemos uma boa gestão. No final, eu já saio candidato a presidente e fico mais três gestões. No final da universidade, em 1995, dispuo eleições para a presidência do DCE – montamos uma chapa, aí, na universidade inteira – e sou eleito presidente do DCE. Então a universidade é que verdadeiramente forja o meu pensamento político atual. Porque, até a entrada na universidade, eu tinha uma visão política do interior, de uma cidade conservadora, que era muito orgulhosa dos bons feitos que os governos locais tinham feito pela cidade. E eu tinha apenas uma visão moderada desse processo, acreditando que a terceira via do PSDB era,

portanto, o caminho novo que poderia romper com esse conservadorismo. Mas, na universidade, eu me deparo com uma outra realidade, porque aí eu sou interpelado pelo seguinte contexto: em 1993, eu estou na universidade em 1993, ainda estou dentro do Diretório Acadêmico, só dentro da faculdade, as pautas estudantis ainda eram muito acadêmicas, muito pouco politizadas – enquanto que no DCE, não, no DCE reverberava uma pauta política mais forte –, mas vem o governo Fernando Henrique Cardoso, e o governo Fernando Henrique Cardoso é um governo que todos nós conhecemos, que começa a implementar as políticas neoliberais, e a gente sente na pele. Eu sou uma geração universitária atingida pelas políticas neoliberais educacionais do governo Fernando Henrique Cardoso. E isso é o elemento fundante do que eu sou hoje, eu acho – é claro que tem toda essa experiência prévia –, porque evidentemente que aí eu participo do movimento social, que é o movimento social de luta contra as privatizações; contra o sucateamento da universidade pública; contra a ausência de contratação de novos professores para substituir os aposentados; sinto, dentro de sala de aula, a falta de giz; vejo as propostas em tramitação no Congresso Nacional para a cobrança de mensalidade na universidade pública, como o PL chegou a tramitar. E, portanto, isso me caracteriza... As forças políticas que eu passo a participar dentro da universidade é essa, é a que me elege presidente do Diretório Central dos Estudantes, e muito vinculado, evidentemente, com o PT e com os movimentos sociais. Em Uberlândia, então, só tinha o PDS, alguma coisa do PMDB e o PT. O PDT e o PSDB, mesmo, não existiam na minha região, nem dentro da minha universidade. O PCdoB, que sempre foi muito forte no movimento estudantil no resto do Brasil, em Uberlândia não existia o PCdoB. Então, ali, a gente tinha isso...

D.P. – Você chega a se filiar ao PT nesse momento?

P.A. – Nunca me filiei. Nunca me filiei. Então é esse o grupo político com quem... Aí sim, aí, dentro da universidade, eu vou participar de grupos de formação política, de estudos marxistas, a gente monta grupo de estudos, temos grupos de formação política com os dirigentes dos Diretórios Acadêmicos dos outros. Alguns professores que nos marcam muito na nossa formação nos ajudam na nossa organização, no planejamento estratégico da entidade. Acho que nós realizamos um grande trabalho. Nesse tempo tem a grande construção da Passeata dos 100 mil, “Todos a Brasília”, com o lema do “Fora FHC” na

época, e a gente mobiliza 40 ônibus dentro da universidade. Porque Uberlândia está a 400 quilômetros de Brasília. Nós tínhamos que fazer a massa ali, porque o pessoal lá do Rio Grande do Sul e do Nordeste não ia conseguir levar tanta gente. E nós conseguimos. Nós levamos, por duas vezes. Fomos para a Marcha dos 100 mil, que eu acho que, para mim, historicamente, é o momento em que ficou definido que o Lula seria o próximo presidente da República, já no segundo mandato do Fernando Henrique. Acho que isso é em 1997 ou 1996, por aí. Tanto que tem aquela história de o Fernando Henrique ter chamado o Lula antes e acertado com ele a retirada das faixas... “Eu aceito a manifestação, está bom, vocês ganharam...” Aquele medo dele de aparecer na mídia internacional a imagem de milhares de pessoas em frente ao Palácio do Planalto com faixas “Fora Fernando Henrique”. Ia queimar a trajetória de vida dele. Para ele, o importante era só não ter as faixas “Fora FHC”. E aí ele diz para o Lula: “Você vai ser o próximo presidente, mas não dá para ter ‘Fora presidente’, porque você pode ser a próxima vítima disso. Senão vira uma América Central, que os presidentes não duram nem um ano e meio. Contesta, critica, mas existem mandatos. Disputem a próxima eleição e vençam”. Eu acho que é uma visão bastante expressiva de sabedoria, sinceramente. Mas a radicalidade dos movimentos era outra. E é a época em que o MST se torna um grande movimento social. É assim que eu me forjo. E termino a universidade convicto de que não queria advogar. Me formo em direito, não queria advogar, senti uma ojeriza profunda, no mundo judicial. Fiz o meu estágio num escritório de advocacia trabalhista e vi que ali não valia direito nenhum, tudo era negociação, mesmo. Assisti a dois tribunais de júri com dois professores meus, promotores, quando eu tive certeza absoluta que eu não queria aquilo, porque era um teatro em cima de uma vida humana: o que estava sendo dito não era a realidade, e aquela execração com aquele pobre coitado sentado no banco dos réus, o advogado de um lado, o promotor xingando ele, acusando, aquele teatro. O júri é um grande teatro. Então eu falei: “Estou fora disso”. E a vida judicial, aquele esquema de... [para] você ter algum êxito enquanto advogado, você precisa ser amigo do secretário da secretaria da vara, para ele botar o seu processo na frente para ele ser julgado, para você ganhar algum honorário etc., até ficar enrolado o seu cliente. Eu falei: “Isso não é para mim. Vou me formar e vou me dedicar à academia”. Terminei a faculdade e fui fazer mestrado, imediatamente. Fiz a seleção do mestrado no final do último ano da faculdade e no ano seguinte fiz o mestrado. É claro que, durante... Dentro da faculdade, eu me alinhei à teoria crítica do direito. Foram os livros que eu estudei, foram os professores que eu procurei ler. E

um desses professores, que chamava muito a minha atenção, em razão da inteligência crítica dele desse processo todo – porque eram os professores mais na área do direito público que faziam uma crítica jurídica às privatizações, ao dismantelamento do Estado, a discussão em torno da teoria do Estado –, era um professor gaúcho que foi fazer uma palestra lá, do Rio Grande do Sul. Mas tem uma questão que quase me esqueço...

D.P. – Como é o nome desse professor?

P.A. – O professor chama-se Lenio Streck. Tem uma questão que é importante, que é a seguinte: em 1995, quando eu sou eleito presidente... [quando] eu estou no Diretório Acadêmico, depois de um ano e pouco, eu tenho a visão de que não adiantava nada a gente ficar ali lutando sozinho; nós precisávamos criar uma força nacional. E aí eu começo, junto com outras pessoas, no Paraná e no Rio Grande do Sul, a promover uma grande articulação nacional do Movimento Estudantil de Direito, e a gente funda a Federação Nacional dos Estudantes de Direito (Fened), a executiva do curso de direito. E a gente funda essa federação num grande evento, em um Encontro Nacional dos Estudantes de Direito aqui em Niterói, e eu sou o primeiro coordenador-geral dessa Federação Nacional dos Estudantes de Direito. E essa entidade existe até hoje. É a entidade máxima de representação dos estudantes de direito. Essa federação foi muito importante, porque ali eu tive uma conexão com várias outras pessoas, no Brasil inteiro, porque a gente teve identidade nessa luta antineoliberal, em favor de uma melhoria no ensino jurídico, da necessidade de reformas na estrutura curricular, nos atos normativos de regulação do ensino jurídico, o que me aproxima dessa ideia de ser professor. Por isso que eu termino a faculdade e vou ser professor. Faço o mestrado, vou viver lá no Rio Grande do Sul...

A.S. – Só um pouquinho, antes de você ingressar no mestrado. Durante a sua graduação, o tema direitos humanos era uma cadeira ou era...

P.A. – Não. Não existia.

A.S. – ...pelo menos, ministrado em alguma disciplina?

P.A. – O currículo da minha universidade era o mais tradicional, positivista e legalista possível. Eram as disciplinas fundamentais, sem nenhuma disciplina da linha mais fundamental, de formação fundamental. Tinha o básico, que tinha que ter uma cadeira de sociologia e tinha que ter uma cadeira de filosofia. O diretor... Bom, só contempla isso. O resto é dogmática pura: direito processual penal, direito processual civil... Direito material e direito processual, basicamente. Então não tem isso. Eu participo de alguns grupos de estudos com alguns professores. Dentro da faculdade, eu tenho a experiência, em 1996, de me conectar com o movimento do Betinho, na estrutura local da cidade. Eu tinha um professor, que também veio de fora, que organizava um comitê – ele chamava aquilo de Condecid¹ – Comitê de Defesa da Cidadania. Ele tinha um megaprojeto que cada cidade do Brasil tinha que criar um Condecid, o professor. E aí a gente tinha uma reunião desse comitê social na cidade – eu frequentava aos sábados –, e ali estava o pessoal da Ação da Cidadania. Então nós fizemos várias ações juntas. Uma delas foi uma grande mobilização política local contra os elevados salários dos vereadores, e a gente apresentou uma ação popular. Conseguimos colher muitas assinaturas – hoje, eu não sei quantas seriam –, que era o número mínimo para apresentar esse projeto de lei. Tinha uma ação popular e um projeto de emenda popular. Nós apresentamos na Câmara de Vereadores, para que diminuísse o trabalho dos vereadores, e fizemos um forte sistema de fiscalização da sociedade à atuação do Legislativo local. E o pessoal da Ação da Cidadania participava desse movimento. A gente ia para a praça, pegar essas assinaturas.

A.S. – E funcionou?

P.A. – Funcionou em parte. Porque realmente contaminou a visão da sociedade e a Câmara se transformou, porque ela começou a prestar contas para a cidade, e ela cria uma Comissão de Licitação dentro dela... Porque a gente começa a questionar várias coisas, a fiscalizar desde fora e a questionar algumas licitações, que não tinham nenhum tipo de regularidade. Câmara de Vereadores do interior, você imagina! E a gente exige que tem que ter um representante da sociedade civil dentro da Comissão de Licitação, na Câmara de Vereadores, e eles aprovaram e eu fui, como estudante de 17 anos de idade, eu fui o primeiro representante da sociedade civil dentro da Comissão de Licitação da Câmara [de Vereadores]. Eles eram cheios de

¹ Condecid – Conselho de Defesa dos Direitos da Cidadania.

dedos, porque eram aqueles funcionários públicos que deviam há muito tempo estar ali naquele esquema, e eu ali fiscalizando eles e também correndo um sério risco de estar assinando coisas junto com eles. Era vantajoso para eles, mas também era interessante, esse primeiro mecanismo de controle social por dentro. A gente teve essa conquista. O presidente da Câmara foi tão acuado pelo nosso movimento que ele falou: “Vou dar um exemplo de transparência. Um de vocês vai vir para dentro da Comissão de Licitação”. Acho que essa experiência nunca aconteceu em lugar nenhum, de alguém da sociedade civil ser membro da Comissão de Licitação Pública do Estado, para estar dentro na escolha dos contratos, da despesa pública, não sendo servidor público, e voluntariamente. Então foi assim.

D.P. – Quem era essa pessoa responsável pelo Condecid? Como é que montou esse comitê? Você ouviu falar que tinha um comitê da Ação da Cidadania...?

P.A. – Não. Esse professor tinha esse projeto e ele começou a se articular em alguns movimentos. Era um professor novo na escola. Teve uma época que abriu alguns concursos, e a minha faculdade era uma faculdade tão medíocre – pode deixar registrado isso na gravação – que todos os professores eram juízes, promotores.... Ninguém tinha pós-graduação. Ninguém tinha nem especialização, nem mestrado, nem nada. Aí, quando começaram os primeiros concursos na universidade, quando o Fernando Henrique também racionaliza isso, criando critérios nos concursos segundo graduação de pontuação que refletisse na escolha final, os poucos professores que nunca conseguiam entrar nas universidades públicas e que tinham um mestrado conseguiam entrar. Não tinha como não aprovar mais o que veio de fora e deixar de aprovar o amigo do promotor. Teve que aprovar o cara que veio de fora e tinha mestrado na PUC. Esse professor era um peixe fora d’água naquela Faculdade de Direito, que era sempre dos amigos. Os juízes, com os grandes advogados da cidade e os promotores da cidade – era isso, os meus professores, muito renomados ali dentro da cidade. E esse professor começa a lançar essas ideias diferentes. Eu sou aluno dele, e ele olha para mim e fala: “Paulo, você é uma liderança, acho que você tem condição de mobilizar a juventude para esse projeto, vamos montar isso”. Eu falei: “Vamos”. E aí eu vou junto com ele. Os movimentos sociais... Os movimentos partidários, do PT, dos partidos, sempre enxergaram essa iniciativa dele como uma iniciativa burguesa: “Isso não é uma luta por dentro da política. São as pautas existencialistas...”.

D.P. – Mas era ligado à Ação da Cidadania, à campanha da fome?

P.A. – Aí ele cria um comitê...

D.P. – A ideia dele é ligada à campanha da fome?

P.A. – Exatamente. Ele chamava de Condecid – Comitê de Defesa da Cidadania, que reunia todos os sábados, com representantes de várias entidades sociais que quisessem aderir. Os partidos nunca aderiram. Alguns sindicatos dos professores aderiram; o Comitê da Fome da cidade local aderiu, era dirigente, era um dos dirigentes principais... Não estou me lembrando o nome dele agora. Encontrei ele na cidade recentemente. E, enfim, ali elaborava a estratégia política de ação desse coletivo. Então era isso. Ele queria que cada município criasse um comitê desses. Depois, mais para frente, ele chega a formar a Ongdecid – Organização Não Governamental de Defesa da Cidadania, para que todos os Condecid de todos os lugares estivessem nessa ONG. Isso eu já estava saindo da faculdade. Mas era bem pretensiosa, a iniciativa do professor. Hoje, ele foi candidato a vereador na cidade nessas últimas eleições, e descambou para um outro caminho. Não sei se ele já era evangélico ou não, mas hoje ele é pastor ou uma coisa assim, lá na cidade, e na faculdade já é um pouco isolado. Nunca mais tive contato. Eu termino ali a faculdade e vou fazer mestrado. Quando eu vou fazer mestrado, eu sou interpelado por muitas pessoas sobre essa minha escolha, porque todos... Eu era o presidente do Diretório Central dos Estudantes da Universidade Federal, ou seja, aquele quadro político da juventude, tendo uma capacidade de mobilização forte junto aos jovens na cidade, com alguma articulação, filho da cidade. E, de algum modo, as pessoas esperavam que eu fosse ingressar num partido político e ingressar na vida política. “Não. O Paulo escolheu se formar, ir fazer mestrado e virar professor, ir para o Rio Grande do Sul.” Então as pessoas ficaram um pouco assustadas com essa minha escolha.

D.P. – E por que também o Rio Grande do Sul?

P.A. – Porque eu fui atrás desse professor que eu te falei. Ele foi lá fazer uma palestra na minha universidade e eu falei: “Olha, estamos indo lá”. A escola deles era a Universidade

Federal de Santa Catarina, que sempre foi a escola do pensamento crítico. Era a escola do direito alternativo. E a gente ia todo ano com um ônibus para o Encontro Anual do Direito Alternativo, em Florianópolis, que eram os professores da teoria crítica, os marxistas dentro do direito. E esses professores, com o sucateamento da universidade, muitos... Os mais velhos, que podiam se aposentar ou tinham direito à licença, eles pediram aquela licença que eles têm de dois, três anos e, naquela expansão do ensino superior privado que o Paulo Renato promoveu e também com a abertura de muitos cursos de mestrado em universidades privadas, porque aquilo foi uma onda, alguns desses professores foram montar esses novos mestrados nessas instituições. E esse grupo de Santa Catarina – porque eu queria era estudar com eles, lá na Universidade Federal de Santa Catarina –, eles estavam saindo de lá e indo para a Unisinos, em São Leopoldo, no Rio Grande do Sul, abrir o mestrado em direito crítico dessa universidade. Eu queria estudar com eles, então, eu fui atrás deles, eu fui atrás dos professores. E eles me deram uma bolsa. No início não tinha bolsa. Aliás, era uma universidade privada – jesuíta, mas é privada. E nos primeiros meses, eu tive que me virar. Não tinha dinheiro para isso, nem meus pais tinham dinheiro para me sustentar.

A.S. – Isso foi em que ano?

P.A. – Em 1993. Não, em 1997. Em 1993, eu entrei na universidade; em 1997, eu me formo; em 1998, eu inicio meu mestrado. Mas, no final de 1997, eu faço a seleção. Eu tinha uma namorada lá na faculdade – a gente, na verdade, se encontrou no fim do curso –, as nossas duas famílias, muito conservadoras... Eu falei: “Quero fazer mestrado lá fora”. Ela falou: “Também não aguento mais essa cidade”. Passei no mestrado, ela falou: “Eu vou com você”. E a gente foi avisar aos pais, os pais falaram: “Só pode se vocês se casarem”. Namorava há poucos meses. E, enfim, a gente casou no cartório quatro da tarde e às onze da noite pegou um ônibus de Uberlândia para Porto Alegre. Então, nossa lua-de-mel foi no ônibus. E com, sei lá, acho que com R\$ 300 no bolso, cada um de nós...

D.P. – Ela ia fazer o quê lá?

P.A. – Ela? Ela era professora de inglês, em Uberlândia, então ela tinha a expectativa de chegar lá e...

D.P. – E aí arrumar alguma coisa como professora.

P.A. – ...e arrumar um emprego, dar aula de inglês particular. E a gente ficou durante dois anos vivendo com aquela bolsa de mestrado de R\$ 724, 52, que não tinha nenhum ajuste. Durante dois anos, duas pessoas...

D.P. – Você sabe até os centavos.

P.A. – Cinquenta e dois centavos. Era muito importante, porque a gente tinha R\$ 6 para gastar numa diversão no mês, porque o resto estava consumido pelo aluguel, pelas compras ou pelo transporte, e a gente ia numa pizzaria muito barata que tinha na cidade lá. E as sextas-feiras à noite eram os dias preferidos, porque a gente ia comer fora. O resto era miojo. Foi uma vida bem interessante, esses dois anos. Nos vinculou muito fortemente. Hoje nós estamos separados, mas somos muito amigos. A experiência funcionou. No final do segundo ano, na metade do segundo ano, aí ela passa também no mestrado. Foi a época que nós ficamos ricos, porque aí ela também ganha a bolsa de R\$ 724, 52. Aí nós estávamos com R\$ 1.400. “Nossa! Está sobrando dinheiro agora!” Tivemos muita ajuda dos pais dela. O pai dela, num determinado momento, compra um carro e nos cede o carro no final do [inaudível], um carro popular, e nos divide – a parcela de R\$ 200 e pouco, a gente vai pagando a ele *ad eternum*, até um dia chegar no pagamento desse carro. Então a gente recebeu essa ajuda. Meus pais não tinham condições de nos ajudar tanto assim, estavam lutando também. Aí já era a crise deles no governo Fernando Henrique. Toda crise econômica impactava muito, para quem vivia no pequeno comércio, lojinha de roupa feminina que tinha nas cidades, das oficinas, das fábricas de roupa. Em Minas, isso é muito forte, moda feminina. Nas pequenas cidades, têm as pequenas confecções, eles iam de carro... Eles ficavam viajando durante a semana, nas pequenas confecções, no interior de São Paulo e no interior de Minas, buscando a roupa para vender em Uberlândia, e colocavam ali 30% a mais do que eles compraram, e é nisso que eles iam vivendo. Mas quando a economia caía, as pessoas paravam de comprar, porque não estavam se endividando, e isso impactava a vida da gente. Mas botaram os três filhos na universidade pública: eu me formei em direito; minha irmã se formou na Unesp, em Araraquara, em farmácia-bioquímica; e minha outra irmã se formou em pedagogia. Enfim,

somos a primeira geração da nossa família com ensino superior. Isso é muito importante. Mas me emociona. [emoção] Vai passar.

A.S. – Quer parar um pouquinho?

P.A. – Não. Está bom. Vamos lá. Mas, então, aí eu faço o meu mestrado. No mestrado, eu realmente me apaixono pela vida acadêmica, porque foi quando eu fui realmente estudar. Durante os cinco anos da universidade, eu fiz movimento estudantil, e a faculdade era medíocre, não precisava nem estudar para fazer prova, as provas eram ridículas, o professor não tinha nenhum interesse mesmo em ensinar nada – eu acho que é porque virava concorrência deles no mercado local. Enfim, só sei que ali eu estudei. Ali estudei os grandes clássicos da filosofia política, da teoria política, participei de vários grupos de estudos. Não consegui fazer uma dissertação que fosse puramente jurídica; fiz uma dissertação transdisciplinada, que envolvia sociologia, filosofia e ciência política e um pouquinho de direito, porque o tema era a crise do Poder Judiciário. E essa dissertação, eu sou aprovado... Dentro da faculdade, eu conheço um professor que tem uma influência forte na minha formação, um professor conservador na moral e também na visão política e que vinha... É um ex-seminarista, tinha largado o seminário, mas de forte vinculação com a Igreja Católica, mas com uma formação filosófica muito sólida – a pessoa fica no seminário só estudando –, uma formação muito sólida, especialmente na filosofia cristã e os teólogos da Idade Média, São Tomás e Santo Agostinho, muito forte. E eu fui acompanhando esse professor. Ele fica admirado com o meu trabalho, com as minhas leituras, com a minha dedicação ao estudo. Ele vem a ser o coordenador do Departamento de Disciplinas Propedêuticas da PUC do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre. Eu pensava que ia fazer o mestrado e voltar para Uberlândia, mas ele me convida, quando termina o mestrado, a ser professor com ele na PUC. Eu falei: “Gente, eu estou aqui no Rio Grande do Sul, terminei o meu mestrado e já sou convidado a ser professor da PUC. Se eu voltar lá para Uberlândia, não sei quando é que vai ter vaga para a Universidade Federal. Se eu sair daqui, eu vou disputar currículo no Rio de Janeiro, em São Paulo, mas para onde eu vou? Vou ficar aqui no Rio Grande do Sul. É uma universidade sólida. A primeira oportunidade que eu tiver de entrar num concurso na universidade pública, eu faço”. Essas vagas vão sendo abertas, depois, só no governo Lula, não é? Então esse professor me chama. Aí eu viro professor da PUC do Rio Grande do Sul.

Seis meses depois, eu já viro coordenador da faculdade. As pessoas simplesmente encaram em mim alguma coisa, ou alguma capacidade de organização, de liderança, sei lá. Então eu já assumo responsabilidades muito fortes na PUC e na Universidade Luterana (Ulbra). Enfim, sou um professor. Até que chega um dia...

D.P. – É a PUC do Rio Grande do Sul?

P.A. – A Faculdade de Direito da PUC do Rio Grande do Sul.

D.P. – Que fica em Porto Alegre.

P.A. – Em Porto Alegre. Que é uma universidade de muita qualidade, porque são os maristas, a escola marista, e como as vagas na universidade pública eram muito restritas e Porto Alegre é uma capital relativamente rica e com um nível cultural bastante elevado, a classe média, muito estudada e, economicamente, com boa renda *per capita*, os filhos todos com uma tradição que eu não tive... Nunca tive isso, de internacionalização. Acho que por causa da colonização alemã e italiana, todos os filhos chegam na universidade com alguma... ou sabem falar alemão, inglês etc. e tal, ou já tinham vivido fora. Então a PUC... Tirando os 40 que não passaram lá no vestibular da universidade pública, vinham para a PUC. Então, estudantes muito bons, e é um espaço muito legal de produção. Embora uma faculdade conservadora, também, e uma faculdade que não tinha nenhum curso de extensão. Dentro da universidade, eu me engajo no movimento docente. Não no movimento sindical docente, mas eu me engajo na fundação... A exemplo do que a gente tinha feito como estudante na Federação Nacional dos Estudantes de Direito, a gente faz uma articulação nacional de professores. Muitos daqueles colegas meus antigos também seguiram a carreira docente, porque a gente viveu realmente uma grande decepção com a vida jurídica. A gente é da escola crítica. E fundamos a Associação Brasileira de Ensino do Direito, uma grande... Hoje, o presidente dessa associação é aqui da FGV.

D.P. – Ah, é?

P.A. – É. O professor Evandro, que está na China. Um dos nossos congressos foi aqui na FGV.

D.P. – Dessa Associação Brasileira de Professores de Direito?

P.A. – Associação Brasileira de Ensino do Direito (ABEDi). Fundamos essa associação, naquela esteira do MEC criando um Programa Nacional de Avaliação dos Cursos... o Sinaes – Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior. Então eu me engajo no movimento docente. E na universidade, aí sim, eu começo a articular grupos de extensão, atividades de extensão. No movimento estudantil, como a gente ajudou a organizar o Encontro Mineiro dos Estudantes de Direito e o Encontro Nacional dos Estudantes de Direito, nós chamávamos os professores que a gente tinha alguma admiração, do Brasil inteiro, eles relatavam as suas experiências de grupos de extensão, de transformação da realidade, a utilização do direito em defesa dos direitos sociais das minorias, em vários exemplos. Então, quando eu viro professor, eu quero ser um daqueles professores. Então, aí eu monto, junto com outros colegas que sempre me acompanharam, algumas amigas, desde a época do movimento estudantil, a minha própria esposa, que éramos todos... E fomos todos... Depois que eu fui para o Rio Grande do Sul, depois, várias pessoas do meu grupo político de Uberlândia foram para o Rio Grande do Sul, fizeram o mestrado lá também e a gente ficou lá. E em todas as escolas que nós íamos dar aula, a gente ia junto, porque um ia indicando o outro. E lá a gente fazia várias atividades. Duas dessas atividades foram muito fortes, que era o Grupo de Assessoria Jurídica Popular... Nós reunimos um conjunto de professores e de advogados populares para poder fazer processos de formação e defesa de direitos de coletividades, na luta por moradia, no Rio Grande do Sul. Muito paralelamente a alguns movimentos aqui do Banco de Direitos, que faziam aqui nas comunidades do Rio de Janeiro, a gente ia para as áreas urbanas de ocupação para tentar organizar a luta popular local, para que eles reivindicassem a regularização das suas moradias. Então a gente tinha esse grupo, e muitos estudantes se engajaram nisso. E um outro grupo era um grupo de direito ambiental, que sempre foi um tema... Desde a Eco 92 que ficou rondando o meu imaginário. E que também acabava se fundindo, porque muitas questões de impacto ambiental local se relacionavam com o direito à moradia. Então a gente tinha esse grupo. Então minha atuação enquanto docente se dirigiu a essa questão dos direitos humanos, de concretização dos direitos sociais.

Essa foi minha atuação. Bom, mas é exatamente aí... Um dos estudantes que acompanhavam esse nosso grupo – a sua namorada, e ele também fazia parte desse grupo –, ele era assessor do Tarso Genro, que era um político local. Eu acompanhei, dentro do Rio Grande do Sul, a eleição do Olívio Dutra... No Rio Grande do Sul, eu me senti realizado, porque as pessoas na rua com bandeira do PT etc. e tal, uma efervescência política muito forte.

[FINAL DO ARQUIVO 1]

P.A. – ...e aí faz diferença, o movimento social faz diferença.

A.S. – A história dos dois partidos faz uma diferença absurda.

P.A. – Faz diferença. Espero que o governo, depois, saiba reconhecer isso.

D.P. – Vamos lá, não é?

P.A. – Vamos lá.

A.S. – Bom, você estava mencionando um momento que é um momento no qual um aluno seu... Você ia mencionar...

P.A. – [Um aluno] me recomenda, não é?

A.S. – Exato, a recomendação do seu aluno.

P.A. – Então eu fico, de 2001 a 2007, dedicado exclusivamente à vida docente, à vida universitária acadêmica, com um projeto de extensão, com um projeto de pesquisa e com alguma militância nessa Associação Brasileira do Ensino do Direito e a atividade de gestão acadêmica, sendo coordenador de departamento, dirigindo cursos e o departamento, dentro da faculdade de Direito, participando de várias atividades acadêmicas, organizando congressos, seminários, produzindo cientificamente. Quando chega no início de 2007...

D.P. – Quer dizer, você entra no doutorado, também.

P.A. – Ah, bom! Faço o doutorado. Entro no doutorado aqui no Rio de Janeiro, na PUC do Rio de Janeiro; ia e voltava toda semana, porque eu vinha fazer os créditos terça e quarta e voltava para Porto Alegre, porque eu tinha que coordenar a faculdade, dar as minhas aulas. Eu não tive licença, nenhum estímulo, nem da universidade, nem nenhuma bolsa para isso. E todas as minhas expensas...

A.S. – E por que na PUC do Rio? Não tinha doutorado lá?

P.A. – A PUC do Rio foi pela seguinte... Eu estava dando aula de direito tributário, e eu fiz a seleção com uma tese diferente, sobre direito tributário ambiental, e fiz a seleção da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e fui muito bem nessa seleção. Tinham muito poucas vagas para o doutorado. Era recém-aberto, um curso de doutorado novo. No Rio Grande do Sul não tinha curso de doutorado em direito, para você ter ideia, [inaudível]. E esse curso tinha acabado de abrir, eu fiz a seleção, mas eram muito poucas vagas. Hoje eu venho a saber que eu fui selecionado, mas um dos professores da faculdade vetou o meu nome, por causa de rixa com a PUC, rixa da Federal com a PUC. E era um professor muito conservador e tinha dado aula para mim no mestrado, e eu debati e divergi muito dele, com as posições ultraconservadoras que ele expressava dentro de sala de aula. Isso são bastidores que eu vim a saber depois. E para fazer doutorado com um professor de direito tributário lá dessa universidade que eu admirava muito. E não deu, não deu certo, essa seleção. E aí, depois, eu tentei então duas seleções, com dois outros ícones. Para mim, existiam três professores de direito tributário que eu gostaria de estudar: um era esse lá no Rio Grande do Sul; o outro era um professor de São Paulo, da USP; e o outro era o professor Ricardo Lobo Torres, aqui da Uerj, mas que estava dando aula na PUC do Rio de Janeiro. Então eu faço as duas seleções, a da USP e a da PUC do Rio de Janeiro, e passo na da PUC do Rio de Janeiro e eles me dão a bolsa. Porque lá já não tem que pagar, eles têm... Embora seja privada, eles cobrem a mensalidade da formação. E com esse professor, Ricardo Lobo Torres. Então me senti contemplado e vim estudar aqui. E chega no início de 2007... Aí vem o governo Lula, eu acompanho o primeiro governo Lula, alguns amigos meus foram para o governo, sempre relatando, entusiasmadíssimos, etc. e tal. Mas depois veio o escândalo do mensalão e isso foi

um grande balde de água fria em todo mundo, uma decepção geral, muita gente se desmobilizou. E eu estava só assistindo por fora, fazendo as minhas análises por e-mail, nos grupos coletivos, mas só isso. Quando veio o segundo governo Lula, o Lula reeleito... Me engajo fortemente nas campanhas eleitorais locais, no Rio Grande do Sul, para a prefeitura do PT, para governador. Isso eu participo ativamente, mas como cidadão. Nada de estruturas partidárias, nada... Até bem menos organicamente do que quando eu tinha 15 anos, quando eu ficava lá no diretório do PSDB lá em Uberlândia, lá dentro, vendo aqueles homens conversando. Não. Como cidadão, com a minha bandeira, na rua. E no Rio Grande do Sul foi muito interessante, porque era uma época do auge do PT no Rio Grande do Sul, com o Fórum Social Mundial. Eu assisti aos Fóruns Sociais Mundiais. Para mim, aquilo era uma réplica da Eco 92. Foi muito inspirador. Quando inicia 2007... Aí eu tenho uma pequena experiência... Uma amiga minha está no MEC...

D.P. – Você participa daquelas coisas do Orçamento Participativo, já que você...?

P.A. – Não.

D.P. – Não?

P.A. – Não.

D.P. – Não chega a ir àquelas reuniões, não.

P.A. – Não participo. É uma dinâmica da cidade que tinha lá, mas eu não participo. Quando vêm os Fóruns Sociais Mundiais, eu me engajo, participo, recebo todos os meus amigos lá. Tenho uma experiência no fim de 1996² muito importante, também, que foi a de que o MEC fez um projeto de cooperação internacional com Portugal para ajudar Cabo Verde a criar a Universidade de Cabo Verde, e eles queriam compor um conjunto de professores que pudessem ser consultores para a implementação do projeto institucional da Universidade de Cabo Verde, e uma pessoa do MEC entra em contato comigo, por causa do meu engajamento na Associação Brasileira do Ensino do Direito – a minha produção científica era muito sobre

² O ano é corrigido logo adiante.

ensino jurídico –, e ela me convida para compor essa comissão brasileira que vai ajudar na implementação do projeto da Universidade de Cabo Verde. Aí eu vou para a África, para Cabo Verde.

A.S. – Foi em 2006.

P.A. – Em 2006. Aí eu vou para a África e fico lá em Cabo Verde. Em 2005. É isso mesmo. E vou para lá... Não. É em 2006, em dezembro de...

D.P. – Você está no meio do doutorado, então.

P.A. – Estou no meio do doutorado. Em dezembro de 2005... Eu estou tentando me localizar só pelo seguinte, porque aí, de lá, eu faço a minha primeira viagem internacional para a Europa. Porque já que o Ministério da Educação estava pagando a minha passagem, eu fiquei dez dias lá em Praia, em Cabo Verde, ajudando a montar o projeto, eu falei... E a volta era por Lisboa. Eu falei: “Vou aproveitar e daqui eu vou conectar uma viagem de 15 dias e...”. E já aos 20 e tantos anos de idade, fui fazer meu primeiro mochilão e conhecer a Europa. E dali eu, com aquela gana, em 15 dias, conhecendo não sei quantos países, três dias em cada cidade, loucamente. E estou casado etc. E volto.

D.P. – Já não mais com aquela...

P.A. – Com a mesma mulher.

D.P. – Com a mesma que foi.

P.A. – A gente está casado, só que nessa época o nosso relacionamento já não estava tão bom. A gente já estava meio que em processo de separação, embora juntos. Mas muito conscientes que estávamos caminhando para o fim, de forma muito tranquila até. Sofrida, mas muito tranquila. Nunca tivemos uma única discussão, para vocês terem ideia. Aí eu termino e aí eu tenho essa experiência na Universidade de Cabo Verde. Foi muito importante para mim, também, sentir de novo que eu estava contribuindo para uma questão maior, do

que única e exclusivamente eu, a minha sala de aula e os meus alunos, dentro da minha faculdade. E além... É claro, o grupo na comunidade, as atividades comunitárias na cidade de Porto Alegre eram bacanas, mas era um grande projeto: criar a universidade de um país na África, ajudar a criar a universidade de um país na África. Então foi muito bacana essa experiência. E o MEC, na gestão do Cristovam Buarque, acho que no primeiro ano do Lula, eles fazem um grande seminário nacional, com professores, sobre a Assessoria Jurídica Popular, que era aquilo que eu mantinha um grupo lá em Porto Alegre. Então eu sou um dos conferencistas dessa atividade. Ali dá uma grande mobilização nacional. Inclusive um programa do MEC é criado, para estimular a formação de Assessorias Jurídicas Populares nas universidades e nas faculdades de direito do Brasil inteiro.

D.P. – Curiosidade: você conheceu aqui o pessoal da Ajup, do Bento Rubião, do Miguel Pressburger?

P.A. – Conhecia de leitura de materiais deles e conhecia eles pessoalmente enquanto conferencistas dos Encontros de Direito Alternativo. Eu era estudante e assisti o Miguel Pressburger falar. Então, eram referências, mas eu não tinha contato pessoal com eles. Eu era uma outra geração.

D.P. – Certo.

P.A. – Aí, quando chega em 2007, começa o semestre, vem o segundo governo Lula, tem aquela crise do mensalão e, não sei vocês lembram, o Tarso assume a presidência do PT, depois ele sai da presidência do PT, vai... Ele estava no Conselhão, aí o Lula convida ele para ser o ministro da Justiça. Ele assume o Ministério da Justiça. E aí eu sou procurado, na minha viagem... Estou lá na Europa e, de repente, meu telefone toca – eu estou dentro do Coliseu, em Roma, meu telefone toca. “Paulinho, tudo bem?” “Tudo bem.” “Aqui é o Alberto.” “Oi, Alberto. Como vai?” Esse Alberto tinha ido para o MEC, acompanhar o Tarso, na época. “É o seguinte, o Tarso assumiu o Ministério da Justiça e ele queria ter um assessor que ajudasse ele na formulação. Lá no MEC, ele teve o Haddad, que foi o grande cara que ajudou ele a fazer formulação de políticas públicas na área da Educação, e ele queria assessores que ajudassem ele a formular as políticas públicas de Justiça, e eu pensei em você.” Aquilo me

deu uma desestruturada total, porque, aí sim, meu casamento já estava na reta final. E aí foi uma convergência de fatores. Primeiro, porque meu casamento estava terminando, acho que seria interessante que a gente tivesse um distanciamento físico, mesmo. Ela também chegou a virar professora da PUC, então, nós éramos professores do mesmo departamento, convivíamos juntos ali dentro. Seria bom para nós dois. Em segundo, eu acho que eu estava mesmo com uma gana de voltar a ter uma atividade mais expressiva, reconectar um pouco com aquelas vocações da época do movimento estudantil, e terceiro, é uma oportunidade, ir para o Ministério da Justiça, ajudar a formular políticas públicas em escala. Acho que poderia ser bastante interessante. E eu aceitei. Mas aceitei nas seguintes condições... Ele falou: “Aí eu pensei em você. Eu queria te indicar para ele. Você me autoriza?”. Eu falei: “Espera aí. Me liga daqui a dois dias. Estou aqui no Coliseu, preciso pensar, não era isso que eu estava planejando para a minha vida”. Estava separando, estava voltando a fazer atividades físicas, a pensar em mim, a cuidar de mim etc. e tal. E aí ele falou: “Vou fazer o seguinte, vou dar o seu currículo para ele”. Aí depois ele me liga: “Olha, já passei seu currículo para ele, ele quer te conhecer”.

A.S. – Desculpe. É Alberto...?

P.A. – Alberto Kopittke. Hoje, ele é vereador em Porto Alegre.

D.P. – E Kopittke é com K?

P.A. – K-O-P-P-T-I-K-E³, Kopittke. E ele hoje é vereador. Bom, aí o Tarso me chama no escritório dele em Porto Alegre e eu vou até o escritório. Eu não o conhecia, não era filiado nem nada. Tinha tido uma experiência de ajudar na Assessoria Jurídica da Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura de Porto Alegre uns sete meses antes, porque a secretária convidada pelo novo prefeito era diretora da Faculdade de Educação da PUC e a gente tinha feito uns projetos juntos e ela confiava muito em mim, então, ela tinha me convidado, e eu já tinha aceitado. E acho que esse aluno, o Alberto, viu... “Olha, o Paulo deu uma brecha de voltar eventualmente a aceitar uma vida pública etc. e tal”. Então eu fui até o Tarso. Eu entrei no escritório dele, ele... “Muito prazer.” “Muito prazer.” Sentei na frente

³ Para a grafia de Kopittke, ver <http://www.kopittke.com.br/>

dele e ele falou: “Olha, eu queria uma pessoa com um perfil acadêmico, com uma história vinculada à questão de direitos humanos, que não fosse filiado”, – e eu era mineiro, não era gaúcho –, “e também não fosse gaúcho” – porque ele já estava levando muito gaúcho para a equipe –, “e gostei de você. Queria saber se você quer trabalhar comigo.” Eu falei: “Olha, ministro” – ele estava para ser nomeado –, “primeiro, eu não sou filiado. Eu trabalhei na gestão na prefeitura”, que era oposição ao PT, “do Fogaça”, que tinha acabado de vencer o PT em Porto Alegre. E ele falou: “Não tem importância. Faz o seguinte” – cinco minutos, uma conversa de cinco minutos – “me manda alguns escritos seus”. Porque o Tarso é um quadro intelectual, não é? “Me manda algumas coisas.” Aí eu mandei para ele alguns artigos. Logo na sequência, ele falou... O convite veio pelo Alberto: “Ele quer você na assessoria especial dele, e tem a Comissão de Anistia para assumir, e ele quer, na Comissão de Anistia, uma pessoa que não estivesse vinculada à relação de resistência e repressão da época, uma pessoa que não fosse advogado, ou seja, que estivesse totalmente isenta de qualquer tipo de desconfiança, de favorecimento, de processo, escritórios, porque aquilo é uma série de processos administrativos, e que tivesse... Um quadro acadêmico com a vocação de direitos humanos”. E foi quando eu fui descobrir a Comissão de Anistia, a existência dela. Eu achei muito corajoso, por parte desse ministro, essa escolha. Ele foi muito ousado.

D.P. – Você nunca nem tinha ouvido falar que existia uma Comissão de Anistia?

P.A. – Não.

D.P. – É mesmo, Paulo?!

P.A. – É impressionante, não é? Eu achei muito ousado, em cinco minutos, um ministro da Justiça, pelo... Eu mandei os meus escritos, ele gostou do que eu escrevi, da minha base teórica, e ele me convida e me coloca nesse cargo e nessa função.

A.S. – Em princípio, era para pensar, formular e pensar a implementação de políticas públicas sobre [inaudível].

P.A. – Em princípio, ele virou para mim e falou assim... Cheguei lá em Brasília... Consegui me desligar, expliquei na universidade... Ainda fiquei, durante um ano e meio, indo e voltando toda semana para Porto Alegre, para continuar minhas aulas, até que teve uma hora que não deu mais e eu tive que me licenciar totalmente. Isso atrasou meu doutorado em um ano, também. Ele falou: “Paulo, vai lá dar uma olhada”. Ele ainda não tinha definido totalmente, mas ele falou: “Eu pensei...”.

D.P. – Mas você já estava trabalhando com ele? O passo primeiro é...

P.A. – Aí ele me fez o convite, aí eu vou para lá...

D.P. – Você vai para o ministério, para formular políticas.

P.A. – Vou lá em Brasília, chego em Brasília... Vim para trabalhar com ele na assessoria especial dele. Isso estava definido. Aí, chegando lá, ele falou assim: “Eu pensei para você a presidência da Comissão de Anistia”. Isso ele me diz lá. “Vai lá conhecer.” Aí eu vou lá no tal do setor conhecer. Aí eu começo a pesquisar etc. e tal e vou lá no setor. Aí ele falou: “E aí, o que você achou?”. Eu falei: “Bem, ministro, eu acho que é possível fazer um trabalho lá, sim. Se for essa a missão, a tarefa que você tem para me dar, eu vou, eu aceito”. Então ele falou: “Ótimo! Então você vai ser meu assessor especial... Eu vou te deixar dedicado à presidência da Comissão de Anistia por bastante tempo... na maioria do seu tempo, mas vou querer você aqui no meu gabinete, às vezes, para outras coisas, também”. Porque assessor especial é uma função mesmo assim, meio indefinida. É assessor especial para qualquer coisa, o que for preciso. Então, o cargo que eu fui investido é de assessor especial do ministro da Justiça. Porque presidente da Comissão de Anistia é um cargo voluntário, sem remuneração, é uma função honorífica. Aí eu também fui designado presidente da Comissão de Anistia. Mas o que me sustentava economicamente era o cargo comissionado, de confiança, de ser assessor especial do ministro.

A.S. – Era um DAS?

P.A. – É um DAS-5. E a Comissão de Anistia é um órgão do gabinete do ministro. Então eu, como assessor especial dele, fiquei cuidando da Comissão de Anistia. Fui para dentro da Comissão de Anistia. Durante três meses, provi um grande diagnóstico: qual era a situação daquele órgão... Ele me deu algumas diretrizes. Ele falou: “Olha, nós precisamos acelerar os julgamentos lá dentro e os processos estão muito atrasados, e precisamos fazer alguma reflexão crítica sobre os rumos desse órgão, porque hoje existe muita crítica das indenizações milionárias. A gente precisa saber o que é isso, o que está acontecendo”. Então, durante três meses... Eu assumo em abril e, durante três meses, eu faço um grande diagnóstico dentro do setor. Reúno todo mundo, vou conhecendo, vou tateando, chamo os conselheiros...

D.P. – Os outros conselheiros mudaram também?

P.A. – Todos continuaram.

D.P. – Todos continuaram?

P.A. – Todos da gestão anterior continuaram e eu convidei novos. Mas não troquei ninguém que já estava.

A.S. – Então aumentou o número de conselheiros.

P.A. – Aumentou o número de conselheiros, porque o regimento interno não vedava.

D.P. – Quantos conselheiros são?

P.A. – Hoje são 24 [conselheiros]. Todos eles exercem cargo de relevante interesse público, sem remuneração. É todo mundo voluntário. Então a gente organizou um modelo de gestão novo, onde os processos fossem apreciados... um método de governança processual que pudesse implicar em celeridade. Isso implicou em reforma do regimento interno, das normas procedimentais, da própria estruturação interna. Falei para ele que, para a gente ter um ganho de qualidade e de celeridade, era necessário que a gente tivesse mais funcionários. Aí se abriu a oportunidade de trazer alguns novos advogados ali para dentro, para produzir mais.

Reestruturamos o setor. Até que a coisa foi indo... Em três meses, eu ainda... Só que ali não é apenas uma tarefa de gestão processual. Tinha uma tarefa histórica e também tinha uma tarefa de conceituação política: a relação com os conselheiros; eu me apropriar das decisões, da jurisprudência, dos precedentes, da interpretação da lei, como ela era levada a cabo. Até que teve... Durante o terceiro mês, ele me chamou lá na sala dele e falou: “Nós precisamos começar lá, não é? O pessoal já está cobrando que a comissão está há três meses parada”. Eu falei: “Então vamos começar. Está pronto”. Implementei, fiz reuniões, fiz um trabalho de planejamento coletivo com a equipe... Mantive todo mundo. Nós fizemos um planejamento coletivo estratégico. Elaboramos e fomos colocá-lo em prática. Chamei... Criei uma equipe que eu denominei Equipe de Projetos. A comissão era só um cartório burocrático de entrada e saída de papéis, de processos, julgamento e engavetar. Era aquilo. Guardar, pagar, acabou. A primeira percepção que eu tive é de que aquilo ali era uma grande coisa. Eu falei assim: “Como é que um processo político-histórico, hoje, ele é apropriado de forma burocratizada, em sessões que acontecem aqui em Brasília? Ninguém está sabendo disso, o que está acontecendo aqui, senão os próprios destinatários”. E conversei com os ex-presidentes... Peguei bastante conselho. Abri a minha agenda para receber os movimentos sociais. Durante todas as minhas tardes... De manhã era reunião de organização com a equipe e, durante todas as tardes, durante três meses, era... “O próximo. Vem o próximo.” Conheci praticamente todos os movimentos, as associações, e eles foram me trazendo a visão deles sobre tudo, as principais reclamações, as principais questões. Eu fui sistematizando tudo isso e, ao fim, elaborei um plano que desse conta, pelo menos, da grande maioria das críticas e das reclamações, dos problemas de gestão e também dessa perspectiva dos novos desafios. Foi onde eu fui me apropriando.

D.P. – E até então você não tinha nenhum contato com o pessoal...

P.A. – Nenhum.

D.P. – Com familiares de mortos e desaparecidos...

P.A. – Nenhum contato.

D.P. – Com o pessoal dos antigos Comitês Brasileiros de Anistia...

P.A. – Nenhum contato.

D.P. – Nada. Você não tinha contato com esse universo.

P.A. – Nenhum. Absolutamente nenhum.

D.P. – Você sabia da existência da... Você sabia, obviamente...

P.A. – Claro! [Sabia] da ditadura etc. e tal.

D.P. – Mas você não tinha tido nenhum familiar... Porque aí você poderia ter o histórico. Não tinha.

P.A. – Não tinha.

D.P. – Nem parente, nem amigo, nada.

P.A. – Nem parente, nem amigo, absolutamente...

D.P. – Você caiu lá como uma pessoa, digamos assim, virgem naquele...

P.A. – Aham! Foi ótimo, eu acho, por um lado.

D.P. – Porque é um histórico... Normalmente, as pessoas que estão envolvidas com essas coisas...

P.A. – É. Eu conto, as pessoas nem acreditam. Mas foi isso, exatamente.

A.S. – Por isso a minha pergunta sobre contato com a área de direitos humanos durante a formação.

P.A. – A relação com direitos humanos vem da minha atuação docente, não necessariamente com essa área, com essa temática.

A.S. – Só uma perguntinha, para pegar um gancho do que você acabou de mencionar: para além dessa apropriação da comissão de forma burocratizada, um trabalho burocratizado, quais eram as principais reclamações ou críticas dos integrantes de movimentos sociais com quem você conversou?

P.A. – Muitas. Eram, a grande maioria, relacionadas a questões processuais, de atraso nos julgamentos, de ausência de publicação de portarias, fluxos internos, critérios de prioridade, ordem de julgamento, dificuldades burocráticas no pagamento das indenizações, até mesmo o conhecimento prévio de julgados precedentes, a jurisprudência da comissão que pudesse realmente promover uma transparência na atuação dos advogados, e muitas reclamações que aí eram particularidades de grupos. Por exemplo, o grupo dos militares perseguidos tinha uma agenda e uma pauta própria deles, muito complexa, porque envolvia a resistência das Forças Armadas em dar execução nas próprias decisões da Comissão de Anistia. Os grupos mais ligados aos sindicatos dos funcionários públicos têm outra pauta, que é mesmo a de ter isonomia com outras Comissões de Anistia de outros demitidos em outros períodos da nossa história, inclusive democráticos: demitidos dos Correios no Plano Collor e assim por diante. Porque, para eles, a similitude deles é um pouco a questão trabalhista, mesmo, [para os demitidos dos] Correios, Petrobras, funcionários do Banco do Brasil... E aí tem uma questão que a gente precisa abordar logo na sequência, porque isso vai ficar claro, que é sobre a separação entre os principais grupos destinatários da Comissão de Anistia.

A.S. – E vocês conseguiram se reunir com representantes do Brasil inteiro?

P.A. – O movimento dos familiares de mortos e desaparecidos é uma pauta mais relacionada mesmo à questão da assimetria dos critérios de indenização para eles, em relação a alguns fatos notórios. Já tinha havido a escandalização do caso Cony, da indenização milionária do Cony, a escandalização do caso de outros jornalistas e assim por diante. A Comissão de Anistia, eu acho que eu assumi ela no momento onde ela estava profundamente e

negativamente estigmatizada e bem descredibilizada, porque as pessoas achavam que ali, infelizmente, era um lugar apenas de discussão econômica. Os familiares de mortos e desaparecidos... Também focado nessa pauta processual, com a perspectiva... Eu diria que, às vezes, até de condições de vítimas mais dolorosamente atingidas e que entendiam que tinham que ter algum tipo de tratamento diferenciado, não no sentido de privilégios, mas no sentido de que a reparação, para eles, tinha que ser um pouco mais abrangente. E também outro grupo diferente aí era de que situações... de casos individuais, de pessoas que não estavam vinculadas nem a organizações nem a associações, mas que ingressaram seus pedidos individualmente e estavam levando eles adiante por conta própria, sem advogados, sem nada. As pautas em si foram muitas. Eu tentei sistematizá-las todas. Meu primeiro desafio era eminentemente processual: era como pegar aquilo que estava com um atraso de julgamento muito forte, um acúmulo de processos significativo... O número de entrada de pedidos era superior à capacidade de julgamento e de saída e isso estava se acumulando ano a ano, e esse atraso gerava desconfiança nas pessoas em relação à própria postura do Estado, de realmente estar disposto a levar aquilo a sério. Talvez, uma das grandes tarefas políticas foi resgatar a confiança das pessoas no Estado. Então a comissão, eu acho que ela estava bastante descredibilizada. E eu não associei esse descrédito às pessoas que trabalhavam lá antes, mas mesmo às condições administrativas funcionais e de prioridade que, realmente, até então, o governo tinha dado àquele espaço, eu acho. E também isso não se trata exclusivamente de vontade política, mas às vezes, na gestão pública, essa administração dos diferentes serviços tem várias influências de fatores muito distintos, que vão desde a existência de orçamento, da capacidade de planejamento, das finalidades pelas quais o órgão foi criado. Então, veja, quando eu... Uma das coisas que me chamou muito a atenção foi eu ter pego o projeto de lei que cria a Comissão de Anistia e, na exposição de motivos que fundamentava a criação da Comissão de Anistia, tinha uma expectativa de que a Comissão de Anistia deveria receber, ao longo dos anos, em torno de 10 mil processos. E recebeu 75 mil. Então, lá no início, foi criada uma estrutura para, em cinco anos, avaliar 10 mil processos. E essa estrutura ficou. Mas depois entrou 70 mil processos e aquela estrutura permaneceu a mesma. Então tinham questões estruturais para serem resolvidas, questões de gestão processual para serem resolvidas, questões de gestão de pessoal para serem resolvidas, e tinha um desafio muito próprio, que era um desafio de transparência e de transformação de um processo burocrático-formal em um processo histórico-político. Eu acho que a gente realmente conseguiu colocar à

Comissão de Anistia uma agenda política, um propósito político para ela, que talvez fosse a sua finalidade desde sempre, mas que precisava ser resgatada e colocada como elemento central, orientador da sua atuação. E a gente teve muito êxito, a ponto de... A comissão tinha uma média de julgamentos, na época, que não passava de 800 processos por ano, e nós começamos a ter uma nova média de 10 mil processos por ano, dando conta desse passivo.

A.S. – De 800 para 10 mil?

P.A. – É. Enquanto média de julgamentos. A gente começou a ter... Ampliamos o número de conselheiros, ampliamos o número de sessões, ampliamos o orçamento da comissão, o ministro deu novos funcionários para a comissão, então, tomou um novo fôlego. Nós reestruturamos aquilo. E eu convidei... O ministro, na verdade, escolheu, por sugestão minha e de outras pessoas, novos conselheiros. Aqueles que eu procurei indicar... Eu sempre procurei pessoas que tivessem o mesmo perfil que eu, professores universitários em dedicação exclusiva, para agregar ali uma perspectiva diferente. E criei um Fórum de Entidades de Representação da Sociedade Civil, como se fosse um conselho da sociedade civil, que pudesse se reunir permanentemente comigo e ir ajudando, desde afora, apontando as principais questões, as principais dificuldades e os principais erros dentro da comissão, para que a gente pudesse, permanentemente, ir fazendo uma avaliação disso e ir corrigindo a rota. E eu comecei a me reunir com essas pessoas, antes, de 15 em 15 dias, e depois, mensalmente. Na medida em que os problemas foram sendo resolvidos, a pauta já não era mais tão... E descobri que esse universo de associações de anistiandos e anistiados é gigantesco. São muitas associações. Seria capaz de dizer que são mais de 40 associações, pouquíssimo conhecidas, pouquíssimo estudadas. As pessoas estudam muito o movimento dos familiares de mortos e desaparecidos e alguns movimentos dos presos políticos ou dos perseguidos políticos tradicionais, mais vinculados às antigas organizações de resistência. Mas [existem] essas associações que surgiram ao redor da Comissão de Anistia, ainda antes da Comissão de Anistia, na luta lá dentro do Congresso Nacional para que a anistia fosse inserida na Constituição, a anistia como reparação, e depois, dez anos de luta no Congresso para regulamentar essa lei, que esse é um ônus que a Comissão de Anistia carrega. O Congresso demorou 11 anos para regulamentar o artigo 8º da Constituição, para criar a Comissão de Anistia. Isso tem várias consequências: desde o fato de que muita gente não

esperou o Estado regulamentar e criar a comissão administrativa de reparação e entrou na via judicial, então, muita gente já teve decisões judiciais, que são incompatíveis com os critérios que a lei hoje estabeleceu e que a gente agora tem dificuldade de gerar uma solução, porque os critérios não batem, ou outras pessoas que... Ou, nesse tempo, os ministérios, esparsamente, criaram Comissões de Anistia locais e foram proferindo decisões, no Ministério do Trabalho, no Ministério da Educação, no Ministério das Minas e Energia, no Incra, e esses processos foram sendo julgados lá por critérios que não tinham um parâmetro legal que estabelecia como eles deveriam ser resolvidos e eles foram resolvidos de outras formas totalmente diferentes. E a lei, hoje, estabelece que todos esses processos têm que vir para a Comissão de Anistia, para a Comissão de Anistia julgá-los à luz da nova legislação. E aí têm situações muito diferentes e muito difíceis de serem resolvidas. E isso vai criando... As pessoas se comparam muito: “Meu caso foi resolvido assim e o caso do outro foi resolvido daquele jeito”. Mas elas não sabem que tem toda uma complexidade desse histórico e que isso gera desafios para a comissão, também, tomar decisões.

A.S. – Essas decisões judiciais anteriores à própria regulamentação do artigo 8º da Constituição, elas passam novamente pela Comissão de Anistia? Ou, uma vez que a decisão final tiver sido tomada...?

P.A. – A decisão judicial é perene, a pessoa pode viver dela. Mas depende muito, porque alguns juízes determinaram que essas anistias que foram concedidas antes da criação da Comissão de Anistia, pela via judicial, elas foram implementadas por meio do que eles chamam de aposentadorias excepcionais de anistiados políticos, pagos por meio de pensões que o INSS executa diretamente. E aí depois vem uma lei dizendo que essas pensões excepcionais devem ser convertidas ao regime do anistiado político da Lei 10.559. Então elas vieram de lá para cá. Só que cada juiz deu uma decisão conforme achava. Hoje, se você pega aquela decisão e vai hoje aplicar segundo essa legislação, a decisão seria totalmente outra. Mas você não tem como desconstituir uma questão já pacificada. Então é muito complexo. E são muitos os casos. Foram 11 anos de lacuna jurídica de regulamentação, e muitas decisões foram tomadas, especialmente quem tinha advogado, os grupos mais organizados. Mas é importante entender isso. Depois, numa segunda etapa...

A.S. – Antes de você entrar nessa segunda etapa... Porque esse é um período, como você mesmo mencionou, além de pouco conhecido...

P.A. – É muito pouco conhecido.

A.S. – ...é pouco registrado, pouco acionado. Quando você resolve organizar a sociedade civil como um conselho, nessa fase ainda de diagnóstico e de elaboração de uma proposta para a atuação da comissão, você conseguiu diagnosticar, por exemplo, uma representatividade equânime nacionalmente? Ou são integrantes de movimentos sociais mais vinculados ao eixo Rio de Janeiro-São Paulo?

P.A. – Não. É um movimento nacional. Essa cartografia desses movimentos sociais, acho que seria um projeto que alguém precisava se dedicar, porque as pessoas estão muito velhinhas hoje, já. E eles são extraordinários. As pessoas não sabem o papel que eles cumpriram dentro do Congresso Nacional, nos gabinetes dos deputados, para aprovar a lei que cria a Comissão de Anistia e para conquistar, na Constituição, a constitucionalização da anistia, a reparação, que não foi só o caso emblemático dos familiares de mortos e desaparecidos ou dos movimentos dos presos políticos. Então, tem associação no Ceará, no Rio Grande do Norte, na Paraíba, na Bahia. Algumas delas, transformações dos Grupos Tortura Nunca Mais locais, que viraram outras coisas, ou ex-membros desses grupos, mas, quantitativamente dizendo, a grande maioria, relacionada a movimentos de servidores públicos perseguidos. Foram muitos. Então, só nos Correios deve ter umas cinco associações de anistiandos e anistiados dos Correios; da Petrobras; do Banco do Brasil. Dos militares, então, dos militares perseguidos deve ter umas dez associações diferentes, e que atuam muito fortemente. Eles têm jornaizinhos. Eles estão na internet, alguns deles. Só que eles são um pouco invisíveis, porque eles trabalham muito na perspectiva da reparação. Esse grupo, esse segmento de anistiando que busca a restituição do seu trabalho perdido dentro do setor público, ou porque se engajaram em greves ou porque foram demitidos por perseguições políticas mais tradicionais, eles trabalham muito na questão processual e bem pouco na agenda da transição, que depois a gente abriu, quando a gente começou a trazer o conceito da justiça de transição e, pela primeira vez, a gente reorganiza esse trabalho dentro de um conceito, que é o conceito da justiça de transição. Mas eu acho muito importante, esse pessoal. Eles precisam ser ouvidos.

Eles têm acervos que só eles têm. Eu tenho muita expectativa de que, quando a gente inaugure o Memorial da Anistia, depois, eles possam doar... Porque a vontade é que o Memorial da Anistia seja o grande lugar de preservação do arquivo das vítimas. Nós não queremos, ali dentro, arquivo da repressão. Isso o Arquivo Nacional ficará, com os documentos da repressão. Nós queremos guardar, preservar a história com a narrativa de uma perspectiva das vítimas, ali no Memorial da Anistia. O arquivo da Comissão de Anistia são 75 mil processos. Então a Comissão de Anistia tem fases da sua história diferentes que também precisam ser entendidas. Porque quando... De 2001 a 2007, antes dessa virada, que é uma virada conceitual, que a gente precisa falar dela mais para frente – até anota aí, porque ela é importante –, a comissão foi compreendida como um processo burocrático-formal. Então era, realmente, as pessoas estimuladas a entrar com um processo administrativo, esperar que um dia aquilo fosse julgado em Brasília, e um dia você vai lá no Ministério do Planejamento, “você vai começar a receber sua indenização”, e o processo é guardado. Não tinha uma discussão de politizar aquilo. Acho que a cultura do medo, o silenciamento ainda era muito forte; as próprias divergências das pessoas; eu acho que uma própria pacificação da resistência em relação a isso, das pessoas, aquele argumento forte: “Eu não lutei para hoje receber a indenização. Eu não estava em busca de dinheiro”. Alguns colegas que têm essa visão. “Eu não vou entrar com requerimento e com indenização porque eu não lutei para isso.” Que, para mim, é uma despolitização, hoje, do presente. Eu enfrento isso bem discretamente com algumas pessoas até, porque eu acho que elas se omitem em permitir que haja o registro. A gente precisa mostrar o espectro, o tamanho da repressão. E se esses registros não ficarem colocados, nós vamos achar que a ditadura teve o tamanho x, e ela, na verdade, teve o tamanho 5x. Porque muita gente não está indo levar. Tem que levar os casos. Se ela não quiser a reparação econômica, ela registra lá que não quer reparação econômica.

A.S. – É possível?

P.A. – É possível.

D.P. – É possível. E você pode até doar, também, não é? Foi esse o argumento que convenceu...

P.A. – É. Mas a reparação econômica é uma obrigação do Estado e é um direito da pessoa. Ela tem que receber. Sou um grande defensor disso, porque isso é um aprendizado, e é uma regra do Estado de direito. E depois nós vamos falar disso, eu acho.

D.P. – Eu queria até voltar a um ponto, porque eu acho que é superimportante. Tem tanta coisa, mas... Esse fórum da sociedade civil que você começou a falar...

P.A. – Esse conselho. Eu chamei de Conselho das Entidades Representativas dos Anistiados Políticos.

D.P. – Você deu um estatuto jurídico dentro do organograma lá da comissão? Ou não?

P.A. – Não. Porque eu não podia.

D.P. – Não podia.

P.A. – A comissão, até o ano passado, ela funcionou numa estrutura informal. Essa é outra coisa interessante.

A.S. – Até 2013 então.

P.A. – É. Numa estrutura informal.

D.P. – Mas fala um pouco desse fórum. Ele se reúne...? Continua se reunindo?

P.A. – Nós nos reunimos... Esse fórum continua se reunindo. Agora, já com uma cadência menor. Mas foi por ele que eu fui tendo a capacidade de identificação, dentro da Comissão de Anistia, dos grandes problemas.

D.P. – Quantos grupos participam desse fórum, mais ou menos?

P.A. – Chegamos a ter reunião com 45 pessoas, todo mundo sentado na sala. A gente ficava cinco horas ali.

D.P. – Cada um representando um agrupamento, é isso?

P.A. – Um agrupamento.

D.P. – Você listou, você identificou e você aí convidou e...?

P.A. – Listamos... Teve uma questão que foi assim...

D.P. – Eu acho esse negócio incrível.

P.A. – A primeira vez que eu tive a capacidade de identificar esses movimentos foi quando... Assumi o novo presidente, muita especulação, “quem é esse cara?”. Depois eu quero falar, lá na frente, sobre o estigma de “quem é esse cara?”. E eu resolvo promover uma audiência pública de oitiva, de escuta pública. “O novo presidente da Comissão de Anistia está convocando uma audiência pública de escuta lá no Ministério da Justiça e vai ser um dia inteiro.” Eu resolvi que eu ia sentar ali na frente, num auditório com 120 lugares, ia abrir o microfone e ia ficar ali o dia inteiro ouvindo. Não ia falar nada; só escutar, escutar, escutar. E as pessoas podiam fazer inscrição. Muita gente fez inscrição.

D.P. – Mas você fez convite dirigido para os grupos?

P.A. – Não, não. Fiz uma publicação disso. Muitos, que estavam já me visitando, eu fui comunicando que ia ter isso, e eles, em rede, vão se comunicando. A Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados, a qual eles tinham também muita vinculação, ajudou a divulgar...

D.P. – Até então era escuta. Você, ali, ia só escutar, mas não falou dessa...

P.A. – Mas aí, lá, apareceram as associações. Porque eles foram ao microfone e se apresentaram: “Eu sou da associação tal, tal e tal. Para nós, a questão central é essa, está acontecendo isso, isso e isso, processos atrasados, o pessoal está morrendo”. Muito isso. E eu fui anotando, fui anotando, fui ouvindo. Às vezes, fazia uma ou outra consideração. Me lembro do Greenhalg, nessa sessão, representando muitos presos políticos. Ele usou o microfone e disse assim: “Nós estamos muito preocupados, nós estamos muito preocupados com o senhor, que é um jovem, que não conhece a história e tatatá, tatatá.” E eu, humildemente, anotando tudo. Porque, para mim, era um exercício de humildade: eu estava chegando, eu tinha que ouvir, eu tinha que aprender, tinha que aprender muito. E todos foram lá. Então ali já me ajudou a fazer um mapeamento dessas associações. Mas outras foram aparecendo ao longo do caminho. Aí eu resolvo constituir um Fórum das Entidades Representativas. Esse fórum, eu não crio ele formalmente. Eu falo: “É uma reunião todo dia x, e pode aparecer quem quiser”.

D.P. – Você montou um calendário?

P.A. – Um calendário, “as reuniões são essas”, do ano inteiro. E aí foram aparecendo. Algumas associações que não sabiam, foram sabendo ao longo do tempo e começaram a participar e a frequentar. E ali fomos dialogando, conversando.

D.P. – Uma vez por mês se reuniam, mais ou menos?

P.A. – Antes, com uma periodicidade ainda menor, de quase de 15 em 15 dias. Mas como eram muitas associações e eles tinham que pagar as passagens para...

D.P. – Mas vocês conseguiam pagar as passagens? Isso que eu ia perguntar. Vocês conseguiam...?

P.A. – Não. Eles pagavam as deles mesmos. Depois eu transformo esse fórum... Não transformo; eu crio uma segunda instância de controle social – esse, sim, por portaria –, que eu chamo de Comitê de Acompanhamento da Sociedade Civil. Mas esse já é mais recente. Esse, por portaria. Hoje a Comissão de Anistia tem dois fóruns, e eu vou explicar por quê.

Porque até então esse desafio era processual: tinha um passivo muito forte de processos ali dentro para julgar. A gente tinha 30 mil processos sem ter nenhuma movimentação, nenhuma resposta, parados há dois, três, quatro anos ali dentro, e aquilo precisava ser resolvido. E as pessoas estavam morrendo, falecendo. Isso era muito angustiante. Então a gente montou uma estratégia de celeridade processual. Essa estratégia passou por aumentar a quantidade de turmas de julgamento; aumentar a capacidade de produção de análise; estabelecer um mecanismo de inteligência de diligências que fosse célere, para que a gente pudesse ter os processos aptos à apreciação; e depois, conseguirmos gerar... promover um recadastramento dos processos que pudesse permitir a associação deles, por similitude fática ou jurídica, e criar alguns blocos. Então, por exemplo, tinham todas as pessoas demitidas na greve x da USP. Bom, todos estavam pedindo anistia por isso. Se eu tivesse capacidade de diagnosticar, dentro da Comissão de Anistia, quais serão todos – e isso não estava organizado –, uma minuta de voto e uma solução poderiam ser replicadas para 20. Resolveria 20 naquela sessão, de uma só vez. Então isso foi implementado, esse inteligenciamento processual. Foi muito bom.

A.S. – Demorou mais ou menos quanto tempo isso? Porque vocês têm que pensar em categorias de campos de inserção, preenchimento, formulário, alguma coisa dessa natureza, não é?

.A. – Foi tudo em três meses. P.A. – Três meses eu tinha, para organizar tudo, e começamos as... Retomamos as sessões de julgamento, e aí, depois, eu fui montando grupos de trabalho na equipe que pudessem ir identificando esses processos ao longo do tempo. E na medida em que fossem ficando prontos esses resultados, a gente levava para uma sessão de julgamento. Mas antes eu promovia o que eu chamava de sessão temática, que ajudava a gente a identificar esse processo. Fora o Fórum de Representação das Entidades, a gente inaugurou, na nova gestão, o que a gente chamou de sessão temática, que era a seguinte... Eles reclamavam que os conselheiros não os ouviam, que eles tinham só dez minutos para falar, que era muito pouco, que não dava tempo para explicar a complexidade da situação deles, principalmente desses grupos coletivos sindicais. Então eu falei: “Está bem. Então nós vamos criar sessões temáticas. Uma vez ao mês, eu vou tirar um dia e vou convocar todos os conselheiros para sentarem aqui e ouvirem vocês durante um dia inteiro, para vocês falarem

tudo que quiserem, todas as pessoas que quiserem, trazerem todos os documentos, todas as provas, tudo que vocês tiverem”. Então teve o dia da Petrobras. Aí vieram todas as facções da Petrobras, e os advogados e os anistiandos falavam, falava, e os conselheiros ouvindo, pacientemente, os conselheiros. Foram várias sessões temáticas: do grupo da Usiminas, do grupo do Banco do Brasil, dos Correios, dos camponeses do Araguaia... Várias sessões temáticas. Nessas sessões temáticas, eles traziam tanta documentação e as listas dos processos deles, as associações que isso nos ajudou a achar, dentro do acervo da Comissão de Anistia, e aglutinar isso e montar um grupo de trabalho. O grupo de trabalho fazia uma pré-análise disso; depois eu tinha as sessões administrativas com os conselheiros, para a gente fazer um diagnóstico geral das distintas situações; nós reorganizávamos o grupão em subgrupos, a partir das diferenciações entre eles; pensávamos previamente as soluções que devem ser dadas para cada um desses conjuntos e orientávamos o setor técnico a, portanto, elaborar as soluções desses grupos conforme essa pré-orientação do conselho, sabendo que a decisão mesmo era durante a sessão de julgamento. Marcava a pauta, e aquele dia da sessão, aí sim, era o dia onde a gente ia decidir. Mas, pelo menos, já tinha ali um pré-trabalho, que permitiria que a sessão fosse mais fluida e mais resolutive.

A.S. – Só a título de curiosidade: essas sessões eram gravadas?

P.A. – As temáticas?

A.S. – Isso. Vocês têm esse...?

P.A. – Temos.

A.S. – Vocês têm esse registro transcrito?

P.A. – Não. Muitas foram filmadas por... Naquela época, a gente não tinha uma preocupação com esse registro, mas elas foram filmadas por eles, e alguns deles doaram para nós. Algumas, a gente filmou. Desde então, a gente começou a filmar todas as nossas atividades. As sessões da Comissão de Anistia, para você ter uma ideia, até então, eram só gravadas em áudio. E quando a gente cria as Caravanas de Anistia e transforma elas em sessões públicas,

abertas, com todo mundo, que foi uma outra estratégia para enfrentar a crítica contra a transparência, e eu achei... Foi a estratégia pedagógica para que as pessoas pudessem entender a Comissão de Anistia, os seus critérios, dizer que eles eram públicos, e acabar com muita falação de dúvida, de beneficiamento, de privilégios, de falta de isonomia lá dentro. Eu falei: “Não tem nada melhor para enfrentar o espectro de desconfiança do que abrir tudo. Abre tudo. Vamos fazer tudo publicamente”. A Comissão de Anistia é a única comissão de reparação e verdade do mundo que realiza seu processo deliberativo aberto publicamente.

D.P. – Do mundo, é?

P.A. – As outras comissões do mundo, reúne-se fechadamente, decide, e tem, às vezes, até uma audiência pública, só para dizer o resultado. Não explica nada para ninguém. A gente é a única. Esse organismo internacional que faz esse grande monitoramento no mundo que nos disse. Usa isso como um grande exemplo. Acho que isso é uma outra mudança. Mas a gente ainda está lá em 2007.

D.P. – Que organismo é esse, internacional?

P.A. – ICTJ – Centro Internacional de Justiça de Transição. Fica em Nova York. Bom, organizamos. O Tarso me chama e fala: “Paulo, temos que começar porque a pressão está muito grande e está parado há três meses...”. Eu precisava de um pouco de mais tempo. Não estava do jeito que eu queria. Mas eu entendo que a dinâmica da administração é outra. “Então vamos começar.” Marquei [para o] dia 13 de junho de 2007, a primeira sessão pública da nova gestão na Comissão de Anistia reorganizada, e marco um julgamento de um caso emblemático. Eu falei: “Quer saber? Eu quero começar a minha gestão julgando o processo do Lamarca”. E levamos o processo do Lamarca. Eu não tinha ideia da encrenca que eu estava me metendo, de que era bastante... Era mexer num vespeiro terrível. Mas, enfim, eu achei que foi bastante representativo. Acho que foi uma boa marca de início, sabe? Eu falei: “Nós vamos mostrar que...”. O processo estava parado há muito tempo. Ninguém queria resolver aquilo, achando que ia ferir suscetibilidades, que isso ia, no Ministério da Defesa, gerar um melindre etc. e tal. Eu falei: “Não. Tem 30 mil processos para resolver, é para resolver todos, esse é um deles, é um dos mais sensíveis, nós vamos começar com esse

processo”. Pegamos o processo do Lamarca numa sessão, anistiamos o Lamarca, a esposa e os dois filhos, e promovemos ele a coronel. Agora o Lamarca é coronel.

D.P. – Tinha plateia nesse dia?

P.A. – Tinha. Porque foi uma sessão pública. Estava todo mundo com muita expectativa...

D.P. – E a família recebeu a reparação financeira?

P.A. – Recebeu a reparação, tudo. Essa época, ainda não tinha o pedido de desculpas.

D.P. – Não tinha?

P.A. – Não. Isso é uma coisa que eu vou... Eu preciso contar essa história para vocês. Como é que isso acontece? Eu entro na toada da Comissão de Anistia, que era julgar o processo, “muito obrigado, terminou a sessão, vamos embora”.

A.S. – Paulo, deixa só eu fazer um parêntese?

D.P. – E essa do Lamarca foi onde?

P.A. – Foi lá no auditório do Ministério da Justiça. O que é que acontece? Bastidores. No dia que a gente inaugura a sessão do Lamarca e resolve o caso dele, faz a promoção... Tinham duas questões centrais ali. Uma era a tese se ele podia ser anistiado como militar. Porque as Forças Armadas tinham a visão histórica de que ele foi um desertor: “Ele saiu do quartel com um caminhão cheio de armas e ele é um desertor, ele não é mais um militar, por opção dele. Se quiser anistiar ele como civil, pode anistiar, mas como militar, não, porque ele não é mais militar”. Na verdade, não aceitavam anistiar nem como civil, não é? E nós, então, tínhamos que enfrentar isso. E aí nós desenvolvemos a tese... Que já estava parcialmente desenvolvida, porque a família já tinha ingressado com uma ação judicial e uma juíza já tinha dado uma decisão de que o Lamarca tinha que ser anistiado como militar. Então isso nos ajudou a já, também, criar uma blindagem e falar: “Não é a Comissão de Anistia que está... O Judiciário

já tinha dito”. Nos ajudava nesse enfrentamento para dentro. E aí nós desenvolvemos a tese de que não era exigível do Lamarca nenhuma conduta distinta dessa, porque as Forças Armadas é que tinham atentado contra as instituições e subvertido a ordem, rompido com as instituições. Então não era exigível; ele tinha que ser anistiado como militar.

[FINAL DO ARQUIVO 2]

P.A. – Esse dia do Lamarca foi muito importante não só por isso, por nós termos anistiado ele como... Ter anistiado; em segundo lugar, como militar; em terceiro lugar, progredido ele a coronel. Tinha toda uma questão... Inclusive os representantes dele... Aí estava o pessoal da ALN e outras pessoas estavam lá, querendo que nós colocássemos ele como general. E aí a comissão entendeu que isso não dava, porque general é um ato privativo da Presidência e nem todo mundo que entra na carreira vira general. Não era uma progressão objetiva. Então, isso era um ato da Presidência, não tinha como a gente fazer isso. A gente chegou no posto máximo que a gente poderia dar, que era coronel. E anistiamos a esposa, porque ela também, afinal de contas, também sofreu as intempéries disso. E teve uma outra decisão muito importante, que foi anistiar os filhos, entendendo que os filhos sofreram perseguições, porque eles também tiveram que ir para o exílio, eles também foram atingidos por atos de exceção. Isso é importante, porque a gente começa a ampliar o próprio entendimento da Comissão de Anistia de quem é o atingido pela ditadura. Antes era muito o perseguido político diretamente, mas a comissão foi começando a também amadurecer a ideia de que tinha muito mais gente atingida, e também como reflexo direto, não porque era filho, mas ele, apesar de criança, ele sofreu subtrações nos seus direitos: de viver dentro do seu país, de estudar na sua escola, de ter a convivência com a sua família. Ele foi atingido por um ato de exceção. Esse conceito de ato de exceção é algo que a gente foi elaborando a partir daí, e ele é interessante discutir, também. Bom, no dia seguinte... Quando terminou a sessão, eu vi aquela decisão... Porque a decisão da Comissão de Anistia é um parecer só, que é levado ao ministro, e aí o ministro assina uma portaria que é publicada no *Diário Oficial* e depois é encaminhada ao ministério pagador: os militares, quem paga é o Ministério da Defesa, e os civis, quem paga é o Ministério do Planejamento. Quando terminou aquela sessão, eu senti que... Tinham alguns militares assistindo lá no fundo, eu senti que alguma coisa aconteceu. Eu falei assim: “Façam a portaria aí já, já, porque eu já vou levar agora para o ministro”. Normalmente era assim:

levava para o ministro e, dali a um mês, o ministro fazia a portaria, depois saía no *Diário Oficial*. Eu falei: “Vamos transformar isso aqui num ato perfeito. Não tem como o pessoal obstaculizar o fim dessa decisão”. Levei para o ministro, o ministro assinou e nós já mandamos para o *Diário Oficial da União* e já saiu no outro dia no *Diário Oficial*...

D.P. – O ministro que assinou foi o ministro...?

P.A. – O ministro Tarso Genro. No dia seguinte...

D.P. – E aí quem pagaria era o Ministério...?

P.A. – O Ministério da Defesa que paga. No outro dia, eu estou lá na minha sala...

D.P. – Quem estava no Ministério da Defesa nessa época? Era o...?

P.A. – Era o Nelson Jobim. Eu estou lá na minha sala, toca o telefone, é do gabinete do ministro. “Paulo, tem um pessoal do Ministério da Defesa aí. Eles vão aí falar com você, *tá?*” “*Tá.*” Iam lá na minha sala. Era a Consultoria Jurídica do Ministério da Defesa e um outro militar de alta patente que... “Olha, a gente tem uma dificuldade com essa decisão. Para dentro, ela gera alguns problemas. Nós queríamos ver se não é possível... A gente queria mandar alguns materiais para vocês analisarem melhor, antes de a portaria sair etc. e tal”.

A.S. – Todos militares? Representantes do Ministério da Defesa, mas todos militares?

P.A. – Todos. Talvez tivesse algum civil da Consultoria Jurídica, alguém da Advocacia-Geral da União. Aí eu falei: “Puxa! Espera aí. Eu acho que a gente já mandou para o *Diário Oficial*”. Aí eu chamo a assessoria e falo assim: “Já mandou?”. “Ih! Já.” “Saiu?” “Saiu.” “Já saiu. Está no *Diário Oficial da União.*” E eles: “Puxa! Que pena!”. Porque tentou, ainda antes... Bom, aí, logo em seguida, vem uma repercussão nos jornais...

D.P. – Quer dizer, você não bateu boca com eles; você só...

P.A. – Não. “Infelizmente, já foi para o *Diário Oficial da União*.” Mas aí, logo em seguida, aí o Bolsonaro, aquelas coisas que você sabe, ele critica etc., vai no Parlamento, “o governo do PT anistiando um bandido, um terrorista”, e assim vai. Então o Clube Militar, por meio de um advogado do gabinete do Bolsonaro... Tem um Bolsonaro deputado estadual aqui no Rio de Janeiro, não tem? Deputado estadual na época, eu acho. Um assessor do Bolsonaro entra com uma ação civil contra a decisão da anistia do Lamarca, pelo Clube Militar.

A.S. – Alegando...?

P.A. – Alegando que ele era desertor, não podia ser anistiado, que era um terrorista, que a anistia não cabe para ele etc. e tal. E o juiz suspende a nossa decisão – a dele, a da esposa e dos filhos –, um juiz do Rio de Janeiro, um juiz federal do Rio de Janeiro, suspende com base na ação do... e que isso é ilegal e, portanto, está gerando uma despesa pública ilegal. O juiz dá a liminar e suspende a decisão. Mas, veja, começa a Comissão da Anistia já com essa situação, ter a primeira decisão nossa questionada judicialmente. Sabe quando é que isso vai ser resolvido judicialmente? Sete anos depois. Semana passada. Agora.

D.P. – É mesmo?

P.A. – É. Só agora o TRF – Tribunal Regional Federal, já em segunda instância, toma a decisão de dizer que a decisão da Comissão de Anistia estava correta, que o Lamarca tem direito de ser anistiado como militar e na posição de coronel. Isso foi uma luta judicial de sete anos. Nesse tempo todo, sofrendo essas críticas... Você sabe que algumas coisas não... mas outras têm...

D.P. – E a família recebeu indenização esse período? Ou não?

P.A. – Não.

D.P. – Fica suspenso?

P.A. – Suspenderam.

D.P. – Não aconteceu nada, então.

P.A. – Nada. Não, durante esse tempo todo, o juiz destrancou o da esposa e o dos filhos. Porque se era o problema só de ele ser desertor, o dos outros não. Então o dos outros entrou. Mas o do Lamarca continuou. Ou foi só dos filhos, e o da esposa e o do Lamarca continuou. Alguma coisa assim. Mas só resolveu agora. Resolveu assim, agora, no TRF. Não sei se eles vão ingressar com recurso no Supremo ou no STJ ainda. Para você ver como... Um outro tema que ninguém nunca estudou é a judicialização do processo de reparação. Isso é um tema nunca estudado. Desde a época em que não existia a Comissão de Anistia – aqueles 11 anos de ausência de regulamentação da lei, em que muitos processos de reparação, então, foram judicializados, por lacuna, por omissão do Estado –, mas também a judicialização *a posteriori* das decisões da Comissão de Anistia. Porque muita gente discordou das decisões da Comissão de Anistia e entrou na Justiça, seja contra ou seja a favor: seja porque discordou, no sentido de que entendeu que a indenização foi baixa e queria uma indenização maior, ou seja porque não concordava com a anistia, nesses casos dos setores conservadores, que também judicializaram. Judicializaram o caso do Lamarca e judicializaram quando nós decidimos também, corajosamente, anistiar os camponeses do Araguaia. Esse caso também foi judicializado pelo Clube Militar. E esse ainda tramita na Justiça.

A.S. – Em sua concepção, a gente pode falar, por exemplo... Aí é a pergunta de uma leiga que não conhece muito bem o jurídico. A Ana Maria Müller, quando nos concedeu uma entrevista, ela mencionou, inclusive problematizando, a ideia de um atestado de ausência presente na Lei de Anistia, em 1979, inclusive mencionando algumas iniciativas individuais de familiares que, para resolver problemas burocráticos e de contingências da sua vida, acabaram acionando a Justiça Comum para tentar resolver um problema aqui e outro ali. A gente pode considerar iniciativas como essa também nessa chave do que você chama de uma judicialização da reparação?

P.A. – É. E eu chamo até de judicialização da justiça de transição. Se um dia eu sair do governo e voltar para a universidade, eu vou cuidar um pouco desses temas, eu acho, porque eu acho que as pessoas não trabalharam isso: quais são, que tipo de resposta, ou como o

Judiciário se porta diante dessa agenda da transição. Porque não se trata só da questão da Lei de Anistia para os crimes; é também como o Judiciário compreende esse processo de reparação. E a Comissão de Anistia tem muitas decisões judiciais ali dentro, porque tem decisão judicial de gente que acha que o seu processo está demorando demais e aí entra na Justiça para ser julgado já, imediatamente; tem juiz que dá a liminar determinando à Comissão de Anistia julgar; tem juiz que só pergunta informações e depois fala: “Não, não tem direito, tem que esperar o tempo do Estado”.

A.S. – E aí, quando o juiz dá essa liminar, vocês têm que pular...

P.A. – Tem que pular na frente dos outros e botar na pauta. Porque o juiz mandou. Aí é decisão judicial.

D.P. – Como é que você vê, até politicamente, ou juridicamente, por exemplo, essas ações que foram feitas, que você está falando? A Ana Müller entra com a coisa do Mário Alves, você acha que essa atitude deveria ter sido tomada?

P.A. – Deveria.

D.P. – É isso mesmo.

P.A. – Deveria. Acho que até, nesse estudo, ele tem fases. Tem a judicialização entre 1979 e 1988, que é as ações dos familiares para conseguir o reconhecimento das mortes como responsabilidade do Estado. Então tem o caso Mário Alves, mas também tem o caso Herzog, tem vários casos. A Ana Müller é uma fonte de informação disso aí extraordinária. Aqui no Rio de Janeiro, essas ações judiciais, muitas delas eram... Tem cópia disso... Acho que esse acervo, alguém tinha que cuidar, sabe? Tentar achar e guardar isso. Porque isso é como o Estado brasileiro, na vertente Poder Judiciário, cuidou da agenda da redemocratização, da agenda da democracia e da reparação da justiça de transição. O pessoal é muito focado no Poder Executivo – nas omissões do governo, em não ter política de memória, de não ter outra coisa, de atraso na Comissão de Anistia, a Comissão de Mortos voltar, a falta de localização dos restos mortais –, e trabalha pouco a questão da Justiça, que eu acho que explica um pouco

a parte da nossa transição. O Judiciário joga um papel importantíssimo nisso. Tem essa primeira fase. Tem uma segunda fase que é [de 1988], Constituição, até 1995, quando surge a Comissão de Mortos e Desaparecidos e ainda tem novos conjuntos de processos de mortos e desaparecidos, mas também já tem, aqui, o grupo dos perseguidos políticos. Porque a Constituição de 1988 assegura, no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, que a anistia é concedida a todos aqueles que foram atingidos por atos de exceção. O conceito de atos de exceção é importantíssimo. E as pessoas não se dão conta disso. As pessoas só querem discutir a ideia de perseguição política. Ato de exceção é bem mais amplo que perseguição política. Você não tem como considerar um filho de um preso político que esteve junto com a mãe dentro da cadeia como um perseguido político. Ele nunca nem foi fichado. Ele não é um perseguido político, uma criança de nove meses, mas é uma pessoa atingida por um ato de exceção, de uma restrição aos seus direitos fundamentais, fora da normalidade de um Estado de direito, e que só ocorreu em virtude de um regime de exceção, de um regime ditatorial. Violações aos direitos humanos, a gente tem aí todo dia, toda hora, em plena democracia. O que é que justifica que aqueles devem ter hoje um mecanismo especial de reparação? Porque hoje, se o Estado aqui... A esposa do Amarildo, se ela quer ter uma reparação, ela precisa entrar com uma ação judicial por dentro do sistema ordinário, hoje, do Estado de direito, o Poder Judiciário, as ações. E em relação à ditadura foi criada uma comissão administrativa especial que, à margem do Poder Judiciário, promove essas reparações de forma célere. É uma comissão extraordinária para esse propósito. O que é que justifica? Justifica o fato de que essas violações ocorreram num ambiente de deformação das finalidades institucionais do Estado. Hoje, o Estado existe para proteger a gente. E ele falha. Naquela época, o Estado foi desvirtuado e deixou de proteger e, deliberadamente, passou a perseguir. Teve o propósito deliberado de promover violações aos direitos das pessoas. Então isso justifica esse aparato especial, esse tratamento especial.

D.P. – Foi a mesma justificativa para o Lamarca conseguir ser... Não é isso? Quer dizer, no fundo, é...

P.A. – Também. Foi o Estado que se desvirtuou. Se a gente não colocar essa questão como a questão central, você não está promovendo o que eu acho que tem que fazer, que é uma condenação moral do golpe. Eu acho que 1964 é fundamental. As pessoas discutem muito

1968, o AI-5, que são os anos de chumbo, que a coisa piorou, as restrições foram mais intensas. Eu acho que 1964 é fundamental. Porque 1964 é a quebra com a Constituição democrática, é a tomada do poder pelas forças. É isso que dá amparo para hoje a gente dizer: “Não! Nunca mais! Não dá!”. E entre os anistiandos tem isso também: os perseguidos de 1964 a 1968 é uma coisa e de 1968 em diante é outra. E aqui também há... De 1968 em diante... Não estou generalizando, está [certo]? Mas [os perseguidos políticos] de 1968 em diante, de algum modo, tiveram algum tipo de reconhecimento: os jovens, o movimento de 1968, a intelectualidade, a área cultural. Esse pessoal perseguido de primeira hora, que eram os militares legalistas de 1963, que vinham lá das revoluções... do movimento getulista varguista, esse perseguido esquecido lá de 1964, todos os servidores que, no Ato Institucional nº 1, na relação daqueles que... estavam todos afastados dos seus cargos, os deputados... Esse pessoal... “Os grandes deputados é depois de 1968, veio o AI-5, a Câmara foi fechada.” Eu acho que existe um tratamento muito pouco equilibrado.

D.P. – Como os camponeses, não é?

P.A. – Os camponeses. O movimento camponês. Então, acho que essa coisa é importante. Resgatar 1964, eu sempre achei muito importante.

D.P. – Assino embaixo.

P.A. – Mas essa ideia de atos de exceção, ela também foi sendo trabalhada. Isso, para mim, nos interpelou, na Comissão de Anistia, porque... E aí eu acho que isso conecta com outro assunto que nós temos que falar, que é o seguinte, a Comissão de Anistia, quando ela é criada, ela é criada para dois públicos, que, para mim, são distintos e, talvez, o ideal teria sido que tivessem sido criadas duas Comissões de Anistia diferentes. Que são quais? Os perseguidos políticos por engajamento a movimentos de resistência, para mim é uma coisa; o segundo grupo são trabalhadores demitidos por greves ocorridas durante o regime militar, essa é outra coisa.

D.P. – E não é um movimento de resistência, a greve?

P.A. – Algumas greves tiveram pauta política de engajamento contra a ditadura militar. Mas nem todas. Mas essa também era uma pauta secundária. A pauta deles sempre foi trabalhista, inicialmente: reivindicação salarial.

D.P. – Tudo bem. Mas a greve é proibida nesse período, então eles estão...

P.A. – Tem períodos que sim e tem um período que não. Tem um período que não. Por quê? Porque pós-1985 a lei antigreve já tinha saído. A anistia alcança todos os movimentos até 1988. A Comissão de Anistia repara pessoas até o dia da data da Constituição. Teve greves que ocorreram de 1985 até 1988: nos Correios, e assim por diante, vários outros grevistas.

D.P. – O marco dela inicial é quando? É 1964?

A.S. – É 1946.

P.A. – É 1946.

A.S. – Qual é a justificativa, inclusive, para 1946?

D.P. – Então é a mesma coisa que a Comissão da Verdade, não é?

P.A. – A Comissão da Verdade, a justificativa dela...

D.P. – A data é igual.

P.A. – A Comissão da Verdade, a justificativa dela é a Comissão de Anistia, que, por sua vez, tem como justificativa a Constituição. A gente sempre teve sucessivas Leis de Anistia, ao longo do tempo. O Brasil tem essa tradição de dar anistia. Mas tem um lapso. Porque depois de 1946 e até 1964, alguns movimentos aconteceram e não tiveram as anistias. Então essa era uma pauta desses grupos. E aí, quando tem, dentro do Congresso Nacional, a discussão em torno dessas pessoas, muitos comunistas, por causa... A turma do Marighella, do Jorge Amado, que tinham sido os constituintes de 1946, que depois foram expulsos, esse pessoal

nunca foi anistiado, posteriormente. Então tinha essa reivindicação. E na hora da sistematização da Constituição, eles pegam todo esse bolo e transformam em um único artigo da Constituição. “Então, já que a gente vai criar uma anistia para reparar os perseguidos políticos da ditadura, bom, tem esses daqui também, em vez de botar um artigo diferente, vamos botar de 1946 a 1988.” E tinha também a reivindicação dos trabalhadores que tinham sido demitidos em greve, que também queriam voltar. E isso também tem o nome de anistia, embora seja uma outra coisa: é anistia trabalhista, não é anistia política. A anistia trabalhista existe até hoje. Os demitidos do governo Collor conquistaram, nesse momento, uma Comissão de Anistia, que hoje funciona lá dentro do Ministério do Planejamento, para eles voltarem, de grevistas. Lá nos Correios, também, de demitidos das greves entre 1988 e 1995. Depois têm os das greves das privatizações, também. Tem Comissões de Anistia...

D.P. – Mas não estão no caso da Comissão de Anistia porque o período é posterior.

P.A. – Nós pegamos os antes, os entre 1985 e 1988.

D.P. – Está bom. Mas depois de 1988, vocês não pegam.

P.A. – Depois de 1988, a gente não pega.

D.P. – Não diz respeito.

P.A. – Tem muitos processos [relacionados ao período pós-1988] que entram na Comissão de Anistia, confundindo, achando que é lá, e que depois são indeferidos porque estão fora do espectro temporal. E tem uma zona cinzenta de pessoas que começaram a ser perseguidas antes de 1988 e que as demissões ocorreram depois de 1988, então você não sabe de quem é a competência. Isso é outro probleminha. [É o caso de] alguns sindicalistas da Usiminas. E o importante é o quê? Durante muito tempo, a Comissão de Anistia trabalhou com a ideia de que o elemento central que caracterizava o direito à reparação era a pessoa ter tido alguma concretização de uma perseguição política. Porque o conceito central era a perseguição política. Mas a Constituição não fala em perseguição política; a Constituição fala: “É concedida a anistia a todos aqueles que foram atingidos por atos de exceção”. O conceito

chave é atos de exceção. Só que o artigo 1º da lei que vem regulamentando a Constituição, ele vem dizendo: “É concedida a anistia a todos aqueles que, perseguidos por motivação exclusivamente política...”. Eles põem uma outra palavra na lei, diferente do que está na Constituição. Então essa questão é uma coisa que precisou ser matizada, ao longo do tempo. Mas, para mim, o conceito central é atos de exceção, porque isso permite você pegar os filhos, os banidos, os camponeses – porque não tem nenhuma documentação em torno deles – , os indígenas, que tiveram, é claro, algum tipo de impacto. Porque você tem que verificar é se houve alguma restrição aos direitos de liberdade ou aos direitos políticos.

D.P. – Queria entender uma coisa. Quando você diz que você acha que tem dois públicos e, portanto, deviam ter duas comissões. Esse segundo grupo, que seriam os demitidos por greves etc. e tal, eles não estão nessa coisa dos atos de exceção?

P.A. – Não.

D.P. – Não estão.

P.A. – Muitas greves deles não tinham pautas reivindicatórias relacionadas à ditadura, porque ela tinha acabado em 1985. Então tem uma grande quantidade processos que são de greves ocorridas entre 1985 e 1988 que estão lá dentro da Comissão de Anistia. E também alguns movimentos grevistas pré-1985 não tiveram nenhuma pauta relacionada à resistência à ditadura.

A.S. – Era vinculada a aumento salarial, a jornada de trabalho e coisas dessa natureza.

P.A. – Aumento salarial, jornada de trabalho... Eram questões sindicais.

D.P. – Pois é. Mas os atos de exceção...

P.A. – Alguns deles estavam dentro do ambiente de uma lei antigreve. Aí você fala: “Bom, então tem uma... Era proibido greve”.

A.S. – A Lei de Segurança Nacional de 1983.

P.A. – Mas, veja, mesmo para você fazer uma greve numa época em que era proibido greve, uma coisa é essas demissões terem tido motivação política, e outra coisa é essas demissões terem tido como fator principal a participação na greve. Esse é um negócio que vira um bolo, sabe por quê? Eu acho que um público onera o outro. As abordagens que se faz hoje do quanto que o Estado já gastou para reparar os perseguidos, das grandes indenizações etc., eu acho que isso acaba onerando o público... a resistência orgânica contra a ditadura. Eu acho que tem um efeito. Porque você tem uma...

D.P. – Deixa eu entender uma coisa, porque agora eu fiquei confusa: se são os perseguidos pelos atos de exceção, entre 1946 e 1964, quais são os atos de exceção?

P.A. – Teve muitos...

D.P. – Atos de exceção aí?

P.A. – Não. Aí é perseguição política.

D.P. – Então está bom.

P.A. – Mas, enfim, esses são os limites da nossa lei.

D.P. – Mas o artigo 8º fala de atos de exceção.

P.A. – Atos de exceção.

D.P. – E aí estende para o pré-1964.

P.A. – Mas, veja, dentro de atos de exceção estão as perseguições políticas. Ato de exceção é um conceito amplo, ao qual perseguições políticas estão dentro dele.

A.S. – Esse é um conceito jurídico?

P.A. – É.

A.S. – É uma expressão corrente?

P.A. – É um conceito constitucional.

D.P. – É isso que... Num regime onde a Constituição está sendo... funciona normalmente, como foi no pré-1964, entre 1946 e 1964, você não teve nenhuma alteração na Constituição, nenhum ato...

P.A. – Mas pode ter havido atos de arbítrio, dentro desse ambiente.

D.P. – Porque na cabeça da gente, atos de exceção são os atos que você altera a Constituição.

P.A. – Dentro de regimes institucionais de exceção, não é? Mas aí ocorreram, na verdade, alguma... Na verdade, você está trazendo uma reflexão que eu mesmo nunca fiz. É bem interessante.

D.P. – É porque agora é que bateu isso aqui. Eu achei um negócio...

P.A. – A questão conceitual, não é?

D.P. – Achei até...

P.A. – Uma confusão, não é?

D.P. – É.

P.A. – Mas, no fundo, eu acho que... Enfim, no fundo, está colocada a ideia de que alguns atos de arbítrio ocorreram em ambientes democráticos, até essas demissões ocorridas entre

1985 e 1988. Isso é importante. A Comissão de Anistia não é destinada como única e exclusivamente para as pessoas atingidas por atos durante o regime militar; é de 1946 a 1988. Tem alguns integralistas que entram com processo na Comissão de Anistia, alegando que têm direito a algum tipo de reparação.

A.S. – Paulo, só para a gente inclusive compreender melhor e deixar registrado, também, como é o funcionamento burocrático da Comissão de Anistia, como é que funciona? Por exemplo, um familiar ou um ex-presos político, alguém que se considerou atingido político durante a ditadura militar, qual é o processo burocrático que ele tem que enfrentar? Ele decide entrar com um processo na Comissão de Anistia...

P.A. – É um processo burocrático, mas relativamente simples, porque não há exigência de advogados. A pessoa entra no site do Ministério da Justiça, baixa um formulário, esse formulário é padrão, e diz lá: “Qual seu nome? Quais são os dados cadastrais? Conte um pouco da sua história e junte aqui para a gente uma cópia da sua identidade, da sua conta bancária, do seu comprovante de endereço e junte o que você quiser”. Tem gente...

A.S. – É de livre escolha.

P.A. – É de livre iniciativa. Você pode juntar o que quiser.

D.P. – Não tem que ter a coisa do *habeas data*, não?

P.A. – Não. Não é obrigatório.

D.P. – Eu achei que tinha que ter, você tinha que ter uma coisa oficial que mostrasse...

P.A. – A própria Comissão de Anistia promove diligência indo atrás disso. Aí a gente automaticamente... Bom, entrou com o processo? Está lá? Está no setor de protocolo? Aí então o setor de protocolo pega essa documentação, autua, transforma num processo administrativo, dá uma numeração e, a partir dali, vai ter uma tramitação, que é a tramitação... Genericamente dizendo, é: depois da autuação, são promovidas as diligências

nos órgãos... Se a pessoa conta que foi demitida da empresa x, a gente manda uma carta para a empresa x perguntando se isso realmente aconteceu e, se tem a documentação, que a empresa entregue essa documentação para a Comissão de Anistia; uma carta para o Arquivo Nacional, para que ele procure o nome da pessoa na base de dados do antigo SNI e também dos organismos de repressão que hoje estão lá dentro a documentação, e aí o Arquivo Nacional manda a certidão, com todo e qualquer registro onde o nome da pessoa aparece em qualquer documento; e às vezes é preciso, para as pessoas que responderam inquérito militar, também é preciso ir ao STM para buscar os processos que estão lá, porque ali também tem uma documentação boa. Às vezes a gente também diligencia aos órgãos de segurança estadual, nos seus respectivos arquivos; nos arquivos estaduais; e às vezes na universidade, se ele era vinculado à universidade. No que ele contar a história. Aí voltam as diligências... Isso às vezes demora dois, três anos. O órgão que a gente mandou demora para responder para a Comissão de Anistia, não devolve...

D.P. – Deixa eu interromper um negocinho. Mas vocês... Já que vocês... Vocês, para agilizar tudo isso, um trabalho muito importante, vocês estão fazendo um pouco o papel do... A pessoa que deveria fazer. Porque quando eu entrei na Comissão de Anistia, eu sempre soube que nós é que tínhamos que buscar a documentação. Depois vocês podiam complementar, aprovar. Mas vocês estão fazendo um pouco o papel que caberia a um advogado ou à própria pessoa fazer isso.

P.A. – Como não é exigido advogado...

D.P. – Vocês têm um trabalho enorme.

P.A. – É um trabalho enorme. E essa é uma coisa importante. É por isso que eu acho que tem... Os processos de anistia têm duas grandes caras. Como até 2007 a questão era burocrático-formal, para fins econômicos, não tinha um discurso de memória, de registro de testemunho que amparasse esse trabalho, as pessoas limitavam a entrar com seus requerimentos circunscritos aos fatos relacionados à sua perda de vínculo laboral. Muita gente não contava sua história inteira, quem era, só falava: “Eu fui demitido da empresa x, no dia tal, por perseguição política. Está aqui minha carteira de trabalho comprovando a minha

demissão e está aqui um documento dos organismos de repressão dizendo que eu tinha que ser demitido”. Pronto. Não contava a história dele.

A.S. – Mas o ônus probatório não necessariamente era daquele que estava solicitando a anistia. Ele só fazia isso porque seria uma forma de agilizar o processo?

P.A. – Não. Na Comissão de Anistia não tem essa questão de ônus da prova. Isso aí foi um problema da Comissão de Mortos e Desaparecidos.

A.S. – Então, na Comissão de Anistia, essa questão nem...

P.A. – Na Comissão de Anistia, essa não é uma questão. Na Comissão de Mortos e Desaparecidos, sim, porque o ônus da prova ficou aos familiares terem que apresentar que ele tinha sido... Essa é uma grande crítica dos movimentos dos familiares de mortos e desaparecidos. Na Comissão de Anistia, não, você não precisava entrar com isso; a Comissão de Anistia ia atrás dos documentos. Bom, tem talvez uma questão do ônus da prova, porque às vezes tem gente que não tem documentos, os arquivos não foram abertos, ela foi perseguida política e o processo dela vai ser indeferido porque não tem nenhuma prova. A gente não consegue nem prova testemunhal nem nada, e aí ela fala: “Ah, então, o ônus da prova ficou para mim”. Mas é uma situação residual; não é a regra. Mas esse primeiro processo, esse primeiro conjunto de processos que ingressou na Comissão de Anistia, eles não têm uma grande riqueza de detalhes, porque as pessoas não estavam impregnadas desse estímulo em registrar a memória, os seus testemunhos, a sua história. Muita gente fez isso, mas não porque a Comissão de Anistia provocava; porque a Comissão de Anistia também assumiu uma posição de receber o processo e dar uma resposta segundo a lei para aquilo. Não tinha um papel político-histórico a ser cumprido, sendo cumprido, embora eu não diga que isso não tenha ocorrido em alguns momentos. Porque também a história é um pouco complexa. Depois, quando a gente começa a estimular que a comissão pudesse ser transformada num espaço de canalização de uma demanda social, de repolitização dessa agenda da transição, que estava um pouco perdida, de reconceituação da própria ideia de anistia – porque aí a gente promoveu uma virada hermenêutica ali, que foi quando surgem os pedidos de desculpas –, e de construção de um programa ou de uma política pública de

memória, e as Caravanas da Anistia, o processo de guardar tudo isso, a construção do memorial etc. e tal, algumas pessoas até passam a acreditar mais nisso, entram com seus requerimentos, pessoas que tinha resistência, não queriam entrar, quase que sentiam um pouco de vergonha por antes. Porque antes ficavam saindo as notícias das indenizações milionárias, então...“Olha o bolsa ditadura. Você também é um oportunista”. Então a gente começou a disputar essa visão mesma. Nós precisávamos romper essa continuidade da estigmatização daquela pessoa, que foi já estigmatizada no passado. Tinha que romper com esse discurso. E os processos começam a ficar bem mais ricos. Aí as pessoas começaram, elas diretamente, a juntar tudo. Porque também o Arquivo Nacional começa a se organizar mais e as pessoas começam a ter acesso a essas informações. Muita gente... Hoje em dia é muito difícil um processo de anistia entrar totalmente puro ali dentro, porque muita gente já tem seus documentos e aí junta. E hoje confiam mais em entregar esses documentos, também. Porque tinha gente que não entregava. Hoje eles entregam. Outra curiosidade hoje em dia, para pesquisadores, é mexer nesse acervo, porque tem gente que juntou de tudo ali dentro. Tem gente que juntou seus livros da época, cartas do pai, cartas da mãe, documentos pessoais, roupa... Tem de tudo ali dentro. Cada um registra sua memória como acha que é pertinente, não é? E os processos são bem ricos. E depois, então... Quando a gente assume e vêm esses processos, até o fim do ano, a grande meta era tentar dar conta desse passivo. Porque esse era o principal desafio. A Comissão precisava voltar a julgar e ter uma perspectiva de solução dos processos. E a gente reprogramou. Tinha 30 mil casos, nós tínhamos três anos e meio na gestão, porque era com esse ministro, com esse governo, o governo Lula, eu não podia planejar para além disso, “vamos tentar resolver todos os casos nesses três anos e meio”. Então precisava julgar 10 mil por ano. Tinha 30 mil processos.

D.P. – Fora os que fossem entrando.

P.A. – E fora os que fossem entrar.

A.S. – E 24 conselheiros.

P.A. – Vinte e quatro conselheiros.

A.S. – Vocês têm assessores?

P.A. – Têm assessores. A maioria, técnicos. E o processo, depois que entra, vai para o setor de diligência, são promovidas as diligências, e quando voltam todas as diligências, ele vai para uma área que se chama setor de análise. Esse setor de análise é composto por técnicos analistas, que aí analisam toda a documentação e fazem um parecer, um pré-parecer, sobre tudo aquilo para o conselheiro. Eu não posso exigir que o conselheiro faça esse trabalho porque ele é voluntário, então ele recebe o trabalho mais ou menos pronto, uma minuta do que tem ali dentro, uma análise do que tem ali dentro. Aí o conselheiro pega e recebe isso na sua casa, e ele tem um tempo para estudar o processo. Ele pode, de repente, já concordar com tudo: “Está ok, está igual ao que eu penso, podemos colocar na pauta”, e ele vai lá para sustentar, para dizer por que ele está defendendo aquela solução e aquele parecer para aquele processo. Às vezes, o conselheiro pega e fala: “Não, eu quero dar outra solução”. O parecer final é do conselheiro. Ele leva para a sessão... Ele diz que está apto, o processo pode entrar para o julgamento, é marcada a sessão, a pessoa é comunicada, e ela pode, no dia – as sessões são públicas, ela pode ir lá no dia –, durante dez minutos, fazer uma sustentação oral. Normalmente é muito mais do que isso, e a gente não limita muito o tempo...

D.P. – Os outros conselheiros... Eu tive a impressão, no meu dia lá, que os outros conselheiros ficaram conhecendo na hora.

P.A. – É.

D.P. – É só o conselheiro relator que estudou, estudou, estudou. Aí ele vai...

P.A. – Normalmente a sessão é ali na hora.

D.P. – É ali na hora. E as outras pessoas não sabiam do caso.

P.A. – Não sabem. E se tiver alguma dúvida, pede vista do processo, suspende o julgamento, manda para o conselheiro vista, ele vai olhar o processo. Ou ele pede só vista regimental, ali na hora. Ele fala assim: “Quero dar uma olhada aqui na frente”. Suspende. Vamos para o

próximo caso, ele vai olhando, aí ele fala: “Estou satisfeito. Eu já posso”. E aí são proferidas ali na hora as decisões, que são pareceres. Tecnicamente dizendo, a decisão da Comissão de Anistia não é definitiva, ela é um parecer ao ministro da Justiça, que pode ou não acolher a decisão da Comissão de Anistia.

A.S. – Há casos em que a decisão não foi acolhida?

D.P. – Não sabia disso, que o Ministério da Justiça pode [inaudível].

P.A. – Porque a anistia é ato do ministro da Justiça, assessorado pela Comissão de Anistia.

D.P. – E teve já algum caso assim?

P.A. – Já. Antes de eu entrar, tinha alguns casos, que aí foi o momento em que a coisa foi burocratizada. Depois, eu não me lembro de nenhum caso. Bom, aí têm duas histórias que valem a pena, então: uma sobre os trabalhadores do Arsenal de Marinha aqui do Rio de Janeiro e outra sobre os militares da Aeronáutica atingidos pela Portaria 1.104, da FAB. Aí não é porque o ministro não acolheu; é porque aí houve um processo de judicialização por iniciativa do Ministério da Defesa, que essa é outra história que as pessoas não sabem.

D.P. – E como é que vocês fazem a divisão do trabalho, em relação aos relatores?

P.A. – A distribuição é por sorteio.

D.P. – Por sorteio?

P.A. – É. Antes não. Naquele início da reorganização da comissão, a gente acabou criando algumas turmas especializadas. Então tinha uma turma especializada em militares, uma turma especializada em servidores públicos, uma turma especializada em demitidos do setor civil, uma turma especializada em perseguidos de organizações, outra de movimento estudantil... de estudantes. Tinham algumas turmas. Isso dava até uma celeridade.

D.P. – Por que vocês mudaram?

P.A. – Mudou por interferência do Tribunal de Contas da União. Porque os próprios... Tem uma disputa muito grande, nesse setor sindical. É uma briga muito forte entre eles. “Ah! Está resolvendo dos Correios, mas não está resolvendo da Petrobras, não está resolvendo do Banco do Brasil”. Alguns deles são vinculados a sindicatos muito poderosos. São associações dentro desses sindicatos. Eles são comissões dentro de sindicatos. E eles vão fazendo um processo de denúncia entre eles. O Tribunal de Contas e a Controladoria-Geral reclamando por que não foi o outro. E é muito difícil gerir isso. Aí o Tribunal de Contas falou assim: “Então agora nós entendemos que tem que ser por sorteio”. Isso inclusive tem reflexo, hoje, na celeridade de julgamentos. Porque a gente perdeu uma capacidade de julgar mais rapidamente blocos de processos, por causa da disputa entre eles, entre os anistiados, que acionaram em cima. E aí o órgão de controle veio...

D.P. – Quer dizer, sorteia o processo e sorteia quem vai ser o relator. Porque essa é a minha pergunta. Porque eu achava que tinha...

A.S. – Sorteia o processo também?

P.A. – Sorteia o processo para o relator.

A.S. – Mas o processo é por ordem de entrada.

P.A. – Não. Tem um decreto interministerial que estabelece os critérios de prioridade que fala que os critérios de prioridade de tramitação processual são: um, numeração, que é a ordem de entrada; dois, doença; três, idade; quatro, desemprego, a pessoa que está desempregada, ou tem renda de um salário mínimo, uma coisa assim.

D.P. – Ou alguns casos considerados... Que foi o caso do meu dia lá.

P.A. – Não. Aí é outra coisa. Vou te explicar.

A.S. – São muitas variáveis.

P.A. – Então, normativamente é isso. Só que quando você tem... Você tem uma moldura que estabelece os critérios de prioridade. Mas essa moldura não resolve nada, se você aprofundar a análise dela. Porque e quando eu tenho um processo de uma pessoa doente, mas um processo mais novo em relação a um processo mais antigo de uma pessoa super jovem, que são os filhos que têm entrado hoje, mas que desde aquela época já tinham entrado com seus processos? E quando eu tenho alguém que...? Enfim, a combinação desses fatores vai gerando uma série de situações. Mas tem uma outra coisa que é mais importante, que é a seguinte... E tem a ver com o que a gente discutiu agora. Como têm pessoas que foram organizadas e montaram o seu processo com todos os documentos desde sempre, o processo está pronto para julgar. E têm outros que não fizeram nada, só fez a petição e deixou por conta de a gente buscar as diligências. E até, pela ordem de prioridade, o outro tem precedência. Mas eu vou deixar o processo da outra pessoa, que está todo ali prontinho, preso por três anos, até voltar a diligência do outro, e deixar a Comissão de Anistia parada? É razoável? Então, para a gente, isso não pareceu razoável. Eu falei: “Olha, eu não vou ficar com a Comissão de Anistia parada até que voltem as diligências dos processos que têm preferências. Se eu tenho processos aqui prontos, nós vamos julgá-los, nós vamos julgar”. E foi uma escolha, enfrentando tudo e todos: “Vamos julgar, porque nós precisamos julgar 10 mil processos por ano, durante três anos, senão não termina isso. As pessoas estão morrendo”. E começamos a julgar. Então isso aconteceu, algumas pessoas que tinham o processo pronto... Porque, na prática, você aplica os critérios de prioridade a partir do momento em que o processo estiver apto para julgar. Não adianta eu aplicar os critérios de prioridade antes de ele estar apto para julgar. E aqui que existe uma diferenciação entre os processos, porque a qualidade da instrução probatória deles é diferente em cada um: têm processos superdifíceis de buscar uma informação e têm outros, não, que é um caso notório e está apto. Agora, entre os aptos a julgar, eu vou ver qual que tem mais idade, qual é o mais antigo, qual que tem doença e qual que eventualmente... Entendeu? Então essa foi a nossa interpretação. E isso nos permitiu acelerar os julgamentos. Mas, afora isso, tem o que nós criamos, que foram as sessões especiais. Que é o quê? Que são as oportunidades, diante de determinadas datas simbólicas, de nós promovermos memória. Se eu tenho o Dia Internacional da Mulher, vamos fazer uma sessão especial sobre as mulheres. “Que casos

emblemáticos que eu tenho aqui dentro que, nesse momento...?” Bom, se eu tenho o dia do aniversário dos 40 anos da morte do Marighella e o processo do Marighella está ali dentro há cinco anos, olha a oportunidade simbólica e histórica de o Estado brasileiro, numa data importante, fazer o seu trabalho e a sua obrigação de se redimir diante do Marighella. Eu vou deixar de fazer isso? O processo está pronto, está apto, vamos julgar. Então têm essas situações. Então, hoje, a comissão trabalha com alguns blocos que são... E ainda tem uma outra coisa no regimento interno que é o seguinte: nos casos que tem similitude fática e jurídica, os processos podem ser agrupados em bloco, mas quando os processos são agrupados em bloco, eu tenho um que entrou há um ano e tenho um que entrou há cinco anos, o cara era mais consciente... O cara foi demitido na greve de 1985. Mas um entrou com o processo há cinco anos e o outro entrou com o processo há um ano. O de 1985 entrou na ordem de prioridade. O caso dele, se eu resolver o dele, eu resolvo 200 [casos]. Eu vou resolver só o dele e depois ter o trabalho de resolver um por um depois e correr o risco de dar decisões diferenciadas, sem isonomia, com turmas diferentes? Porque às vezes uma turma pode dar de um jeito e a outra turma dar de outro jeito. Então eu posso perder um pouco em racionalidade de tramitação, mas eu ganho em qualidade processual, eu ganho em qualidade de soluções, eu ganho em isonomia, eu ganho em celeridade. E gerir a coisa pública, no fundo, é você permanentemente fazer uma ponderação entre essas vantagens e desvantagens, situando as suas decisões. É por isso que isso é sempre muito contestado, porque nada é inteiramente objetivo, sempre tem algum espectro de discricionariedade do agente público na hora de decidir as coisas. Então a gente encarou esse desafio. “Vamos tocar, porque nós precisamos resolver”. E o regimento interno prevê: quando um caso de um bloco está na ordem de prioridade, ele puxa todos os demais, mesmo um super-recente. Então, se eu vou resolver o caso de todos os trabalhadores metalúrgicos do Polo Petroquímico de Camaçari, que era uma zona de segurança nacional dirigida por generais, se eu cheguei para resolver o caso um, são 135 [casos], por que eu não identifico logo os 135 que estão ali dentro? Todos estão com o mesmo... O documento para um é o documento para os 135. Por que eu não resolvo...? Porque também tem o efeito perverso de eu resolver de um e ficar, depois, lá dentro da Comissão de Anistia, todos os outros reclamando por que os deles não foram resolvidos. Então também tem o outro lado da moeda.

A.S. – E quando esse um puxa os outros todos...

P.A. – É muito difícil de explicar isso. É quase um desabafo. Porque é muito difícil de explicar isso para as pessoas. Você não tem tempo de ficar explicando todas essas variáveis diferentes para todo mundo. Têm mais situações, que eu nem consigo elaborar. E as pessoas ficam com essa questão de que não está tendo planejamento, um processo passou para outro. Mas todos foram decididos segundo algum critério racional, sem nenhum tipo de beneficiamento pessoal. O que a gente tem, de fato, como situação totalmente especial são as Caravanas da Anistia e essas sessões especiais. Se eu vou com uma Caravana da Anistia, que foi uma grande virada no trabalho da Comissão de Anistia, que eu acho que foi uma grande virada na agenda da transição, porque ela remobilizou a sociedade civil, e foi dentro das Caravanas da Anistia que a gente foi defendendo, junto à sociedade, o que era... explicando o que era a justiça de transição e defendendo a criação de uma Comissão Nacional da Verdade. As pessoas não sabiam o que era isso. Lá em 2008, fizemos uma Caravana da Anistia na Paraíba e, antes de abrir a sessão, falamos: “A justiça de transição é isso, vocês têm direito à verdade, à memória, à reparação, à justiça. Nós precisamos ingressar no Brasil com a Comissão Nacional da Verdade”. O pessoal falava assim: “O quê? O que é isso que esse cara está falando? O que esse pessoal está falando? Por que o Vannuchi...?” Porque o Vannuchi acompanhava a gente, quando estava ministro dos Direitos Humanos. “Que história é essa de Comissão Nacional da Verdade?” O povo não sabia o que era. Tinha que explicar. E demorou mais cinco anos para frente, para poder conquistar isso. Demorou muito. E foi uma... E ainda teve a polêmica do PNDH-3, porque aí foi a força última que deu uma alavancada nessa agenda, mesmo. Foi importantíssimo. Então é muito difícil você ficar explicando isso para as pessoas, a complexidade de gerir um grande cartório. A Comissão da Anistia é um grande cartório, maior que o de muitos municípios médios do Brasil, cartórios judiciais de muitos municípios médios, que não tem um corpo técnico profissionalizado. Eu disse para vocês que ela só foi virar instituição formal um ano atrás, uma estrutura formal; até então, era uma estrutura informal, composta por quadros terceirizados, sem investimento do setor público, sem concurso público, sem gente para analisar os arquivos. Eu tinha que contratar pessoas terceirizadas, fazer vínculo profissional precário, porque toda hora a pessoa saía, passava num concurso, gerando descontinuidades permanentes. Toda hora você tinha que parar para formar pessoal, capacitar, para dar continuidade ao trabalho. Muito trabalhoso aquilo ali. E aí você tem uma situação onde as pessoas ficam permanentemente se comparando. Você tem

que ir explicando, dentro dos seus limites de capacidade. Você nunca consegue alcançar todo mundo. Elas se comparam nas decisões... “Minha situação era igual à dele e ele ganhou tanto e...” Não era igual. Se você for lá pegar o processo, a situação não é igual. Todos têm alguma explicação. A pessoa não acha que... Eu fui preso junto com você. “Bom, então, a gente tem que ter uma solução igual.” Não tem. Porque você era funcionária da fábrica x, a outra era da outra, você não era... você era só estudante, e a lei prevê soluções diferentes. Mas como ela acha que a história é igual, tinha que ter tido uma solução igual. E isso tudo, transformar as sessões em sessões públicas, abertas, pelas Caravanas da Anistia, é uma grande oportunidade de explicar. Nós começamos a abrir as sessões abertas. A fase inicial era explicar: “Gente, o que a lei prevê? É isso. Quais são os limites dessa lei? São esses. Como é que funciona a Comissão de Anistia?”. Isso foi nos ajudando, ao longo do tempo, a fazer com que as pessoas compreendessem o processo; a politizar esse próprio processo. Porque depois dessa fase explicativa, no que se refere a questões funcionais, nós entrávamos na defesa de o Brasil ter uma justiça de transição, o que era o direito à verdade, o que era o direito à memória, o que era o direito à reparação. E nas caravanas já é o momento *a posteriori*, em que nós já havíamos começado a pedir desculpas públicas, pedir desculpas à pessoa. Isso foi numa situação muito peculiar.

D.P. – Como é que vocês...?

P.A. – Nós estávamos numa sessão em Brasília, porque a gente ainda não fazia sessões itinerantes públicas pelo país afora, e teve um caso que foi muito... As sessões da comissão são sempre muito emocionantes, são carregadas de muita, às vezes, dramaticidade, porque é a história de vida das pessoas, e cada uma é muito singular. E teve um caso em que estava lá uma senhora que tinha passado as piores agruras – tinha sido presa, tinha sofrido abusos sexuais, tinha perdido o emprego, tinha perdido a convivência com a família, teve a vida pessoal desestruturada etc. e tal –, mas ela tinha perdido o emprego e tinha sido reintegrada nesse emprego. E a lei, por causa desse viés trabalhista, que eu acho que vale a pena a gente falar um pouco disso depois, logo na sequência, diz: se a pessoa foi reintegrada, ela foi restituída integralmente naquilo que ela foi tirada. Não há mais o que reparar para ela. E foi uma sessão tão intensa, e essa senhora fez um testemunho e no fim ela falou assim: “Tá, mas e agora, como é que eu fico?”. Aí eu virei para ela e falei assim... Tomado de muita emoção,

eu falei assim: “Eu acho que o que nos cabe agora é te pedir desculpas”. Veja, foi uma situação. Não foi uma coisa preconcebida.

D.P. – Mas a pessoa tinha sido presa? Ou não, ela não tinha sido presa? Porque aí, se não é só a reintegração trabalhista...

P.A. – Eu não sei se ela tinha sido presa ou era o marido que tinha falecido. Era uma situação assim. Ou não era ela diretamente; o marido passou por tudo isso. Ela falou: “E como é que eu fico?”. Eu falei: “Eu acho que o que cabe para a gente agora é simplesmente pedir desculpas. Infelizmente, são os limites da lei”. E nós pedimos desculpas para ela. Aí parece que caiu a ficha que o nosso papel era esse, que, independentemente de a pessoa ter tido o limite da lei ou não, esse era um gesto que estava faltando. Porque ela virou e falou: “Está certo”. E tinha muita gente, naquelas conversas prévias, que dizia para a gente: “Paulo, a questão do dinheiro não é a mais importante; nós queremos que o Estado faça isso, isso e isso e reconheça que a gente estava certo. Uma vez por todas, fale que nós é que estávamos certos.” Então, a partir daquela sessão, nós começamos a sentir um dever moral de pedir desculpas para todos que tivessem tido o reconhecimento. Então a Comissão de Anistia começa a pedir desculpas. E as Caravanas da Anistia começam a visitar e anistiar...

D.P. – Posso dizer que é a coisa mais emocionante do mundo. Eu acho que eu nunca vivi... Nossa!

P.A. – E, no fundo, eu pensei: “Gente, a anistia é um direito constitucional. Ela é um ato de Estado; não é de governo. A Comissão de Anistia é o órgão que o Estado criou para dar cumprimento a esse dever constitucional. Ele está falando em nome do Estado brasileiro”. E aí que a gente faz a viragem conceitual, a viragem hermenêutica em torno do conceito da anistia. A partir desse momento, a anistia deixa de ser um ato em que o Estado perdoava aquelas pessoas que ele mesmo tinha perseguido, que ele mesmo tinha criminalizado e [a anistia] passa a ser reconcebida como um ato em que o Estado pede desculpas e reconhece que ele estava errado. Eu acho que nesse momento a gente tem uma virada política que estabelece uma condenação moral ao golpe e deixa claro, pelo ato do Estado, de que o golpe era a medida ilegal, inconstitucional, moralmente errada, e que tudo que o Estado estava ali

se responsabilizando monetariamente, na verdade, tinha que estar involucrado numa grande reparação, para além da questão econômica, para alcançar essa dimensão moral. Acho que a partir desse momento você muda o sentido total. Acho essa virada muito simbólica. Porque agora está ali o Estado... E muita gente que no fim não recebia nenhuma reparação econômica recebeu... E eu fui entender que ser declarado anistiado político – e isso foi incorporado na nossa fala política –, ser declarado anistiado político, portanto, era o quê? Um ato em que o Estado reconhecia o legítimo direito de resistência daquela pessoa, que ela podia ter agido como ela agiu. O Lamarca volta. Não poderia ter sido exigida nenhuma conduta diferente e tinha o direito de agir como agiu, e o Estado é que não tinha o direito de criminalizar a sua conduta de resistência etc. e tal. No fundo, a gente estava discutindo o direito à resistência, a questão principiológica.

D.P. – Estava discutindo a própria Lei de Anistia. Porque aí você...

P.A. – A própria Lei de Anistia.

A.S. – O conceito de anistia.

D.P. – Que é a coisa dos torturadores, não é?

P.A. – Dos torturadores, qual é o limite disso.

D.P. – Porque aí não pode dizer que são coisas iguais.

P.A. – As Caravanas da Anistia se tornam grandes atos públicos, e ali a gente fala: “Isso aqui é para pedir desculpas em nome do Estado”. E começa todo mundo que é anistiado... E essa virada... A partir daí nós nunca mais concebemos a Comissão de Anistia como ela era antes. Ela não é uma comissão de reparação econômica. Bom, a partir disso, a gente concebe um programa brasileiro de reparação. Aí, também, a gente vai lendo algumas coisas; vai estudando a justiça de transição; eu e Tarso escrevemos um artigo que sai n’*O Globo*... Eu acho que é o primeiro artigo que sai...

D.P. – Você e quem?

P.A. – Eu e Tarso Genro escrevemos um artigo n’*O Globo*. Acho que é o primeiro artigo em que aparece, dentro de um jornal de grande veiculação nacional, fora de trabalhos acadêmicos, a ideia de justiça de transição. A gente fala sobre justiça de transição.

A.S. – Mas você também tem um investimento acadêmico para repensar o próprio conceito de anistia.

P.A. – Claro. Eu acho que isso é bem claro.

A.S. – A partir daí você propõe a argumentação de que nós temos que pensar a anistia em três tempos.

[FINAL DO ARQUIVO 3]

A.S. – Estávamos falando sobre essa virada hermenêutica no próprio significado e ressignificação da ideia de anistia.

P.A. – E isso foi importante.

A.S. – E aí você desenvolve uma argumentação sobre três tempos da anistia.

P.A. – É, acho que nós temos três tempos da anistia, que, para mim, se relacionam com as lutas sociais em torno do conceito da anistia. Eu sustento a tese de que o conceito da anistia ainda está em disputa no Brasil e que nós tivemos uma primeira fase em que a anistia foi apropriada socialmente, no sentido de luta por liberdade. Lá na década de 1970, com a formação dos Comitês Femininos pela Anistia, o Comitê Brasileiro pela Anistia e a luta pela aprovação de uma Lei de Anistia, a sociedade estava mobilizada e estava nas ruas reivindicando o quê? Liberdade. Liberdade para os presos políticos, liberdade de partidos políticos, liberdade para que os banidos pudessem voltar, os exilados pudessem voltar. A anistia, ali, era compreendida como liberdade. Ou vocês aqui do Cpdoc têm alguma

fotografia das grandes manifestações onde existe alguma faixa no meio do povo escrito assim: “Por favor, perdoem nossos torturadores”? A luta social da anistia era uma luta por liberdade, por libertação. Essa era a ideia de anistia. Isso inclusive diferencia a gente do resto da América Latina. A anistia é uma reivindicação, é uma reivindicação da sociedade. Na Argentina, a anistia foi...

D.P. – O que diferencia?

P.A. – Esse é um fator que diferencia a anistia do Brasil da anistia da Argentina, do Uruguai. Porque a anistia da Argentina e do Uruguai é uma imposição do regime, com um propósito claro de impunidade, e no Brasil a anistia é uma luta social, é uma reivindicação da sociedade, que depois vem a ser deturpada e vem a ser apropriada pela ditadura.

D.P. – Mas agora eu não entendi... Na Argentina e no Uruguai, a sociedade também não lutou pela anistia?

P.A. – Não. Não teve uma luta por anistia lá. Eles fizeram, na verdade, uma luta por verdade, por justiça, por memória. Essas eram as pautas. Porque, lá, a palavra não é anistia. Eles tiveram uma Lei da Obediência Devida e uma Lei do Ponto Final. A gente usa não... A gente tem a tradição histórica da anistia, no Brasil. A palavra chave para acabar com aquilo era anistia. Essa luta social era por liberdade. Então, para mim, a luta social pela anistia tem a ver... Essa primeira fase, a anistia é compreendida... o seu sentido é compreendido como liberdade, luta por liberdade. A anistia é liberdade. Bom, mas a lei é aprovada em 1979. E, nesse momento, são dois projetos de lei tramitando no Congresso Nacional: o projeto formulado pela Casa Civil do governo militar e o projeto do MDB. O projeto do MDB representando a anistia ampla, geral e irrestrita, e o projeto do governo excluindo a anistia para os crimes de sangue, ou seja, não era nem ampla nem geral e era restrita. Ela colocava mecanismos secundários para o alcance ao retorno ao trabalho, ao serviço público, dos servidores demitidos arbitrariamente: as comissões administrativas que iam analisar caso a caso. Ela também não era ampla. E ela era restrita; não era para todos os crimes. Esses aqui estavam fora. Então o governo aprova essa. E são dois projetos de lei que vão à votação. E ganha por uma diferença de cinco votos. Não vem dizer que isso teve acordo! Que acordo foi

esse, dentro do Congresso, que teve que ter uma votação e um projeto ganha do outro por cinco votos?! Acordo é quando você chega num projeto só. “Está bom, acordamos que é essa lei, vamos todo mundo aprovar.” Foram colocadas sob embate. Ali houve um embate entre dois projetos. Depois nós temos um segundo momento... Eu chamo esse [primeiro] momento de paradoxo da vitória de todos, porque ao mesmo tempo em que o projeto que foi aprovado foi o do governo militar, essa foi uma vitória da sociedade. Porque, a depender do regime militar, não tinha tido anistia nenhuma. E foi o movimento social pela anistia, que é um grande movimento de massa da nossa história, que conquista isso e pressiona o governo a aprovar uma anistia. Mas, ao mesmo tempo, o governo ganha, porque ele aprova o seu projeto, com a sua redação. Mas essa aprovação da Lei de Anistia é apropriada pela sociedade como uma conquista dela. A sociedade passa a verbalizar: “Nós conquistamos a anistia. Não é a anistia que havíamos lutado, porém, ganhamos alguma anistia”. Vem aquele discurso nosso de moderação: “Todo mundo ganhou, vamos seguir adiante, o importante...”. Agora, tem uma segunda fase que é a anistia sendo compreendida como impunidade, regra de impunidade, a partir de 1979.

D.P. – Segunda ou terceira fase?

P.A. – Segunda. A partir de 1979. Por quê? Porque com essa lei instituída e dentro dela estando previsto aquelas remissões aos crimes conexos, os tribunais... É por isso que eu acho tão importante estudar o papel dos tribunais na nossa justiça de transição. Os tribunais, alinhados a um discurso político, passam a aplicar a lei como uma lei bilateral. E o caso Riocentro é crucial, é crucial, porque o Riocentro acontece em 1981, ou seja, em tese, fora do alcance da Lei de Anistia. Não existe lei de anistia penal para frente. Em lugar nenhum do mundo existe isso, “vamos fazer uma lei perdoando todos os crimes que poderão ser cometidos daqui para frente”. Imagine! Isso é o caos social, falar: “Podem cometer porque está tudo perdoado”. Isso não existe. Na história da humanidade não existe, anistia para frente. Anistia é dali para trás. O Riocentro foi em 1981. E aí veio a discussão. Depois que a farsa é desfeita, os próprios setores militares querem ver o caso Riocentro resolvido, porque eles entendem que é uma chaga à imagem deles etc. e tal. Porque veio à tona o terrorismo do Estado, as bombas que estavam sendo soltas, e tinha um setor que queria elucidar isso. Veio o STM e julga o caso Riocentro e diz: “Não, a anistia é ampla, geral... A anistia de 1979 foi a

anistia ampla, geral e irrestrita, é bilateral, para todos os lados”. Olha a forçação de barra! Como o mundo jurídico molda a realidade fática! É uma loucura! Por uma falácia, uma retórica, uma argumentação de exercício de poder, de fala da autoridade. [Inaudível]. O Brasil tem essa tradição: o argumento de autoridade vale mais do que o argumento racional, ou o da coerência ou qualquer coisa. E foi uma grande forçação de barra. E eles vão lá e arquivam. Mas ali se inaugura uma posição do tribunal máximo de interpretação da Lei de Anistia, que a lei foi ampla, que a palavra crimes conexos abrange tudo. E mais: dão alcance temporal para depois. Essa situação deixa a ditadura num estado de fragilidade, “os perpetradores” etc. A ponto que, aí sim, que eu acho que aí tem o momento do acordo, posteriormente. Mas ainda estou falando da segunda fase. Acho que a anistia, nesse momento, vira impunidade, mesmo. A anistia é compreendida como impunidade, porque está tudo perdoado. E o conceito de anistia... Portanto, passa a ser compreendido isso como anistia bilateral. E aí eles cuidam, na Emenda Constitucional 26, em 1985, que convoca a Constituinte, em reproduzir o texto da anistia de 1979. Para quê? Não precisava. Eu estou fazendo uma convocatória da Constituinte, por que ela tem que falar da anistia ali? Por quê? Porque eles precisavam cobrir essa fragilidade jurídica, que poderia, depois, na redemocratização, ser questionada por outros juízes. E aí eles estendem a anistia até 1985. Era para resolver Riocentro, para resolver tudo depois, os terrorismos de Estado da direita, dos reacionários. Eles fazem isso e mantêm o texto. Então, ali, a anistia como impunidade chega ao seu ápice, porque eles fazem uma dupla artimanha, que é, portanto, pegar o mesmo texto de 1979 e estender até 1985 e, sim, colocar isso como a fundamentação da nova Constituição democrática, a fundamentação da democracia. Isso é um acordo. O acordo até, para mim, ele nem é tão explícito nesse instante. O acordo é explícito quando faz a convocatória da Constituinte, derrota a emenda das Diretas Já, “vamos fazer a eleição do primeiro presidente civil por meio do...”. Como é que se chamava aquilo?

D.P. – Colégio Eleitoral.

P.A. – Do Colégio Eleitoral. E ali se monta uma chapa com o presidente da oposição consentida, do MDB, com o Tancredo, e tendo como vice o ex-presidente da Arena por 20 anos, o Sarney. Ali é feito um acordo. Essa é uma conciliação: vamos juntar... Esse é o momento do acordo político. Mas, para mim, esse acordo político não tem efeitos jurídicos. É

óbvio que foi feito um acordo político, mas esse acordo político não foi feito em 1979; esse acordo político é feito em 1985, no Colégio Eleitoral. O Supremo veio dizer que a Lei de Anistia era válida porque era... É um acordo político [inaudível]. Mas esse acordo político não foi em 1979. Em 1979, nós tínhamos dois projetos embaixo. Vamos resgatar a história. Os juristas precisam de uma história, não é? Mas a gente sabe também que, enfim, o nosso país é construído a partir de algumas sínteses da história, que não entra em tantos detalhes, mas ficou essa versão da redemocratização como um acordo, que a Lei de Anistia é o marco jurídico inicial da redemocratização, então, portanto, ela é parte desse acordo, e o acordo é não remexer no passado. E isso foi tão forte que a gente só foi conseguir criar uma Comissão Nacional da Verdade 50 anos depois, 30 anos depois da volta à democracia; só foi criar uma Comissão de Reparação em 1995; só foi criar uma Comissão de Anistia em 2002; e mesmo assim, uma pauta obstaculizada, um tabu.

D.P. – Paulo, é tão interessante! Porque esses marcos desse período... E essa sua fala, eu acho que é bem esclarecedora. Porque tem um grupo de pessoas que dizem que o fim da ditadura foi em 1979, que aí começa esse acordo da transição brasileira.

A.S. – E há quem diga que é em 1988.

D.P. – Pois é, em 1988 ou 1985, que é o meu caso, pelo menos [inaudível] 1985.

P.A. – Eu tenho uma visão muito crítica sobre isso.

D.P. – Então eu acho que é superinteressante isso, porque...

P.A. – Eu tenho uma visão muito crítica...

D.P. – ...você está comprometendo inclusive a coisa da anistia aí. Porque o marco é a anistia, o marco é o AI-5, a anistia, a queda do AI-5, mas sobretudo a coisa da anistia.

P.A. – A gente tem a tendência de esquecer...

D.P. – E acho meio absurdo, realmente. Porque quando você herda...

P.A. – A gente tem a tendência de esquecer que os direitos, no Brasil, foram conquistados por lutas sociais. Para mim, isso é um demérito, falar que a anistia é resultado de um acordo político da elite da época. Poxa! E as grandes...? O povo foi para a rua e enfiou isso na goela da ditadura, com o perdão da palavra. Mas a gente sempre esconde a luta popular. “Não, isso foi um acordo, a elite esclarecida brasileira... A ditadura estava fazendo seu *mea-culpa*, era necessário...” Para. Para, não é? O povão foi para a rua, a coisa cresceu, a luta social, o movimento sindical também se organizou, se juntou a essa luta.

D.P. – Claro! É como a derrubada do regime, também.

P.A. – Como na derrubada do regime.

D.P. – O povo estava dentro do acordo. Porque você pode ter o acordo e ter a luta aqui embaixo pressionando. Mas o que eu acho que é interessante é porque não é o início...

P.A. – O povo foi fazer o acordo por quê? Porque o ambiente estava insustentável.

D.P. – O início desse acordo não é em 1979. Não é o início do acordo, em 1979.

P.A. – O acordo é quando o pessoal para e fala assim: “Não, espera aí, vamos combinar o seguinte, não vamos trazer à tona essas bombas, o terrorismo de Estado, esse troço, porque isso aí vai dar um fuzuê. Nós não sabemos... Isso pode colocar em risco a redemocratização”. Aí está lá o pessoal que está na iminência de tomar o poder, a oposição consentida, para ela era interessante a continuidade, a gente fez essa transição sem ruptura, típica da nossa tradição. Mas então... E isso é muito importante, eu acho.

D.P. – Mas você acha que este acordo em torno da chapa Tancredo-Sarney, nessa discussão, a questão da anistia se colocava aí, também? Você acha isso?

P.A. – Eu acho.

D.P. – É? Porque isso eu nunca tinha ouvido falar, não. [Inaudível].

P.A. – Eu acho que esse acordo político, o Tancredo e o Ulysses... Quando a coisa tensiona, com as bombas etc., vem o caso Riocentro, vem um movimento para esclarecer e vem um outro movimento para dizer: “Não vamos mexer nisso. Não vamos mexer nisso”. Tem um determinado momento em que vêm as falas públicas do Tancredo e do Ulysses falando: “Não vamos mexer nisso”. Para entender que... “Olha, nós estamos na iminência de começar um poder civil etc. e tal. Se mexer nisso, pode colocar em risco essa transição. Então, vamos fazer um acordo de não mexer nisso. Põe isso aí na emenda constitucional, garante a cobertura da anistia até aqui, mas agora convocamos uma Constituinte e vamos fazer uma nova Constituição e a democracia vai para frente”.

A.S. – Tem uma questão que é um dos nossos grandes questionamentos e inclusive um dos nossos grandes interesses nesse projeto, que é exatamente problematizar alguns princípios que estão presentes nessa ideia que a gente tem atualmente de justiça de transição e que são princípios que são gestados durante o processo de edição da Lei de Anistia, que é a ideia de reconciliação, que é a ideia de pacificação, e que são princípios que vão ser mantidos, por exemplo, na Lei 9.140, na própria lei de criação da Comissão Nacional da Verdade...

P.A. – Mas não na da Comissão de Anistia. Isso eu gostaria de chamar a sua atenção.

A.S. – Exato. Eu pulei a Comissão de Anistia. E eu gostaria que você...

P.A. – Vou falar sobre isso, então.

A.S. – ...problematizasse essa questão.

P.A. – Deixa eu terminar a terceira fase da disputa em torno do sentido da anistia no Brasil. Então essa ideia de impunidade vai até 1988. Vem a emenda constitucional. É o ápice disso. As decisões jurisprudenciais dos tribunais militares, na sequência, vão arquivando os processos. Com base no discurso da anistia ampla para todos, vão arquivando. Isso tem efeito

no movimento social dos familiares de mortos e desaparecidos, que, de algum modo, subsome essa situação, “não podemos fazer nada”. Porque uma grande questão que as pessoas fazem é a seguinte: “Mas se a anistia de 1979 desde sempre não era para os torturadores, por que os familiares não ingressaram com uma enxurrada de ações judiciais depois que o país democratizou? Por que eles não entraram com todas as ações judiciais atrás dos torturadores? Por que não entraram?”. Pergunta isso para alguém depois. Por que não entraram? Acho que as explicações são várias. Mas uma delas é porque existia, institucionalmente, esse movimento para afirmar essa ideia de que a anistia tinha sido bilateral, para os dois lados, que não teria êxito, algumas ações... No caso Riocentro foi arquivada e algumas outras ações também foram sendo arquivadas, segundo esse argumento político, e não jurídico, de que a anistia era um acordo. Isso é uma construção social. Vai até 1988. [Ali], Constituinte e Constituição de 1988, acho que se inicia uma compreensão do conceito de anistia não mais como liberdade, não mais como impunidade, mas como reparação. A anistia passa a ser compreendida como reparação, a ponto de a comissão que vai promover a reparação passa a ser denominada Comissão de Anistia. A Comissão de Anistia é uma comissão de reparação. Depois eu vou falar sobre isso. Acho que ela é mais, acho que ela é uma comissão da verdade e de reparação. A gente já teve comissões da verdade. Nós vamos discutir isso. Está escrito lá na Constituição, no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, ou seja, na agenda da transição, entre uma ordem jurídica que está morrendo e sumindo e uma nova ordem jurídica democrática que está surgindo, social e jurídica que está surgindo. É uma regra que não está nem lá nem está cá totalmente; ela é transição. Isso se chama Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Não tem nenhum professor constitucionalista no Brasil, de direito, que escreve sobre os direitos da transição. Isso é um problema. Ninguém dá bola para os artigos do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. É um problema sério, é uma carência do nosso pensamento jurídico, e isso implica em dificuldades, hoje, em algumas disputas judiciais. Está escrito na Constituição: “É concedida anistia a todos aqueles atingidos por atos de exceção entre 1946 e 1988”. É concedida anistia. A gente pegou essa palavra anistia e leu como reparação. Por quê? [*Bate com as mãos uma na outra, indicando desconhecer a resposta.*] Aliás, eu sei. Porque isso também é parte do processo de construção dessa agenda. Porque na medida em que as pessoas... “Bom, já que justiça não teremos, a anistia acabou com esse papo, bom, pelo menos o dever do Estado... e agora a gente está recompondo um Estado de direito, e o Estado

de direito tem como um dos princípios da administração pública que, se o Estado causa um prejuízo a um terceiro, ele tem o dever de indenizar, que, bom, pelo menos entendemos que vamos deixar isso para trás, etc. e tal, mas as pessoas que foram prejudicadas, a gente vai reparar.” Tinha muita gente ainda para voltar para os seus empregos, tinha familiares de mortos e desaparecidos sem nenhuma resposta, sem nada. É um caminho que eu acho que encontraram, à moda brasileira, e que eu acho que tem muitas virtudes. Acho que tem muitas virtudes. Muita gente critica. Eu acho que tem uma grande virtude, sinceramente. Depois eu vou falar sobre isso. Aí a anistia é vista como reparação. Até quando? Até mais ou menos... Eu coloco como marco temporal até 2007. Não porque eu entrei na Comissão de Anistia, mas eu acho que acontecem algumas coisas também na Secretaria de Direitos Humanos, no governo... que é quando se entrega o livrão *Direito à verdade e à memória* – e isso é feito num ato dentro do Palácio do Planalto – para o presidente da República. E ali se promove um tal projeto chamado Direito à Verdade e à Memória – depois você tem que discutir isso com o Vannuchi –, que a Secretaria de Direitos Humanos estava colocando em prática, que é a primeira política pública de memória que o Brasil cria, esse Projeto Direito à Verdade e à Memória, que *a priori* é um livro, mas depois vira uma iniciativa de monumentos, algumas coisinhas lá dentro da secretaria. E por que eu acho que aí muda? Porque nesse momento... E aí também é o instante que, coincidentemente, eu entro e a gente inaugura as Caravanas da Anistia e reorganiza a pauta política da anistia. Mas isso não é necessariamente deliberado, não fez parte de uma estratégia pré-elaborada. Eu venho conhecer o Vannuchi inclusive depois, no processo. [É o instante] que entra uma pauta nova, que não era mais o direito à liberdade ou o direito à justiça, que foi uma pauta perdida, ou o direito à reparação; entra um discurso sobre o direito à memória e o direito à verdade. Tem uma agenda nova, tem um discurso novo, que está amparado, é claro, aí, no movimento internacional.

D.P. – E essa pauta tem a ver com o Paulo Vannuchi.

P.A. – Tem a ver.

D.P. – Porque eu lembro de ele falar assim: “O único motivo que estou no Ministério da... peguei esse cargo...” Ele até falou: “O Lula, na primeira gestão, ele nunca me... ele me convidou e eu não aceitei”.

P.A. – Tem a ver com o Paulo Vannuchi.

D.P. – “E eu só aceito porque a única razão de eu estar aqui é se eu conseguir levar à frente essa luta pelo direito à memória e à verdade.” Eu fiquei muito impressionada, na entrevista que eu fiz com ele.

P.A. – Eu estou totalmente de acordo.

D.P. – E ele falou exatamente isso: “Na hora que eu conseguir isso...”

P.A. – Embora a gente tenha que reconhecer o protagonismo de algumas outras pessoas antes, que foi importante...

D.P. – Claro! Isso é uma luta, é um processo. Mas o papel dele ali...

P.A. – Agora, falar, verbalizar a palavra direito à memória e direito à verdade publicamente: gestão Paulo Vannuchi.

D.P. – Isso é uma luta, é claro, é um processo, todo mundo tem a ver com isso, mas eu digo assim: a função dele ali, segundo ele assumiu de público...

P.A. – Enquanto agente público, não é?

D.P. – A agenda era isso. “Eu, se não fizer isso, se eu não tiver condição de fazer isso, eu vou embora. Eu só estou aqui para fazer isso.”

P.A. – Agora, eu queria que a gente prestasse atenção num detalhe. Acho que tem um detalhe aí. Porque também, quando se inaugura essa discussão nova, se inaugura delimitada, de *Direito à Verdade e à Memória*. Acho que isso não é à toa. Acho que tem uma escolha ali de não entrar na questão da justiça. E a reparação estava indo...

D.P. – Certo. A palavra justiça não entra.

P.A. – Isso aí você pergunta para ele depois, se foi intencional ou se não foi, ou porque, realmente, não estava no imaginário da pauta. Ele tem uma tese: ele acha que tinha que acumular forças para depois entrar nessa questão.

D.P. – Eu acho que é intencional, claro!

P.A. – Que é uma estratégia correta. Bom, eu coloco até aí porque, se eu estou conectando o sentido de anistia sempre a alguma dimensão de luta social, aqui se abre uma agenda nova de luta social por direito à verdade e à memória. Mas isso também não vem do nada; é evidente que vem de uma luta etc., acumulada aqui internamente, mas também de uma questão internacional, que é quando os organismos internacionais da ONU, as relatorias de direitos humanos, desde 1995, vêm criando a afirmação do direito à verdade e do direito à memória como *standard* de exigência de uma obrigação internacional e começa a surgir um movimento social internacional em torno dessa ideia de justiça de transição com os quatro mecanismos. Isso vem sendo elaborado, teoricamente e normativamente, no direito internacional. Isso vai contaminando algumas produções acadêmicas. Mas no Brasil... Foi muito difícil, você chegando no governo, isso. Mas o livrão se chama *Direito à verdade e à memória*. Ele é lançado em 2008 ou 2007, alguma coisa assim, não é?

A.S. – Em 2007, se não me engano.

P.A. – Em 2007, final de 2007, numa solenidade muito bonita. Então, veja, é o Estado incorporando essa... É disso que eu falo. Acho que por isso que modifica. Porque enquanto está na luta social, ficou só na crítica acadêmica, mas o Estado incorpora...

D.P. – Você fala das quatro dimensões. Quais as quatro dimensões da justiça de transição?

P.A. – É o direito à verdade, o direito à justiça, o direito à reparação e o direito às reformas institucionais. O direito à memória está subsumido ao direito à verdade. Não tem como ter

verdade sem o exercício da memória. Acho até uma distorção, falar em direito à memória. Mas essa é outra questão.

D.P. – Você acha até o quê? Uma...?

P.A. – Essa existência de um direito à memória, uma coisa complicada. Eu tenho direito à memória? E se a memória é fraca? Não tem como exigir. É que a gente está falando de memória histórica, obviamente, então, eu tenho o direito de exigir que o Estado preserve a memória dessas violações. Mas será que isso não é o próprio direito à verdade? Porque deixar tudo devidamente registrado, assumir essa responsabilidade é simplesmente construir a verdade. Se a verdade vai se constituir num processo de memorialização social, essa é outra história. Mas é uma questão... A gente, na academia, adora isso, você pegar numa questão que você está e ficar naquilo para o resto da vida, que é essa discussão: a ditadura acabou em 1979, a ditadura acabou em 1985 ou a ditadura acabou em 1988? Olha, eu acho que tanta gente desperdiçou talento por tanto tempo nessa discussão, por tanto tempo, que poderia estar fazendo tanta coisa mais interessante... Desculpem. É uma autocrítica, porque eu também já entrei nessa. Eu acho que fez sentido num determinado momento. Hoje, eu sinceramente acho que não faz mais sentido ficar discutindo isso. Nos 50 anos do golpe, quando vi alguns artigos no jornal, o pessoal debatendo isso, eu falei: “Gente, isso não é a questão central mais, hoje, por favor, acabou em 1985 ou acabou em 1988?”. Eu sei que para a gente, na academia, é muito importante, mas não sei se hoje é importante para empoderamento da luta social. É disso que eu estou falando, para deixar devidamente registrado. E eu só me sinto confortável em fazer essa crítica porque eu também venho da academia. Mas acho que a gente agora está numa nova fase dessa luta, que é o quê? Que é a do ajustamento da nossa agenda da transição a esse novo movimento internacional, que é o enquadramento às categorias da justiça de transição, ao acúmulo jurisprudencial dos sistemas internacionais de proteção aos direitos humanos, que veio criando uma jurisprudência no sentido de que as anistias não podem implicar em impunidade aos crimes contra a humanidade, que são sempre imprescritíveis e impassíveis de anistia. Por que isso não era usado como argumento antes? Porque não existia. Isso é criado na ordem internacional, especialmente pós... Isso começa lá após Nuremberg, para os crimes de guerra etc. e tal, mas veio virar *standard* mesmo internacional depois, pós-1989, com...

A.S. – Um campo, inclusive, de reflexões acadêmicas.

P.A. – Um campo acadêmico, ainda mais depois. Mas começa não no âmbito acadêmico; começa pela atuação do movimento internacional de direitos humanos e começa pelos organismos internacionais de direitos humanos e começa pela criação dos sistemas regionais de proteção aos direitos humanos, numa época que... Não é coincidência: Eco 92, internacionalização, “os problemas do mundo são universais”, “vamos integrar”, criam a União Europeia, criam o Mercosul... Hoje essas agendas estão um pouco em baixa. Começamos a querer criar responsabilidades internacionais. Tem Estados que hoje já não têm mais interesse nisso. “Meu sentimento comunitário...” A agenda comunitária foi muito intensa nesse momento, esse discurso. Acho que hoje ele não é mais tanto assim, sinceramente. Acho que tem uma reordenação aí na geopolítica internacional: a afirmação da China, talvez; uma recomposição contra os Estados Unidos... Sei lá. Mas, enfim, isso começa a surgir. E aí a Argentina internaliza rapidamente: os juízes da Argentina entendem o que é crimes contra a humanidade e passam a incorporar aquilo na sua jurisprudência. Avançam, progridem, não ficam presos aos dogmas nacionalistas e legalistas de que... o princípio da retroatividade da lei penal e o princípio da prescritibilidade, “não pode, hoje, um crime que não estava previsto na lei anterior...”. Nós não estamos falando dos crimes comuns, nós não estamos falando de assassinato, de roubo, de violação à propriedade, nós não estamos falando desse tipo de crime; nós estamos falando de uma categoria de crimes que, se cometidos de forma sistemática e generalizada – genocídio, tortura sistemática, massacre –, colocam em risco a existência da humanidade. Então não tem mais nada depois disso. Se as pessoas não compreenderem que nós estamos falando de uma tipologia especial de crimes e que esses crimes têm que ter um tratamento jurídico diferente [dos] outros, em razão da sua gravidade, eu acho que a gente perdeu toda a dimensão valorativa das coisas. Porque se eu for comparar o roubo da galinha da esquina com um massacre de 800 pessoas em El Salvador, não dá. Primeiro, porque o Poder Judiciário não dá conta desse conflito aqui. Ele consegue resolver esse do roubo da galinha, mas ele não dá conta, num massacre generalizado, de identificar autores. Você tem que construir mecanismos especiais, para resolver isso, com as comissões de reparação, com as comissões administrativas da verdade. Então foi sendo construída uma jurisprudência cuja centralidade das vítimas foi constituindo obrigações para os Estados. O

que está em jogo hoje é se o Brasil vai se alinhar a esse grande movimento internacional; se nós vamos ficar aqui afirmando padrões do século 15 e 16, amparados na teoria da soberania, ou se nós vamos incorporar para dentro da nossa nação também essa ética, que é uma ética que tenta afirmar a não repetição... um desestímulo forte, uma mensagem, uma resposta forte para desestimular a repetição disso no futuro e construir uma cadeia, uma fortaleza contra novos rompantes autoritários, pelo menos na nossa região. A Argentina entrou nesse movimento; o Chile entrou nesse movimento; o Uruguai entrou nesse movimento; El Salvador está entrando nesse movimento; o Peru, com o Fujimori, entrou nesse movimento; e aqui, as nossas instituições afirmando, ainda, “nós somos as categorias mais fortes etc. e tal”.

A.S. – Em seu entendimento, por que o Brasil ainda mantém esse posicionamento?

P.A. – Eu acho que por várias razões. Não é uma explicação simples. Mas eu acho que a gente tem aqui algumas questões. Aí vai remeter a alguns outros fatores que nós discutimos. Um, as características da nossa transição: transição sem ruptura; transição por transformação, como o Hobsbawm chama; transformação pelo alto. Bom, é evidente que isso tem uma consequência no efeito tempo. Porque a gente, com esse discurso, com essa cultura da concertação, que tem elementos culturais, faz com que essa agenda vá chegar aqui para a gente muito tempo depois. E, querendo ou não, falar de violações de 50 anos, 40 anos atrás não é uma pauta que vai sensibilizar a sociedade hoje, assim, intensamente. Isso tem mais dificuldades. A Argentina, quando terminou a ditadura, no dia seguinte o pessoal começou a discutir, os juízes contra os militares, a levar para o banco dos réus. Mas era uma coisa presente, estava ali na cara deles. Porque ali foi uma transição por ruptura: as forças militares saíram desmoralizadas, seja pela crise econômica, seja pela derrota na Guerra das Malvinas. No Brasil, os militares nunca sofreram um processo de desmoralização, pelo contrário. Nós tivemos um primeiro presidente civil pós-regime ditatorial numa concertação, num acordo político, que, evidentemente, em razão do que nós já falamos, não tinha interesse de romper com o passado, porque, de algum modo, eles representavam a continuidade dessa concertação – o Sarney estava ali –, e ainda acontece o fato de o Tancredo nem assumir e o Sarney vem a ser o próprio presidente. Acho que esse é um fator, elementos relacionados às características da nossa transição, que é distinta das outras; acho que tem elementos culturais, a nossa tradição de não enfrentamento do passado. Historicamente, a gente sempre escondeu por

baixo... As grandes violências institucionais, a dizimação dos povos indígenas, a escravidão, a violência contra a mulher, acho que todas essas questões, ao longo do tempo, sempre foram... nunca bem tratadas. Acho que é uma cultura nossa, de promover acordos. Está um pouco impregnada dessa cultura do jeitinho, não é? “Não vamos enfrentar nenhum problema diretamente; vamos ver se a gente encontra aqui...” Essas coisas têm as suas virtudes, também. Então, essa grande veia de malandro, eu acho que também tem uma... tem alguns prós. Essa é uma questão. A segunda é o fato... Eu acho que tem que discutir elementos que são relacionados à luta social. Porque com a Constituição e o surgimento daquela enorme pauta de novos direitos que a Constituição Cidadã trouxe, acho que o movimento social se fragmentou em várias agendas: surge o movimento ambiental, o movimento das mulheres, o movimento do estatuto do idoso, o movimento dos sem-terra, o movimento... Há uma fragmentação dos movimentos sociais em novas pautas, porque realmente era um novo país, essa democratização. E se antes estavam todos juntos contra um inimigo comum, isso se fragmenta, a agenda da transição se perde, ela fica mais focada... Fica ali no movimento dos familiares de mortos e desaparecidos e no movimento dos servidores demitidos, dos presos políticos, que estavam lá na Constituinte lutando. Só que só se fala de um; não se estuda o outro. A gente tem que estudar, voltando àquilo que eu já falei para vocês. E acho que há ali, então, todo um discurso em torno do risco do retorno ao passado; de quebra de eventual... do medo, do espectro do medo ainda sondando; de ausência de confiança mesmo nas instituições; se a gente podia dar passos mais largos, que pudessem... e nós pudéssemos dar conta disso. E, portanto, o movimento dos familiares foi visibilizado, intencionalmente, acho que de baixa intensidade, e reivindicando ali a Comissão de Mortos e Desaparecidos, mas ficou ali... Acho que também é uma capacidade de associação de pautas que não ocorreu. É sensível fazer essa crítica, mas eu acho que é importante. As Mães da Praça de Maio, na Argentina, está ali todo dia, em frente à Casa Rosada... Não estou exigindo que o Brasil fizesse isso, não; só estou dizendo onde que eu quero chegar. Mas foi um movimento que procurou se associar com outros movimentos ao longo do tempo. Veio o panelaço, aí as Mães da Praça de Maio... “vamos prestar solidariedade ao panelaço”. É uma outra lógica de organização, mas de modo em que... Eu acho que teve um determinado momento em que, até mesmo um pouco pressionados pelo ambiente de invisibilização, que a dor foi individualizada, e era preciso dar um salto de desindividualização da dor, um processo de politização, para transformar... Isso é um problema de toda a sociedade. Não é um problema

nosso. Não é eu, familiar, lutando pela minha dor e do meu morto e desaparecido. É uma questão que é uma questão social. Acho que isso era importante. Então, essa fragmentação da luta social, eu acho que é um elemento. E nós não podemos ignorar a questão jurídica, que normalmente é esquecida pelos cientistas políticos, é esquecida pelos historiadores, é esquecida pelos sociólogos, que acham que o direito é só instrumental mesmo e têm um preconceito com o direito e “ali não é espaço da crítica”. E esquecem mesmo, esquecem essa dimensão na análise, que é uma dimensão institucional. Essa construção jurisprudencial pós-Riocentro que a gente já falou, ela é fundamental, porque ela demarca um posicionamento do Poder Judiciário brasileiro, que é sempre um poder mais conservador, em todos os países, porque ele trabalha com a ideia de aplicar leis feitas no passado para padronizar comportamentos no futuro, para conservar a visão política que foi normatizada num texto legal no comportamento das pessoas para o futuro. Então é um poder conservador. Mas ali se assentou uma jurisprudência contra o direito de resistência, de criminalização dos movimentos sociais, com a Lei de Segurança Nacional... Isso contaminou, nos processos judiciais, nos processos militares, contaminou a jurisprudência, porque o direito funciona segundo essa lógica de invocar o caso precedente para justificar a solução do caso seguinte, do novo caso, à luz da mesma lei. Então você teve, durante 21 anos, um Judiciário gerando decisões em matéria criminal, criminalizando os resistentes, criminalizando a luta social. Isso tudo foi, ao longo do tempo, se reproduzindo. E depois veio esse cenário da anistia como impunidade. E isso é muito forte. Você não tem como ignorar a internalização dessa compreensão do sentido da anistia como impunidade, que é muito forte institucionalmente. E aí, por fim e por último, a infeliz decisão do Supremo em 2010. Porque aí eu não posso mais, agora, dizer que a Lei de Anistia compreendida como impunidade unilateral é uma imposição da ditadura para nós. Hoje é uma decisão do Estado democrático, pelo Poder Judiciário do Estado democrático. É gravíssimo.

A.S. – Só para deixar registrado, você está se referindo à decisão do STF frente...

P.A. – A decisão da ADPF 153.

A.S. – ...à ADPF 153.

P.A. – Então isso tudo marca as características da situação brasileira em relação aos outros países. E mais... Nós poderíamos entrar em outros aspectos. Eu acho que o fato de nós termos tido uma ditadura com forte apoio cívico... Nenhuma ditadura se sustenta por 21 anos se não tiver algum apoio social. Quer dizer, a nossa ditadura teve um apoio social, não é? Isso gerou, *a posteriori*, uma ausência de interesse absoluto de trazer à tona todo o processo de colaboração civil com a ditadura militar. Os jornais, evidentemente, não quiseram. Por isso que eles invisibilizavam quando... Lá na Comissão de Mortos e Desaparecidos, quando começou a fazer os primeiros reconhecimentos, aquilo ali tinha que ter se transformado numa grande questão nacional, cada caso. Tinha que ter sido audiências públicas. Foram sessões fechadas. Que é a diferença que a gente fez na Comissão de Anistia. Essa é o que eu chamo... A gente fez uma politização disso: “Ora, vamos resolver isso publicamente”. Então tem algumas escolhas que foram feitas, e isso implica no nosso estado das coisas hoje. Mas, para mim, nós vivemos um momento muito claro de um novo estágio dessa contínua luta que vem de trás – e acho importante conectar isso como uma continuidade, porque esse acúmulo vem sendo feito –, onde nós estamos tentando... Se o conceito de anistia primeiramente foi compreendido como liberdade, depois ele foi compreendido como impunidade – e esses sentidos não são excludentes –, e depois ele foi compreendido como reparação, hoje a gente faz uma luta para aproximar o conceito de anistia a uma ideia de verdade e justiça. Essa é a luta social. Todos os movimentos... Aí, os novos movimentos sociais. Depois a gente pode categorizar as ondas dos movimentos sociais dentro da justiça de transição. Eu acho que agora tem uma nova onda desse movimento social, que é o movimento desses comitês que surgiram em torno da Comissão Nacional da Verdade, em torno da mobilização pela instalação da Comissão Nacional da Verdade. Acho que é antes. Ela é prévia à Comissão Nacional da Verdade. Os Comitês de Verdade estaduais, sim, é resultado do surgimento da Comissão da Verdade, mas os comitês sociais, as comissões estaduais governamentais parlamentares, isso é uma replicação, nas estruturas federativas locais, da Comissão Nacional da Verdade. Mas o surgimento dos comitês sociais... Uma série de novos movimentos sociais surgiu, desde o PNDH-3 até agora, e que é a última onda desses novos movimentos sociais. O que eles estão reivindicando? Verdade e justiça. Então é uma nova luta social, de aproximar... Ninguém está reivindicando a revogação da Lei de Anistia. Ninguém está reivindicando. As pessoas estão dizendo: “Não. A anistia no Brasil é válida, sim. Ela foi boa para nós, porque nós lutamos por ela. Ela significa para a gente liberdade, foi ela que permitiu a soltura dos

presos políticos, foi ela que permitiu a restituição de alguns direitos, mas nós queremos que ela também seja interpretada segundo os *standards*, convenções e tratados internacionais de direitos humanos, que dizem que ela não pode alcançar os crimes contra a humanidade”. É só disso que nós estamos falando. Nós não queremos dizer que todos os crimes políticos não estão perdoados; nós estamos querendo dizer que os crimes contra a humanidade, que é uma nova categoria jurídica internacional, são imprescritíveis e impassíveis de anistia. Ser imprescritível é para trás e para frente. Para trás, principalmente. Foi uma bobagem o que eu falei. É para trás. Significa que as leis de anistia que foram criadas ao longo do tempo em diferentes países com o propósito de gerar impunidade estão sendo invalidadas, para gerar uma ideia de que isso não pode acontecer daqui para frente. Vamos aderir a isso ou não vamos? Eu gosto de colocar essa questão em torno dessa ideia da disputa em torno do sentido da anistia. Primeiro, porque eu acho que é politizante, dizer que a luta de hoje está relacionada com aquele movimento social lá de 1979, das mulheres, das mães. Ela é um processo de continuidade. E segundo, pelo fato de que a gente enfrenta o senso comum de que, hoje, revogar a Lei de Anistia, ela não teria nenhum efeito penal, porque a gente não pode aplicar ela preteritamente – apesar de o STM ter feito isso lá em 1981, com o caso Riocentro. Porque existe, realmente, um princípio no direito penal que você não pode querer criminalizar uma conduta para trás. Se eu típico hoje uma conduta como crime, a partir de agora que podem ser aplicadas sanções em torno dela. Então eu não estou dizendo que a Lei de Anistia hoje tem que ser revogada e que, a partir de agora, se foram cometidos, os crimes do passado podem ser punidos. Isso não é factível. Estou dizendo que desde sempre a Lei de Anistia tem que ser entendida como uma lei que não alcançava os crimes contra a humanidade. “Ah! Por que...” Eu estou inventando isso agora? Não. Porque isso é um movimento internacional que tem vinculado todos os países, desde o pós-Nuremberg, com o juízo de Nuremberg, que afirmaram essa ideia da imprescritibilidade desses crimes, e que, evidentemente, ao longo do tempo é que a gente foi tendo a capacidade de identificação e de classificação de determinadas condutas como graves violações aos direitos humanos para serem enquadradas nesses *standards*. E o Brasil já era signatário, na época da ditadura militar, da convenção que cria a ONU! Inclusive, o nosso primeiro discurso foi de um brasileiro lá que presidiu, o Oswaldo Aranha. Não foi? Então, se a gente aceitou essa ordem jurídica internacional na criação disso e todo o seu sistema, nós temos que ter a obrigação de implementá-lo aqui dentro, mesmo que isso implique, eventualmente, em mexer em algumas

questões que no passado pareciam, do ponto de vista exclusivamente nacional, pacificadas. Agora vamos falar de pacificação e conciliação, já que eu falei a palavra “pacificadas”. Por que essa agenda hoje? Uma outra pergunta que pode ser feita é: para quê? A questão é: para que isso hoje no Brasil? Para que nós vamos inventar de falar de crime contra a humanidade, de relativizar a Lei de Anistia? “Passou já 50 anos...”

D.P. – Os caras estão morrendo.

P.A. – “Está todo mundo aí. Quem encontrou, encontrou; quem não encontrou, ótimo. O país está bem. Vamos remexer nas feridas do passado.” Não vou nem falar disso. Para que essa questão serve para nós? Um: nós não temos, dentro do Brasil, instalados grupos políticos agindo à margem do Estado de direito. Nós não temos o fenômeno de grupos paramilitares. Eu tenho um desafio...? A pergunta é: eu tenho um desafio de pacificação no Brasil? A gente tem um grupo, como na Colômbia, os grupos paramilitares, com os guerrilheiros e as forças militares, que ainda estão lá num conflito civil de 30 anos e que não aderem à legalidade, não aderem ao sistema democrático, que é a disputa do poder pela via institucional, eleitoral? Eu não tenho conhecimento disso nem no mundo marginalizado, onde o Estado não está presente. A gente tem violência, mas a gente tem grupo fazendo luta política...? Eu tenho grupo armado fazendo outras coisas. Agora, eu tenho um grupo armado fazendo luta política de disputa pelo poder no Brasil para pacificar? Então, esse não é um desafio. Pacificação não é um desafio para o Brasil. Reconciliação. Eu tenho grupos, hoje, para serem reconciliados? Eu não enxergo essa tarefa de reconciliação como uma tarefa para o Brasil hoje. Tem outras nações que tem que fazer isso, ainda: reconciliação. Até porque, também, as nossas organizações, na época de resistência, boa parte delas já entraram nas estruturas partidárias, foram subsumidas em algumas correntes, outras viraram partidos, outras saíram etc. e tal. Reconciliar o quê? Eu posso falar: “Não, a tarefa é de reconciliar essas pessoas com os militares”. Bom, isso não é tarefa para o Estado. De volta naquela questão subjetiva da diferença do perdão e do pedido de desculpas. Essa escolha é subjetiva de cada um. O Estado não tem o poder de exigir isso, que a pessoa perdoe uma instituição, perdoe os militares, perdoe... Então, no Brasil, nós não temos tarefa de pacificação, nós não temos o desafio de reconciliação. Então, para alguns outros países, a pauta da justiça de transição é importante para isso. El Salvador ainda tem grupos para serem reconciliados; a Guatemala ainda tem; a

Colômbia ainda tem grupos para serem pacificados. São tarefas de reconciliação. Para mim, a tarefa, no Brasil... A justiça e os mecanismos de justiça de transição servem para quê? Para aprofundamento democrático. É para uma disputa política de difusão e valorização dos direitos humanos como base das nossas relações sociais e das nossas instituições; é para um processo de democratização das nossas relações sociais, que ainda são muito amparadas a partir de uma perspectiva de uma cultura autoritária, que está presente no machismo; que está presente nas relações de dominação... nas posturas de docentes dentro de escola, das universidades; que está presente dentro do setor público, com ameaças veladas; que está presente na postura dos organismos de segurança pública, na relação dele com o Estado; na postura da polícia. O enfrentamento dessa cultura autoritária, a democratização das nossas relações e democratização das nossas instituições. Tem instituições que ainda – até hoje – não incorporaram a cultura da transparência da verdade e da ética da memória; continuam trabalhando segundo a cultura do sigilo. São as caixas-pretas institucionais. Então essa agenda serve para isso. Porque, no fundo, o que a gente está falando? Quando eu falo em direito à verdade, em direito à reparação, em direito à memória, em direito de as pessoas acionarem a Justiça quando tiverem as suas vidas violadas, os seus direitos violados, crimes cometidos contra elas, o que é que eu estou defendendo? Estou defendendo que o nosso Estado de direito funcione bem, que o Judiciário funcione bem. E não é só para o passado; é para o presente. Inclusive, o meu livro, eu chamo ele de *Os direitos da transição*. Porque, para mim, o direito à verdade, o direito à memória, o direito à reparação e o direito à justiça... Para muitas pessoas, são mecanismos da Justiça, mas são só para lidar com legados autoritários de violência do passado. E eu acho que não. Eu acho que essa é uma contribuição civilizatória, para que sejam aplicados para conflitos massivos inclusive do presente. Nós não tivemos os Crimes de Maio em São Paulo? Durante duas semanas, quase 500 pessoas foram mortas nos tiros na rua. Aquela semana lá em 2006 ou 2005, em São Paulo, com o PCC, aquela briga...

A.S. – “Salve geral”.

P.A. – Foram os Crimes de Maio. Só naquelas duas semanas morreu a mesma quantidade de gente que a ditadura inteira. O Estado não consegue resolver aquilo pelo sistema de Justiça. Nós podemos criar uma Comissão da Verdade para essas violações massivas, hoje, do

presente. Cabe. E mais: eu estou agregando para essas pessoas o direito que elas têm à reparação. Elas têm o direito à verdade. Elas querem... Quem eram as pessoas que estavam nas motos matando aleatoriamente as pessoas na rua? Eram agentes de Estado? Eram agentes do crime organizado? Elas têm direito à verdade. Eu estou criando, no fundo, direitos que hoje podem ser aplicados para a proteção dos direitos humanos do presente.

D.P. – Paulo, por que você não falou da palavra impunidade? Porque você não acha que nessa pauta aí que você levantou, a impunidade...?

P.A. – Eu acho que ela está colocada.

D.P. – Está colocada?

P.A. – Está colocada.

D.P. – Porque eu pensei que podia ser por conta da coisa da justiça... Então está bom.

A.S. – E por que...? Você deixou muito claro que não há conflitos a serem pacificados.

P.A. – Eu acho que a gente não tem tarefa de reconciliação e pacificação. Essa é uma convicção.

A.S. – Isso. E, em sua opinião, por que é que permanecem esses princípios nessas políticas?

P.A. – Pela cultura da negociação.

A.S. – E isso pode ser visto, dessa vez, não como um retrocesso, mas como uma continuidade de um elemento que é negativo nesse processo de transição?

P.A. – Acho que sim. Porque essa foi uma... Colocar a palavra reconciliação foi uma exigência das Forças Armadas, quando negociou o projeto de lei da Comissão Nacional da

Verdade. E eu posso dizer isso porque eu fui um dos membros que elaborou a lei da Comissão da Verdade.

A.S. – E por que não houve força política que fosse... não vou chamar de superior, mas que desse conta de excluir a palavra reconciliação?

P.A. – Eu vou pedir que você pergunte isso para o Paulo Vannuchi.

A.S. – Perguntarei.

D.P. – E para o Jobim, também, quem sabe? [risos]

P.A. – Porque eu era soldado dessa... Para os ministros... Mas, enfim...

D.P. – Quer dizer, ver um torturador nos bancos dos réus poderia ser uma coisa exemplar para a sociedade do Brasil.

P.A. – Exemplar. Exemplar para dizer que a lei vale para todos; para que o torturador... O futuro da tortura está relacionado ao futuro do torturador. Acho que essa é uma conduta...

D.P. – Gostei dessa frase.

P.A. – ...é uma conduta inaceitável. E enquanto não tiver essa sinalização, nós vamos continuar com essa ideia de que é possível, que pode, que pode. As pessoas se sentem empoderadas, a verdade é essa. E aí tem uma outra questão que é importante, que é o fato... Acabou? Então deixa. Fica para a próxima? Mas tem muitas coisas para resgatar, não é?

[FINAL DO DEPOIMENTO]